Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Quarta-feira, 25 de março de 2026

CIA. AGRICOLA FORTI

CNPJ (MF) 07.967.609/0001-83

CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas da Cia. Agricola Forti, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 25/04/2026, às 9 horas, em 1ª convocação, com a presença da maioria simples dos acionistas ou as 9:30 em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, na Rua André de Mello, nº 358 em Capivari-SP., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária**: **a)** exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31.12.2025; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos. Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76. Capivari, 23/03/2026. **a.a)** Wanderley Forti - Presidente do Conselho de Administração. (24,25,26)

SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.534.805/0001-64 - NIRE 35300324862

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.

Nos termos do artigo 124, §1º, inciso I, do artigo 71, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 10 do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Spread Participações S.A.*", conforme aditado ("Escritura de Emissão"), celebrado entre a **SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, em fase operacional, inscrita no CNPJ sob o nº 07.534.805/0001-64, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Doutor Fernandes Coelho, nº 64, conjunto 141, 14º andar, Pinheiros, CEP 05423-911, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35300324862 ("Emissora"), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**., instituição financeira com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35229235874, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão dos debenturistas ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), a **SPREAD TELEINFORMÁTICA LTDA**., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 52.845.203/0001-82, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Doutor Fernandes Coelho, nº 64, conjunto 141, 14º andar, Pinheiros, CEP 05423 911, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35201383998 ("Spread Teleinformática"), a **SPREAD SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA**., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 19.138.940/0001-70, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Fernandes Coelho, nº 64, conjunto 141, 14º andar, Pinheiros, CEP 05423-911, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35226202380 ("Spread Sistemas"); e **CASSIUS RICARDO FOGAGNOLO BUDA**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.267.738-9, inscrito no CPF sob o nº 213.487.808-86, residente e domiciliado na cidade de Vinhedo, estado de São Paulo, na Rua Iguapé, nº 416, Marambaia, CEP 13280-000 ("Cassius" e, em conjunto com a Spread Teleinformática e a Spread Sistemas, os "Fiadores"), ficam os Debenturistas da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), convocados a participar da assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), que se realizará, **em primeira convocação**, no dia 01 de abril de 2026, às 10:00 horas, a ser realizada de **forma exclusivamente digital** por meio da plataforma eletrônica "*Microsoft Teams*", com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados ("Plataforma Digital"), que será considerada como realizada na sede da Emissora, nos termos do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), a fim de apreciarem e deliberarem acerca das seguintes matérias: **(i)** A sustação dos efeitos do vencimento antecipado, decorrentes do Evento de Vencimento Antecipado Automático previsto no item "iii" da Cláusula 7.1. da Escritura de Emissão, ocasionado pelo inadimplemento pela Emissora de obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado do respectivo inadimplemento, qual seja, o não pagamento das parcelas de Juros Remuneratórios e do o saldo do Valor Nominal Unitário, previstas para o 23/03/2026, conforme previsto no Anexo II da Escritura de Emissão ("PMT 23/03/2026"); **(ii)** caso aprovado o item "i" da Ordem do Dia, a incorporação, na data da presente assembleia, da PMT 23/03/2026 e dos respectivos Encargos Moratórios, conforme previstos na Cláusula 5.17. da Escritura de Emissão, ao saldo devedor das Debêntures; e **(iii)** a concessão de anuência prévia *(waiver)* para: **(a)** utilização dos recursos retidos na Conta Vinculada, conforme identificada no *"Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças"* ("Contrato de Cessão Fiduciária"), no montante mínimo de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), decorrentes de retenções referentes à diferença entre o fluxo mensal de recebíveis e o montante mínimo correspondente a 150% da parcela de amortização e dos juros remuneratórios devidos em cada data de apuração, para realização da amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios ("Amortização Recursos Conta Vinculada"), devendo a Amortização Recursos Conta Vinculada ser realizada em até 5 (cinco) dias contados da presente assembleia; **1 Local: 1.1** A Assembleia Geral de Debenturistas, será realizada de **forma exclusivamente digital e remota,** por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" abaixo, observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. **2 Informações Gerais: 2.1** Observado o disposto na forma do artigo 72, §1º da Resolução CVM 81, os Debenturistas deverão encaminhar, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, à Emissora, nos e-mails isabel.matosinhos@spread.com.br e cristiane.jesus@spread.com.br, e ao Agente Fiduciário, nos e-mails agentefiduciario@vortx.com.br, gvi@vortx.com.br cópia dos seguintes documentos de habilitação: **(i)** documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador; e **(ii)** caso o debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas e seja representado por um procurador, por meio de procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais. No caso de Debenturista pessoa jurídica, deverão ser apresentados, adicionalmente, os seguintes documentos: **(i)** estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão de registro competente; **(ii)** documento que comprove os poderes de representação, qual seja, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou que assinou(aram) a procuração, se for o caso; e **(iii)** procuração, em caso de fundo de investimento, o regulamento do fundo e os documentos referidos acima em relação ao seu administrador e/ou gestor, conforme o caso. **2.2** A Emissora disponibilizará plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas. **2.3** O acesso via a Plataforma Digital estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Debenturistas Credenciados"). **2.4** Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia Geral de Debenturistas serão remetidos aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por Debenturista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Debenturistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado Debenturista não receba o convite individual para participação na Assembleia Geral de Debenturistas com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas, deverá entrar em contato com a Emissora pelos e-mails isabel.matosinhos@spread.com.br e cristiane.jesus@spread.com.br, com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Debenturista seja liberado mediante o envio de novo convite. **2.5** A Emissora recomenda que os Debenturistas Credenciados acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão que os Debenturistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão do Debenturista Credenciado com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do debenturista, entre outros). **2.6** Os Debenturistas Credenciados que participarem via Plataforma Digital, de acordo com as instruções da Emissora, serão considerados presentes à Assembleia Geral de Debenturistas e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. **2.7** Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, que poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a Assembleia Geral de Debenturistas se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste edital de convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas. **2.8** Este Edital se encontra disponível nas páginas do Agente Fiduciário (https://vortx.com.br) e da CVM na rede mundial de computadores (http://www.cvm.gov.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 24 de março de 2026. **SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.**

Grupo SBF S.A.

Companhia aberta - CNPJ/ME n° 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os senhores acionistas da **Grupo SBF S.A.** ("Companhia" ou "Grupo SBF") a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no dia 24 de abril 2026, às 09:00h, por meio da plataforma Ten Meetings ("Plataforma"), de acordo com os procedimentos previstos no Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia ("AGOE" e "Manual", respectivamente), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** a tomada das contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **(iii)** a aprovação da remuneração global da administração da Companhia para 2026; e, em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para atualizar o capital social da Companhia, refletindo no mesmo o aumento de capital que foi aprovado pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado da Companhia, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Observada a adoção **da modalidade exclusivamente digital**, os acionistas poderão participar e votar na AGOE à distância por meio **(i)** do envio do boletim de voto a distância (conforme indicado no item II.1 abaixo), e/ou **(ii)** do sistema eletrônico (conforme indicado no item II.2 abaixo). **Maiores informações sobre participação na AGOE poderão ser obtidas no Manual. Informações Gerais: (I) Documentos à disposição dos Acionistas.** Nos termos do artigo 124, §6º, do artigo 133 e do artigo 135, §3º da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com.br), no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025: **(a)** relatório da administração; **(b)** cópia das demonstrações financeiras; **(c)** relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(d)** relatório anual resumido do comitê de auditoria. Ainda, estão disponíveis nos mesmos endereços as demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, o Manual (o qual inclui, *inter alia,* a Proposta da Administração), aqueles exigidos pela Resolução CVM 81. **(II) Participação dos Acionistas na AGOE**. Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 28 da Resolução CVM 81, a AGOE será realizada de **modo exclusivamente digital**, de forma que os acionistas poderão participar da AGOE das seguintes formas: **II.1.** Boletim de Voto a Distância: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância ("Boletins") por meio do depositário central, do escriturador da Companhia, dos respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, pelo sistema eletrônico da Plataforma, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail, conforme orientações constantes no Manual, devendo tais Boletins serem recebidos até 20 de abril de 2026 (inclusive), conforme previsto no Manual. **II.2.** Sistema Eletrônico: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a Plataforma, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **Sem prejuízo do quanto previsto neste Edital, as informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis no Manual.** Para participarem da AGOE, os acionistas deverão se credenciar na Plataforma, nos termos previstos no Manual, até o dia 22 de abril de 2026 (inclusive), devendo apresentar toda a documentação necessária (conforme indicada no item III abaixo e no Manual) para permitir a participação do acionista na AGOE, conforme detalhado no Manual. O credenciamento deverá ser realizado por meio do acesso ao link https://assembleia.ten.com.br/463464350, onde constará formulário para preenchimento e indicação do e-mail/endereço eletrônico do acionista que será utilizado para acessar o sistema eletrônico no dia da AGOE. **Os acionistas que não se credenciarem e não realizarem o envio dos documentos necessários no prazo acima referido (ou seja, até o dia 22 de abril de 2026) não poderão participar da AGOE por meio da Plataforma, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81.** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação a distância, o acionista deverá acessar a Plataforma por meio do link https://assembleia.ten.com.br/463464350 com o login e a senha utilizados no credenciamento, sendo que somente poderão participar da AGOE os acionistas que tiverem apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas no Manual, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no item III abaixo e no Manual). O usuário e senha são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados, sob pena de responsabilização do acionista. Os acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da Plataforma, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma (por vídeo e áudio). Neste sentido, a Companhia solicita aos acionistas que acessem a Plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. **(III) Informações adicionais: III.1.** Sem prejuízo das informações dispostas no Manual, os acionistas deverão apresentar, no ato de seu credenciamento na Plataforma e até o dia 22 de abril de 2026 (inclusive): **(a) Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do acionista ou de seu representante legal; observado, conforme aplicável, que o documento apresentado deverá, em qualquer hipótese, encontrar-se dentro do seu respectivo prazo de validade. E, quando representado por procurador, cópia do documento que comprove os poderes do signatário, outorgado há menos de 1 (um) ano, que seja (a.1) acionista, (a.2) advogado, (a.3) instituição financeira, ou (a.4) administrador da Companhia; **(b) Pessoas Jurídicas:** documento(s) de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do(s) representante(s) legal(is) e último estatuto/contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista; **(c) Fundos de Investimento:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto/contrato social vigente do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação. **III.2.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por meio da Plataforma. **III.3.** Não obstante a possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital e no Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. **III.4.** A Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para eventual instalação do Conselho Fiscal é de 2%, nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada. **III.5.** A Companhia esclarece que entende adequado realizar a presente AGOE de maneira exclusivamente digital, de forma a promover a participação de seus acionistas residentes em locais que não a sede própria da Companhia, sendo referida prática consistente com a postura adotada pela Companhia nas assembleias realizadas nos últimos anos. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: ri@gruposbf.com.br.

São Paulo, 24 de março de 2026

Sebastião Vicente Bomfim Filho - Presidente do Conselho de Administração

PRN Concessões e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 00.358.042/0001-07 - NIRE nº 35.234.695.292 - Sociedade Empresária Limitada

Aviso ao Sócio

Comunicamos ao Sócio da **PRN Concessões e Participações Ltda.** ("Sociedade") que se encontram disponíveis na sede social da Sociedade, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 8.501, 5º andar, sala 1, parte, Pinheiros, CEP: 05.425-070, São Paulo/SP, os documentos relativos às contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo/SP, 24 de março de 2026.

Guilherme Motta Gomes - Diretor-Presidente, **Josiane Carvalho de Almeida -** Diretora

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 01.637.895/0001-32

ERRATA AO ANÚNCIO AOS DEBENTURISTAS

São Paulo, 25 de março de 2026 – VOTORANTIM CIMENTOS S.A. ("Companhia"), no âmbito do **"ANÚNCIO AOS DEBENTURISTAS – AVISO DE RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL DAS DEBÊNTURES DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A."**, publicado em **24 de março de 2026**, a Companhia vem, por meio desta, informar que onde se lê: "**Prêmio de Resgate:** 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)", leia-se: **Prêmio de Resgate:** 0,30% (trinta centésimos por cento). Permanecem inalterados e válidos todos os demais termos e condições constantes do referido Anúncio aos Debenturistas.

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

MK Solutions Tecnologia S.A.

CNPJ 30.420.144/0001-68 - NIRE 43.3.0007992-9

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam todos(as) os(as) acionistas da **MK Solutions Tecnologia S.A.**, localizada na Cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Rua Daniel Caspary, nº 85, Higienópolis, CEP 96.825-050 ("Companhia"), na plenitude de seus direitos, convocados(as) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada de forma virtual através do link https://us02web.zoom.us/j/82618895749?pwd=5mRIyQwf4BkA0tXK9hSDAIDTlehj2V.1, nos termos do art. 124, § 2º-A da Lei nº 6.404/76, no dia 01 de abril de 2026 às 10h00, com a seguinte ordem do dia: (i) ratificação de adiantamentos de lucros já distribuídos; (ii) distribuição de lucros intermediários da Companhia apurados em 31 de dezembro de 2025; e (iii) outras matérias de interesse da Companhia. Acham-se à disposição dos(as) acionistas, na sede da Companhia, os documentos do artigo 135, §3º da Lei nº 6.404/76. Ainda, informa a administração que, haja vista a mudança da sede da Companhia, as publicações de convocações para Assembleias da Companhia deixarão de ser feitas no Jornal O Dia SP e passarão a ser feitas no Jornal do Comércio (RS), o que será ratificado na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **Mara Gisele Gonçalves Scarpini -** Diretora; **Telcio Elui Cardoso** - Diretor.

SIMPLES ENERGIA S.A.

CNPJ (MF) nº 41.677.088/0001-68 - NIRE: 35300569512

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Os Diretores da Simples Energia S.A. ("Companhia"), com fulcro no artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), convocam os acionistas da Companhia para a Assembleia Geral Extraordinária a se realizar, em primeira convocação, às 14:00 horas do dia 30 de março de 2026, e, em segunda convocação, às 15:00 horas do dia 30 de março de 2026, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: *(i)* Aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025; *e (ii)* Deliberar sobre a realização de novos aportes de capital na Companhia, ou a eventual diluição da participação acionária dos atuais acionistas; e *(iii)* Deliberar sobre a aprovação da operação de alienação ou cessão das ações ou outra forma de transferência das ações de emissão da Companhia atualmente detidas pela Voltswatts Holding S.A., bem como a celebração dos instrumentos jurídicos necessários à formalização da referida operação. Os acionistas presentes à Assembleia deverão provar sua condição na forma prevista no Art. 126 da LSA. O Acionista poderá ser representado por procurador, nos termos do Art. 126, §1º, da LSA, e, neste caso, deverá depositar na sede social da Companhia o(s) respectivo(s) instrumento(s) de mandato e de representação até a data da realização da Assembleia. São Paulo/SP, 19 de março de 2026. André Cavalcanti Rosa e Silva - Diretor.

Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 40.473.435/0001-78 – NIRE 35.300.619.129

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4.8.2025

Data, Hora, Local: Em 4.8.2025, às 10h, na sede social da Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A., Avenida Paulista, 688, Edifício Santa Filippa, 12º andar, sala 02, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-909. ***Mesa:*** Presidente: Túlio Xavier de Oliveira; Secretária: Ticiana Cabirta de Amorim. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Lavratura da Ata:*** A acionista aprovou a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76. ***Ordem do Dia:*** Examinar, discutir e deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia. ***Deliberações:*** Instalada a Assembleia, a acionista decidiu: (i) alterar o endereço da sede da Companhia, com a inclusão do 10º andar, passando da Avenida Paulista, 688, Edifício Santa Filippa, 12º andar, sala 02, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-909, para Avenida Paulista, 688, Edifício Santa Filippa, 10º andar e sala 02 do 12º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-909, e foro no mesmo Município, com a consequente alteração na redação do Artigo 3º do Estatuto Social, que passa a ser a seguinte: "*Artigo 3º) A Companhia tem sede na Avenida Paulista, 688, Edifício Santa Filippa, 10º andar e sala 02 do 12º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-909 e foro no mesmo Município.*". (ii) aprovar a consolidação do Estatuto Social, conforme Anexo I desta Ata. ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Túlio Xavier de Oliveira; Secretária: Ticiana Cabirta de Amorim; Acionista: Bradesco Participações Financeiras S.A., representada por seus diretores, senhores Cassiano Ricardo Scarpelli e Vínicius Panaro. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Secretária: Ticiana Cabirta de Amorim. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 93.698/26-4, em 17.3.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ/MF nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

1. Nos termos dos artigos 124, parágrafo 1º, inciso I e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ficam os senhores acionistas da Casa de Saúde Santa Rita S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Cubatão, nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004 ("Companhia"), convocados para se reunirem, no dia 20 de abril de 2026, às 9h30, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), na sede social da Companhia, para: deliberar a respeito dos seguintes temas: **(i)** em sede de Assembleia Geral Ordinária **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(c)** fixar o limite da remuneração global anual dos diretores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2026; e **(d)** ratificar todos os atos praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às matérias acima**;** e **(ii)** em sede de Assembleia Geral Extraordinária **(a)** aprovar o 2º (segundo) aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da 3ª (Terceira) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S.A." para o fim de alterar a data de vencimento, o prazo de subscrição, a quantidade máxima de debêntures emitidas e o valor total da emissão ("Segundo Aditamento 3ª Emissão"); **(b)** aprovar o 3º (terceiro) aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da 2ª (Segunda) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S.A." para o fim de alterar a data de vencimento das debêntures ("Terceiro Aditamento 2ª Emissão"); e **(c)** autorizar os administradores da Companhia a praticarem os atos necessários à implementação do Segundo Aditamento 3ª Emissão e Terceiro Aditamento 2ª Emissão. **Informações Gerais e Instruções aos Participantes: 2.** Os documentos e informações pertinentes às matérias relacionadas neste edital encontram-se à disposição para consulta na sede social da Companhia a partir da presente data, nos termos do artigo 133 e artigo 135, parágrafo 3º, da Lei das S.A. Para participar da AGOE, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, bem como, se for o caso, a documentação societária comprovando os poderes do respectivo representante; **(ii)** instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou **(iii)** se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da AGOE, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico **diretoria@hospitalsantarita.com.br** ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGOE para validação. São Paulo/SP, 21 de março de 2026. **Wagner Cordeiro Marujo** - Diretor Presidente; **Sergio Lopez Bento -** Diretor Financeiro

Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 40.473.435/0001-78 – NIRE 35.300.619.129

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12.9.2025

Data, Hora, Local: Em 12.9.2025, às 10h, na sede social da Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A., Avenida Paulista, 688, Edifício Santa Filippa, 10º andar e sala 02 do 12º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-909. ***Mesa:*** Presidente: Túlio Xavier de Oliveira; Secretária: Ticiana Cabirta de Amorim. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Lavratura da Ata:*** A acionista aprovou a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76. ***Ordem do Dia:*** Examinar, discutir e deliberar sobre o aumento do capital social e a alteração do Estatuto Social da Companhia. ***Deliberações:*** Instalada a Assembleia, a acionista decidiu: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia a ser realizado via aporte em moeda corrente do país, no valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), mediante a emissão de 4.619.048 (quatro milhões, seiscentas e dezenove mil e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de aproximadamente R$2,17 (dois reais e dezessete centavos), desta forma, altera-se o capital social da Companhia, de R$147.814.507,11 (cento e quarenta e sete milhões, oitocentos e quatorze mil, quinhentos e sete reais e onze centavos), para R$157.814.507,11 (cento e cinquenta e sete milhões, oitocentos e quatorze mil, quinhentos e sete reais e onze centavos) dividido em 9.520.079 (nove milhões, quinhentas e vinte mil e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) aprovar a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social, em razão da integralização, em 12.9.2025, do valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em decorrência do aumento de capital deliberado nesta data, mediante a emissão, na ocasião, de 4.619.048 (quatro milhões, seiscentas e dezenove mil e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, as quais foram integralizadas pela acionista Bradesco Participações Financeiras S.A., o qual passará a vigorar com a seguinte redação, após homologação pelo Banco Central do Brasil: "*Artigo 6º) O capital social da Companhia é de R$157.814.507,11 (cento e cinquenta e sete milhões, oitocentos e quatorze mil, quinhentos e sete reais e onze centavos), dividido em 9.520.079 (nove milhões, quinhentas e vinte mil e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.*". (iii) aprovar a redação do "caput" do Artigo 19º do Estatuto Social, para previsão do prazo de mandato do Ouvidor em meses, em conformidade com o art. 9º, III, da Resolução BCB nº 28 de 23.10.2020, que passa a vigorar da seguinte forma: *"Artigo 19) A Companhia terá uma Ouvidoria, composta por um Ouvidor, que será nomeado pelo Conselho de Administração dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos. O Ouvidor terá mandato de 24 (vinte e quatro) meses, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração poderá destituir o Ouvidor a qualquer tempo, a seu critério, ou caso o mesmo

JUNTOS SOMOS+

Demonstrações Financeiras 2025

Juntos Somos Mais Fidelização S.A. | CNPJ/MF nº 29.894.630/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Mensagem da Administração:

2025: Ponto de Inflexão!

Em 2025 completamos com sucesso o nosso ciclo estratégico de 2022-25, cujo foco foi a revisão do portfólio de produtos e a busca pela excelência operacional. Ao longo do período, o resultado financeiro da Juntos Somos Mais apresentou uma evolução significativa:

- Receita líquida com crescimento de 15,4%, passando de 97,0 milhões em 2022 para 111,9 milhões em 2025.
- Lucro líquido com melhoria de 92,2%, reduzindo o prejuízo de 81,6 milhões negativos para 6,4 milhões negativos em 2025.

Crescimento impulsionado pela Juntos Loja

A Juntos Somos Mais encerrou o ano de 2025 com níveis recordes de desempenho em seu marketplace. O crescimento no volume transacionado de 11,8% em relação a 2024 foi impulsionado pela adoção da inteligência artificial nas recomendações de vendas, pela melhoria nas ferramentas de mecânicas promocionais e pela gestão contínua do desempenho operacional em conjunto com as principais indústrias do segmento. Além do crescimento no volume de vendas, as revisões na variedade e na precificação dos serviços prestados foram responsáveis por um crescimento de 39,7% na receita líquida comparada a 2024.

Renovação do Juntos Vantagens

No segmento de fidelização, a Companhia registrou queda de 20,8% na receita líquida, refletindo a revisão estratégica em sua política de incentivos. Em aderência ao planejamento estratégico, o programa Juntos Vantagens concentrou suas iniciativas em balconistas e varejistas com maior potencial de influência nas decisões de compra, priorizando participantes que geram maior retorno sobre o investimento das indústrias parceiras que financiam o programa. A estratégia também buscou estimular compras realizadas dentro da plataforma Juntos Loja e capacitar equipes de vendas do varejo para ampliar a recomendação de produtos das marcas participantes, tornando o programa mais meritocrático e orientado à geração de vendas dentro do ecossistema digital da Companhia.

Conclusão do ciclo de simplificação do portfólio

Em 2025, a Companhia concluiu com sucesso importantes iniciativas de simplificação de seu portfólio de negócios. Entre os principais movimentos destacam-se a descontinuidade das operações da JSM Fidelização (Portugal) e a venda dos ativos da unidade de negócio Triider, decisões que permitiram reduzir complexidades operacionais e capturar sinergias. Com a conclusão dessas iniciativas, a Companhia fortalece seu foco em suas operações principais e mais rentáveis, ampliando a eficiência na alocação de capital e criando bases mais sólidas para a evolução do desempenho operacional e a geração sustentável de resultados.

Considerações Finais

Entramos em 2026 confiantes na capacidade da Companhia de capturar as oportunidades decorrentes da consolidação de sua estratégia digital e do fortalecimento de suas principais frentes de atuação. Com o ciclo de simplificação do portfólio concluído e as bases operacionais mais eficientes, a Juntos Somos Mais inicia uma nova etapa focada na expansão do Juntos Loja e na evolução contínua do programa de fidelidade Juntos Vantagens, ampliando a geração de valor para indústrias e varejistas.

Seguiremos concentrados na execução disciplinada de nosso planejamento estratégico, com foco na ampliação da relevância da plataforma digital, no fortalecimento do relacionamento com parceiros e na geração de resultados cada vez mais consistentes. Com um modelo de negócios mais simples, escalável e orientado à eficiência, a Companhia está preparada para avançar em sua trajetória de crescimento sustentável e consolidar seu papel como um dos principais ecossistemas digitais do setor de construção no Brasil.

2. Quem somos

Criada em 2018, a Juntos Somos Mais Fidelização S.A. é uma das maiores plataformas digitais de fidelização e relacionamento do varejo de materiais de construção no Brasil. A Companhia nasceu da união entre Votorantim Cimentos, Gerdau e Tigre, com o objetivo de fortalecer o relacionamento entre indústrias e varejistas por meio de soluções digitais integradas.

A empresa opera o Juntos Vantagens, um dos maiores programas de fidelidade do setor, que conecta indústrias e varejistas em uma plataforma de incentivos baseada em pontos, benefícios e ferramentas de relacionamento. Em 2025, o programa reunia mais de 100 mil varejistas cadastrados, promovendo maior engajamento comercial e fortalecimento das relações dentro da cadeia de materiais de construção. Complementando esse ecossistema digital, a Companhia também opera a Juntos Loja, seu marketplace B2B, que conecta varejistas diretamente a fabricantes e distribuidores do setor. Em 2025, a plataforma contava com mais de 15 mil varejistas ativos mensalmente e movimentou R$ 12,8 bilhões em transações, consolidando-se como um dos principais canais digitais de compras do setor.

Combinando programa de fidelidade, marketplace digital e soluções baseadas em dados, a Juntos Somos Mais vem impulsionando a digitalização do setor de construção civil, fortalecendo relações comerciais e ampliando oportunidades de negócios para toda a cadeia do mercado.

3. Resultados operacionais e financeiros

Receitas Operacionais	2025	2024	2025 vs 2024
Resgate de pontos	42.134	55.292	-23,8%
Breakage	10.652	10.345	3,0%
Utilização de software	14.690	24.449	-39,9%
Comissionamento	49.191	35.093	40,2%
Publicidade	7.615	12.709	-40,1%
Outros serviços	69	44	56,8%
Receita Bruta	**124.351**	**137.932**	**-9,8%**
Impostos e outras deduções	(12.473)	(13.392)	-6,9%
Receita Líquida	**111.878**	**124.540**	**-10,2%**
Juntos Vantagens	67.279	84.967	-20,8%
Juntos Loja	51.761	37.005	39,9%
Operações Descontinuadas	5.312	15.959	-66,7%
Receita Bruta	**124.351**	**137.932**	**-9,8%**

Em 2025, a Receita bruta foi 9,8% inferior à de 2024, principalmente em função do encerramento das unidades de negócio voltadas ao segmento de profissionais de obra e da descontinuação de campanhas direcionadas ao público amplo, iniciativas alinhadas à estratégia de simplificação do portfólio e ao foco em operações com maior potencial de retorno. Adicionalmente, no segmento de fidelização, a redução de receitas reflete a revisão da política de incentivos, que passou a concentrar esforços em varejistas e balconistas com maior influência nas decisões de compra, priorizando participantes capazes de gerar maior retorno sobre o investimento das indústrias parceiras.

A integração gradual do programa de fidelidade com a Juntos Loja foi fundamental para o desenvolvimento acelerado do canal. A introdução de novas mecânicas de acúmulo de pontos vinculadas às compras no marketplace, aliada à evolução contínua da plataforma, contribuiu para ampliar a adoção da solução digital de compras. Como resultado, a Receita bruta da Juntos Loja cresceu 39,9% em relação a 2024, refletindo as ações da Companhia para a integração de seus produtos e aumento da rentabilidade no relacionamento das indústrias parceiras com o varejo de materiais de construção.

Resultados	2025	2024	2025 vs 2024
Receita líquida	111.878	124.540	-10,2%
Custos com direitos de resgates	(22.969)	(30.335)	-24,3%
Lucro bruto	**88.909**	**94.205**	**-5,6%**
Despesas Operacionais	(98.418)	(132.174)	-25,5%
Equivalência patrimonial	(205)	(5.149)	-96,0%
Resultado financeiro líquido	3.332	4.067	-18,1%
Prejuízo do exercício	**(6.382)**	**(39.051)**	**-83,7%**

No mesmo período, o prejuízo do exercício foi 83,7% inferior ao de 2024, mesmo diante da redução da Receita bruta. Esse resultado reflete a disciplina na gestão de custos e as iniciativas de simplificação da estrutura operacional implementadas ao longo do ano. Destacam-se, nesse contexto, o encerramento da operação da Juntos Somos Mais Portugal e os ganhos de eficiência na gestão das despesas operacionais, especialmente nas áreas de tecnologia e marketing, fatores que contribuíram de forma relevante para a evolução do desempenho financeiro da Companhia.

4. Destaques do Negócio

Aumento de capital

Em agosto e outubro de 2025, a Companhia recebeu o aumento de capital no montante de R$ 9.609 dos seus acionistas.

Encerramento da controlada JSM Fidelização (Portugal)

A Companhia detinha participação integral na controlada Juntos Somos Mais Fidelização (Portugal), criada no contexto de sua estratégia de expansão internacional. Como parte do processo de reestruturação e simplificação do portfólio de negócios, a Administração aprovou o encerramento definitivo das operações da controlada, concluído em fevereiro de 2025. Durante o processo de liquidação, os ativos e passivos remanescentes foram integralmente realizados, incluindo a repatriação de R$ 1.921 para a controladora no Brasil.

Encerramento do plano de remuneração baseado em ações

Durante o exercício de 2025, a Administração aprovou o encerramento do plano atual de remuneração baseado em ações, incluindo a descontinuidade dos contratos a ele vinculados. Como resultado, a Companhia reconheceu no período os custos devidos aos beneficiários em despesas gerais e administrativas, não permanecendo instrumentos ou contratos ativos relacionados a esse plano.

5. Política de Equidade

A Juntos está comprometida com a equidade salarial entre gêneros e com a diversificação de sua base, buscando promover um maior equilíbrio de gênero em sua estrutura de cargos, especialmente nas posições de liderança.

Como principais ações realizadas em 2025, destacamos:

(i) a adoção de uma política de priorização para contratação de mulheres, com foco especial em posições de liderança;

(ii) o atingimento da meta de 50% de mulheres no quadro geral da Companhia e o avanço na representatividade feminina na liderança, alcançando 47,1% dos cargos ocupados por mulheres;

(iii) a criação e manutenção de grupos de afinidade, além da realização de palestras e workshops voltados à promoção de um ambiente cada vez mais inclusivo;

(iv) a adoção de práticas intencionais em cada ciclo de revisão salarial, com o objetivo de evitar vieses e garantir decisões mais justas e equilibradas.

Em relação às informações requisitadas no art. 133, §6º, da Lei das S.A., temos o seguinte:

Quantidade e proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico da Companhia

A quantidade e a proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico da Companhia, consideradas as admissões realizadas no Brasil em 2024 e 2025, correspondem a: (i) na alta liderança, 2 contratações de mulheres em 2024, equivalentes a 100% das admissões no nível, não tendo havido contratações para esse grupo em 2025; (ii) na média liderança, 2 contratações de mulheres em 2024, correspondentes a 40% do total, e 2 contratações em 2025, equivalentes a 100% das admissões no nível; e (iii) nos cargos operacionais, 35 contratações de mulheres em 2024, equivalentes a 55% do total, e 35 contratações em 2025, correspondentes a 61% das admissões no nível. Considerando o total das contratações realizadas, as mulheres representaram 39 admissões em 2024, ou 55% do total, e 37 admissões em 2025, ou 63% do total.

Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da Companhia (estatutários ou não)

A administração da Companhia, considerada para esse fim com base nos cargos de administração apurados em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, contava com 4 mulheres em 2024, equivalentes a 57% de sua composição, e com 3 mulheres em 2025, correspondentes a 50% do total.

Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia

A Companhia apurou, para 2024 e 2025, a remuneração média anual total de mulheres e homens com base nos salários pagos no período e nos valores atribuídos ao Programa de Participação nos Resultados (PPR), considerando que essa parcela reflete os resultados da Companhia e a performance dos colaboradores. Com base nessa metodologia, observou-se que: (i) na alta liderança, a relação entre a remuneração média feminina e masculina passou de 137% em 2024 para 126% em 2025; (ii) na média liderança, o indicador evoluiu de 105% para 115%; e (iii) nos cargos operacionais, variou de 81% para 82%. No consolidado da estrutura, a remuneração média anual total das mulheres correspondeu a 88% da remuneração média anual total dos homens em 2024 e a 93% em 2025.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	42.081	23.552	26.124
Aplicações financeiras	8	-	14.577	14.585
Contas a receber de clientes	9	13.997	8.753	8.753
Outros ativos		3.111	5.134	5.175
		59.189	**52.016**	**54.637**
Investimento	11	-	2.442	-
Imobilizado	12	1.265	1.284	1.301
Intangível	13	401	364	364
Direito de uso em arrendamento	14	577	-	-
Total do ativo não circulante		**2.243**	**4.090**	**1.665**
Total do ativo		**61.432**	**56.106**	**56.302**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2024
Circulante				
Fornecedores		7.933	9.407	9.451
Tributos a recolher		1.809	1.699	1.840
Salários e encargos sociais		14.123	17.927	17.927
Partes relacionadas	10(b)	417	213	213
Receita diferida	17	25.891	32.352	32.352
Arrendamentos	14	618	-	-
Adiantamento de clientes	10(b)	12.571	-	-
Outros passivos		1.206	1.201	1.212
		64.568	**62.799**	**62.995**
Não circulante				
Partes relacionadas	10(b)	358	271	271
Provisões	16	374	57	57
Total do passivo não circulante		**732**	**328**	**328**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	19			
Capital social		219.024	209.415	209.415
Reserva de capital		2.015	2.015	2.015
Prejuízos acumulados		(224.907)	(218.525)	(218.525)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	74	74
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(3.868)**	**(7.021)**	**(7.021)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**61.432**	**56.106**	**56.302**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida	20	111.878	124.540	111.878	124.540
Custos com direitos de resgates e fretes	21	(22.969)	(30.335)	(22.969)	(30.335)
Lucro bruto		**88.909**	**94.205**	**88.909**	**94.205**
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	21	(57.989)	(61.160)	(58.121)	(66.160)
Tecnologia e desenvolvimento	21	(38.129)	(49.578)	(38.129)	(49.578)
Com vendas	21	(8.115)	(12.357)	(8.115)	(12.357)
Outros resultados operacionais	22	5.815	(9.079)	5.742	(9.228)
		(98.418)	**(132.174)**	**(98.623)**	**(137.323)**
Prejuízo operacional antes das participações societárias e resultado financeiro		**(9.509)**	**(37.969)**	**(9.714)**	**(43.118)**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	11	(205)	(5.149)	-	-
Resultado financeiro líquido	23				
Receitas financeiras		4.488	4.213	4.488	4.213
Despesas financeiras		(1.156)	(318)	(1.156)	(318)
Variações cambiais		-	172	-	172
		3.332	**4.067**	**3.332**	**4.067**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(6.382)**	**(39.051)**	**(6.382)**	**(39.051)**
Prejuízo do exercício		**(6.382)**	**(39.051)**	**(6.382)**	**(39.051)**
Quantidade média ponderada de ações, em milhares		65.464	61.135	65.464	61.135
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais		(0,10)	(0,64)	(0,10)	(0,64)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 2025	Controladora 2024
Prejuízo do exercício	**(6.382)**	**(39.051)**
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Variações cambiais de operações localizadas no exterior (Nota 11 (b))	(316)	74
Realização de outros resultados abrangentes das investidas	242	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(6.456)**	**(38.977)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2024		**166.047**	**1.750**	**-**	**(179.474)**	**(11.677)**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(39.051)	(39.051)
Outros resultados abrangentes		-	-	74	-	74
Contribuições dos acionistas						
Pagamento baseado em ações		-	265	-	-	265
Aumento de capital		43.368	-	-	-	43.368
Em 31 de dezembro de 2024		**209.415**	**2.015**	**74**	**(218.525)**	**(7.021)**
Em 1º de janeiro de 2025		**209.415**	**2.015**	**74**	**(218.525)**	**(7.021)**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.382)	(6.382)
Outros resultados abrangentes		-	-	(74)	-	(74)
Contribuições dos acionistas						
Aumento de capital	3.1	9.609	-	-	-	9.609
Em 31 de dezembro de 2025		**219.024**	**2.015**	**-**	**(224.907)**	**(3.868)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.382)	(39.051)	(6.382)	(39.051)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Perda na baixa de imobilizado e intangível	22	8	14.013	8	14.013
Equivalência patrimonial	11(b)	205	5.149	-	-
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos	3.2	242	-	(74)	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras		-	(4.093)	-	(4.093)
Depreciação e amortização	21(b)	1.556	3.720	1.556	3.742
Pagamento baseado em ações		-	265	-	265
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	9(b)	(129)	119	(129)	119
Provisões de processos cíveis e trabalhistas, líquidas de reversões		331	57	331	57
Ajuste a valor presente		135	-	135	-
Outros componentes do resultado financeiro		-	(17)	-	(17)
		(4.034)	**(19.838)**	**(4.555)**	**(24.965)**
(Acréscimo) decréscimo em ativos					
Contas a receber de clientes		(5.115)	9.545	(5.115)	9.545
Outros ativos		2.023	516	2.023	580
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores		(1.474)	(1.023)	(1.474)	(991)
Tributos a recolher		110	(191)	110	(245)
Salários e encargos sociais		(3.804)	832	(3.804)	832
Adiantamento de clientes	10(b)	12.571	-	12.571	-
Pagamentos de processos cíveis e trabalhistas		(14)	-	(14)	-
Receita diferida		(6.461)	(6.729)	(6.461)	(6.729)
Outros passivos		296	(10)	166	(593)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(5.902)**	**(16.898)**	**(6.553)**	**(22.566)**
Juros recebidos		-	14	-	14
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(5.902)**	**(16.884)**	**(6.553)**	**(22.552)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras		(6.660)	(6.369)	(6.660)	(6.371)
Resgates de aplicações financeiras		21.237	-	21.237	-
Aumento de capital em investida		-	(5.526)	-	-
Recebimento pela alienação de investimentos	3.2	1.921	-	-	-
Aquisição de imobilizado	12(b)	(852)	(577)	(852)	(577)
Aquisição de intangível	13(b)	(37)	(347)	(37)	(347)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos		**15.609**	**(12.819)**	**13.688**	**(7.295)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital	3.1	9.609	30.086	9.609	30.086
Aumento de participação de acionistas não controladores		-	82	-	82
Liquidações de arrendamentos	14(c)	(787)	-	(787)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		**8.822**	**30.168**	**8.822**	**30.168**
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		**18.529**	**465**	**15.957**	**321**
Efeito de oscilações nas taxas cambiais		-	-	-	74
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		23.552	23.087	26.124	25.729
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**42.081**	**23.552**	**42.081**	**26.124**
Principais transações que não afetaram o caixa					
Novos contratos de arrendamentos	14(c)	1.270	-	1.270	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1 Informações gerais

A Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia" ou " Juntos Somos Mais") é uma *joint venture* constituída pela Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA), Tigre S.A. Participações ("Tigre") e Gerdau Aços Longos S.A. ("Gerdau") e tem como objeto social: (i) o desenvolvimento e o gerenciamento de programa de fidelização de clientes em razão do consumo de bens e serviços oferecidos por indústrias da construção civil; (ii) a cessão e comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes por meio da emissão de pontos; (iii) a operacionalização de programa de fidelização, incluindo, mas não se limitando, a gestão de domínios, a criação e desenvolvimento de programas de computador e tecnologias correlatas; (iv) a criação e administração de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (v) a representação de outras sociedades; (vi) a geração de relatórios consolidados e agregados de dados de mercado; (vii) a definição e execução de ações de *marketing*; e (viii) a prestação de serviços auxiliares ao comércio de bens e produtos, incluindo, mas não se limitando, à aquisição de itens e produtos relacionados, direta e indiretamente, a consecução das atividades acima descritas, entre outros.

Em aderência ao planejamento estratégico 2025, a Companhia manteve seu compromisso de reverter o prejuízo operacional com a consolidação de seu portifólio de produtos. A Companhia realizou investimentos estratégicos na renovação do programa de Fidelidade, através de simplificação de regras de acúmulo e ampliação dos produtos disponíveis para resgates. Em paralelo, o crescimento do Marketplace Loja Virtual foi acelerado por novas mecânicas promocionais, recomendações de compras através de ferramentas de inteligência artificial e maior sortimento de indústrias vendendo no canal. Com disciplina na execução e foco em continuidade operacional, a Companhia encerrou as operações da JSM Fidelização (Portugal), concluiu venda dos ativos da unidade de negócio Triider e capturou sinergias nos custos operacionais de tecnologia, comercial e *marketing*. Além disso, o seu passivo circulante decorre substancialmente do reconhecimento de receitas diferidas e de adiantamentos recebidos de partes relacionadas, os quais não representam obrigações financeiras imediatas, estando associados a receitas a serem apropriadas ao resultado ao longo da execução contratual.

A Administração, em conjunto com os acionistas, aprovou o planejamento estratégico 2026 com objetivo de atingir o resultado operacional positivo no próximo exercício. Nesse contexto, a Companhia reafirma o comprometimento com a continuidade operacional, atrelada a redução do prejuízo operacional.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação em 16 de março de 2026 pelo Conselho de Administração. A aprovação final é concedida na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, de acordo com as leis estatutárias.

3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

3.1. Aumento de capital

Em agosto e outubro de 2025, a Companhia recebeu o aumento de capital no montante de R$ 9.609 dos seus acionistas, sendo R$ 4.312 da VCSA, R$ 2.636 da Tigre, R$ 2.636 da Gerdau e R$ 25 de minoritários. O aumento de capital foi realizado mediante emissão de 12.951.422 ações ordinárias e 34.474 ações preferenciais respectivamente. O capital social passou a ser R$ 219.024.

3.2. Encerramento da controlada JSM Fidelização (Portugal)

A Companhia detinha participação societária integral na controlada Juntos Somos Mais Fidelização (Portugal), estabelecida como parte de sua estratégia de expansão internacional. No âmbito do processo de reestruturação corporativa, a Administração aprovou o encerramento definitivo das operações da controlada, concluído formalmente em fevereiro de 2025.

Os resultados da investida foram reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial (CPC 18 / IAS 28 - Investimento em coligada e em empreendimento controlado em conjunto) até a data de encerramento. Durante o processo de liquidação, os ativos e passivos remanescentes foram integralmente realizados, incluindo a repatriação no montante de R$ 1.921 à controladora no Brasil.

Em razão do encerramento definitivo das operações da Juntos Somos Mais Fidelização (Portugal) em fevereiro de 2025, não há apresentação de coluna consolidada referente a exercício 2025, uma vez que não subsistiam sociedades controladas a serem consolidadas na data-base das demonstrações financeiras.

3.3. Encerramento do plano de remuneração baseado em ações

Durante o exercício findo em 2025, a Administração aprovou o encerramento do plano de remuneração baseado em ações anteriormente vigente, bem como o encerramento dos contratos ativos a ele relacionados. Em decorrência dessa decisão, os direitos ainda não adquiridos foram encerrados, e a Companhia reconheceu na demonstração do resultado do período os custos correspondentes aos valores devidos a cada beneficiário no momento do encerramento, registrando o respectivo efeito na rubrica de despesas gerais e administrativas, conforme Nota 19(b). Após o encerramento, não permanecem instrumentos ou contratos ativos vinculados à remuneração baseada em ações.

3.4. Alteração nas Participações dos Acionistas Minoritários

No mês de dezembro de 2025, a Companhia registrou mudança na participação dos acionistas minoritários, resultante da alienação de uma parcela equivalente a 0,10% de seu capital social. Detalhes adicionais constam na Nota 19(b).

4 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

4.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP")

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas pela gestão da Administração da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, que têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior, exceto se indicado de outra maneira. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, se necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis materiais e para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 4.6.

4.2. Normas, interpretações, orientações contábeis e legislações

4.2.1. Normas, interpretações, orientações contábeis e legislações adotadas

As interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1 de janeiro de 2025 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia:

(a) Alterações à IAS 21 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulado falta de conversibilidade

A alteração na norma impacta entidades que realizam transações em moedas estrangeiras que não são conversíveis para outra moeda através de mecanismos normais de mercado. A Companhia não realizou transações em moedas sem conversibilidade.

4.2.2. Normas e interpretações, orientações contábeis ainda não adotadas

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício de 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e impactos da adoção das novas normas e alterações listadas abaixo para os próximos exercícios anuais:

(a) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras (IFRS 18)

Em 9 de abril de 2024, o IASB anunciou a publicação da nova norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas, sendo:

- Comparabilidade aprimorada nas demonstrações de resultados com a introdução de três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos, melhorando a estrutura e exigindo o fornecimento de novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional;
- Transparência aprimorada das medidas de desempenho definidas pela Administração com a exigência da divulgação de explicações sobre os indicadores relacionados às demonstrações de resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela Administração; e
- Agrupamento mais útil de informações nas demonstrações financeiras, estabelecendo orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com opção de aplicação antecipada, sujeito à autorização dos reguladores relevantes.

(b) Reforma tributária no Brasil

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia concluiu em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos referente a emissão e recebimento de documentos fiscais às novas exigências e prazos requeridos, portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

(c) Outras alterações

Interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção das normas, interpretações e alterações listadas abaixo não gerará impacto relevante na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e futuros:

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

4.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Juntos Somos Mais é o Real ("R$" ou "Reais").

4.4. Demonstração do fluxo de caixa

Os fluxos de caixa apresentam as mudanças de caixa e equivalentes de caixa durante o exercício nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos financeiros altamente líquidos, ou seja, investimentos cujos vencimentos são de curto prazo a contar da data de aquisição.

O fluxo de caixa das atividades operacionais é apresentado pelo método indireto. O lucro ou prejuízo antes dos impostos é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou pelas apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com os fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Todas as receitas e despesas decorrentes de operações não monetárias, atribuíveis ao investimento e de financiamento, são eliminados.

4.5. *Impairment* ágio e ativos não circulantes

Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, e o teste de valor recuperável (*impairment*) é realizado, pelo menos, anualmente. Os ativos que estão sujeitos a depreciação / amortização passam por testes de *impairment* anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofreram *impairment*, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de *impairment* na data do balanço.

4.6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente revisados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas na Nota 15 (b) sobre a recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e na Nota 15 (a) sobre o reconhecimento da receita de resgate de pontos.

5 Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia não identifica riscos financeiros inerentes ao negócio no tocante aos riscos de mercado (moeda e taxas de juros), riscos de crédito e riscos de liquidez. As operações da empresa são realizadas com partes relacionadas e demais empresas aderentes ao programa de fidelização, considerando as condições de mercado.

6 Instrumentos financeiros por categoria

**(a) Classificação, reconhecimento e mensu

Juntos Somos Mais Fidelização S.A.

Passivos	Nota	Nível de hierarquia	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2024
Custo amortizado					
Fornecedores			7.933	9.407	9.451
Salários e encargos sociais			14.123	17.927	17.927
			22.056	**27.334**	**27.378**

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

Os demais instrumentos financeiros apresentados e não inclusos acima, são avaliados ao custo amortizados e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.

7 Caixa e equivalentes de caixa

(a) Práticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Composição

Moeda nacional	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2024
Caixa e bancos	42.081	23.552	26.124

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações overnight) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

8 Aplicações financeiras

(a) Práticas contábeis

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante possuem liquidez imediata e são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e / ou são mantidas com a intenção de investimento. As aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante possuem liquidez imediata, no entanto existe a intenção da administração em manter os valores investidos por um período superior a 12 meses.

(b) Composição

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2024
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	14.577	14.585

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. As aplicações denominadas em moeda estrangeira são compostas por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local.

9 Contas a receber de clientes

(a) Práticas contábeis

As contas a receber de clientes correspondem aos direitos decorrentes às operações de venda de pontos, serviços de utilização de *softwares* loja virtual e comissionamento sobre a venda de mercadorias em *marketplaces* próprios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

A provisão para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A Companhia aplicou a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros para calcular PECLD. Com base no perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica de acordo com seu nível de risco. Para cada classe de risco, a Companhia desenvolveu uma matriz de provisão considerando o histórico de inadimplência e outros dados prospectivos relevantes utilizando análises de risco para calcular a perda de crédito esperada.

(b) Composição

	Controladora 2025	Controladora 2024
Partes relacionadas (Nota 10 (b))	8.250	5.103
Clientes nacionais	5.753	3.785
	14.003	**8.888**
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(6)	(135)
	13.997	**8.753**

(c) Vencimento

	Controladora 2025	Controladora 2024
A vencer	13.050	8.820
Vencidos até 90 dias	953	66
Vencidos entre 90 e 180 dias	-	2
	14.003	**8.888**
Perda de crédito esperada	(6)	(135)
	13.997	**8.753**

10 Partes relacionadas

(a) Práticas contábeis

Os saldos e transações com partes relacionadas refletem substancialmente os contratos assinados entre a Companhia e suas acionistas, referente a cessão de direito de resgates, medidos em pontos.

Os preços dos pontos emitidos para as partes relacionadas são os mesmos praticados com as demais empresas que realizaram a adesão ao programa de fidelização, e variam de acordo com o volume de pontos creditados aos lojistas.

(b) Saldos patrimoniais e resultado

	Controladora 2025	Controladora 2024
Clientes (Nota 9 (b))		
Votorantim Cimentos S.A.	4.502	3.568
Gerdau Aços Longos S.A.	1.782	1.031
Tigre S.A. Participações	1.966	504
	8.250	**5.103**
Fornecedores		
Votorantim S.A.	775	484
Adiantamento de clientes		
Gerdau Aços Longos S.A.	7.769	-
Tigre S.A. Participações	4.802	-
	12.571	**-**
Receita diferida de pontos e prestações de serviços		
Votorantim Cimentos S.A.	54.970	58.483
Gerdau Aços Longos S.A.	26.046	31.488
Tigre S.A. Participações	27.058	35.323
	108.074	**125.294**

As transações com partes relacionadas referem-se à utilização de *software* e aquisições de direitos de resgate realizadas através de pontos emitidos pela utilização do programa Juntos Somos Mais, os quais são reconhecidos no contas a receber, e possuem contrapartida na receita diferida (Nota 17). Além disso, incluem adiantamentos em caráter de take or pay, que poderão ser utilizados futuramente para consumo de pontos e outros serviços.

(c) Contratos operacionais

A Companhia possui contratos com partes relacionadas referentes a aquisições de direitos de resgate realizadas através de pontos emitidos pela utilização do programa Juntos Somos Mais, os quais são reconhecidos no contas a receber, e possuem contrapartida na receita diferida. Os contratos firmados com Votorantim Cimentos S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Tigre S.A. Participações possuem vencimento em 31 de dezembro de 2026. Tais transações são compostas por:

a) Venda de pontos
b) Licenciamento de *Software*
c) Comissionamento por intermediação
d) Serviços compartilhados

11 Investimentos

(a) Práticas contábeis

A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Saldos e transações entre empresas investidas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas investidas da Companhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Quando a Companhia deixa de ter controle sobre controladas, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança do valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", são reclassificados no resultado.

(b) Composição e movimentação

	Controladora 2025 JSM Portugal	Controladora 2024 JSM Portugal
Percentual de participação (%)	0%	100%
Saldo no início do exercício	2.442	1.991
Resultado de equivalência patrimonial	(205)	(5.149)
Aumento de capital	-	5.526
Baixa de investimento	(1.921)	-
Variações cambiais de operações localizadas no exterior	(316)	74
Saldo no final do exercício	**-**	**2.442**

(c) Informações sobre a empresa investida

	Controladora 2024
Investimento avaliado por equivalência patrimonial	
Controlada	
JSM Fidelização (Portugal) Unipessoal Ltda.	
Contas patrimoniais	
Percentual de participação votante e total	100,00
Ativo circulante	2.613
Ativo não circulante	25
Passivo circulante	196
Patrimônio líquido	2.442
Resultado	
Despesas operacionais	(5.149)
Prejuízo do exercício	(5.149)

12 Imobilizado

(a) Práticas contábeis

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para *impairment* de ativos não financeiros.

(b) Composição e movimentação

	Controladora Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Total
Custo	2	1.885	-	1.887
Depreciação acumulada	(1)	(699)	-	(700)
Em 1º de janeiro de 2024	**1**	**1.186**	**-**	**1.187**
Adições	-	-	577	577
Baixas	-	(216)	-	(216)
Depreciação	(1)	(263)	-	(264)
Transferência	-	577	(577)	-
Em 31 de dezembro de 2024	**-**	**1.284**	**-**	**1.284**
Custo	-	2.245	-	2.245
Depreciação acumulada	-	(961)	-	(961)
Em 31 de dezembro de 2024	**-**	**1.284**	**-**	**1.284**
Adições	-	-	852	852
Baixas	-	(8)	-	(8)
Depreciação	-	(863)	-	(863)
Transferência	-	462	(462)	-
Em 31 de dezembro de 2025	**-**	**875**	**390**	**1.265**
Custo	-	2.687	390	3.077
Depreciação acumulada	-	(1.812)	-	(1.812)
Em 31 de dezembro de 2025	**-**	**875**	**390**	**1.265**
Taxas médias anuais de amortização - % - 2024	10	20	-	-
Taxas médias anuais de amortização - % - 2025	-	33	-	-

13 Intangível

(a) Práticas contábeis

(i) Ágio

O ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de aquisições de controladas, é reconhecido na data de aquisição e mensurados pelo montante que exceder a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, para a qual geralmente se exige o valor justo na data da aquisição; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; e (iv) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

(ii) *Softwares*

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de desenvolvimento interno, somente quando ele gere benefícios econômicos futuros decorrentes ao seu uso, após comprovação de sua viabilidade técnica, e que seu custo possa ser mensurado com segurança.

Os custos com o desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente a Companhia possui *softwares* referentes à Loja Virtual, a ferramentas de ERP e à plataforma de *Loyalty*.

(b) Composição

	Controladora 2025 Direitos sobre marcas e patentes	Ágio	*Softwares*	Intangível em andamento	Total
Custo	279	10.518	11.258	-	22.055
Amortização acumulada	(54)	-	(3.247)	-	(3.301)
Em 1º de janeiro de 2024	**225**	**10.518**	**8.011**	**-**	**18.754**
Adição	-	-	-	-	-
Baixa	(172)	(10.518)	(4.607)	364	(14.933)
Amortização	(53)	-	(3.404)	-	(3.457)
Em 31 de dezembro de 2024	**-**	**-**	**-**	**364**	**364**
Custo	-	-	4.322	364	4.686
Amortização acumulada	-	-	(4.322)	-	(4.322)
Em 31 de dezembro de 2024	**-**	**-**	**-**	**364**	**364**
Adição	-	-	-	37	37
Em 31 de dezembro de 2025	**-**	**-**	**-**	**401**	**401**
Custo	-	-	4.322	401	4.723
Amortização acumulada	-	-	(4.322)	-	(4.322)
Em 31 de dezembro de 2025	**-**	**-**	**-**	**401**	**401**
Taxas médias anuais de depreciação - % - 2024	10	-	20	-	-
Taxas médias anuais de depreciação - % - 2025	-	-	20	-	-

14 Direito de uso em arrendamento

(a) Práticas contábeis

A Companhia reconhece na data de início do contrato, um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados ajustado a valor presente, em contrapartida a um ativo de direito de uso.

O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. O passivo é ajustado para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

A Companhia não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear no resultado ao longo do período do contrato. O montante dessas despesas reconhecido no resultado foi apresentado na Nota 21(b).

A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido ou como despesa operacional, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

(b) Composição e movimentação do ativo direito de uso em arrendamento

	Controladora 2025 Imóveis e salas comerciais	Total
Adições	1.270	1.270
Amortização	(693)	(693)
Em 31 de dezembro de 2025	**577**	**577**
Custo	1.270	1.270
Amortização acumulada	(693)	(693)
Em 31 de dezembro de 2025	**577**	**577**
Taxas médias anuais de amortização - % - 2025	55	-

(c) Composição e movimentação passivo de arrendamento

	Controladora 2025
Saldo no início do exercício	-
Adições	1.270
Liquidações	(787)
Ajuste a valor presente	135
Circulante	**618**

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Práticas contábeis

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço do país em que a Companhia atua e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Os impostos e contribuições sobre o lucro, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

(b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A provisão para IRPJ e CSLL diferidos é calculada com base nas alíquotas e regras fiscais vigentes na data do balanço. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A política sobre a avaliação de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos está apresentada na Nota 15 (d).

(c) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

O valor de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresenta a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.382)	(39.051)	(39.051)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**2.170**	**13.277**	**13.277**
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos			
Prejuízo fiscal sem constituição de diferido	(1.544)	(7.597)	(9.348)
Gratificações a diretores	(909)	(330)	(330)
Materiais para eventos e comemorações	(159)	(674)	(674)
Equivalência patrimonial	(70)	(1.751)	-
Auxílio paternidade e maternidade empresa cidadã	(48)	(57)	(57)
Cursos e bolsas de estudo	(10)	(22)	(22)
Ágio na incorporação da Triider S.A.	-	(1.967)	(1.967)
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(461)	(680)	(680)
Outras (adições) exclusões temporárias sem constituição de tributo diferido	1.031	(199)	(199)
IRPJ e CSLL apurados			
Diferidos	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado			
Taxa efetiva - %	0,00%	0,00%	0,00%

(d) Ativo fiscal diferido não reconhecido

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa no período, considerando que, neste momento, não há evidências suficientes para suportar o reconhecimento contábil desses benefícios fiscais, conforme exigido pelas normas aplicáveis. A Companhia continuará monitorando as condições econômicas e operacionais para avaliar o reconhecimento futuro desses ativos, à medida que se obtenha maior visibilidade sobre a realização de lucros tributáveis, em dezembro de 2025 a companhia possui um montante de R$ 59.619 de ativo fiscal não reconhecido (31 de dezembro de 2024 - R$ 58.075).

16 Provisões

(a) Práticas contábeis

A Companhia é parte em processos em andamento de natureza cível, trabalhistas, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas.

As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões cíveis são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(b) Composição e movimentação

	Controladora Processos judiciais Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	**-**	**57**	**57**
Adições	309	12	321
Reversões	-	(57)	(57)
Liquidações com efeito caixa	(14)	-	(14)
Atualização monetária, líquida das reversões	67	-	67
Saldo no final do exercício	**362**	**12**	**374**

(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

	Controladora 2025	Controladora 2024
Cíveis	32	39
Trabalhista	284	214
	316	**253**

17 Receita diferida

(a) Práticas contábeis

A Companhia tem como principal atividade a cessão de direito de resgate, medido em pontos, os quais poderão ser resgatados por prêmios e produtos dentro do âmbito do programa de fidelização conforme conveniência de seus clientes, e desta forma, a Companhia registra em seu passivo circulante uma obrigação decorrente aos pontos emitidos e não resgatados.

O passivo de pontos é realizado à medida em que os clientes efetuam os resgates, ou, quando ocorre o vencimento da validade do ponto. O programa considera um prazo de 12 meses para a validade dos pontos, após esse período a Companhia reconhece a receita de *breakage*.

Receita de *breakage*

A receita de *breakage* é determinada com base em cálculo de pontos expirados devido a não utilização deles pelos participantes do programa da Juntos Somos Mais. O cálculo é feito com base nos pontos emitidos vencidos após o período acima mencionado, dando origem à receita de *breakage*, considerando o valor original do saldo total dos pontos vendidos.

(b) Composição e movimentação

	Controladora 2025	Controladora 2024
Saldo no início do exercício	**32.352**	**39.081**
Obrigações decorrentes à cessão de diretos de resgates	46.325	58.908
Resgate de pontos	(42.134)	(55.292)
Breakage	(10.652)	(10.345)
Saldo no final do exercício	**25.891**	**32.352**

18 Compromissos

A Companhia firmou um contrato de prestação de serviços para a manutenção e controle dos resgates de produtos e serviços, oferecidos pelas empresas parceiras do programa (varejistas, parceiros e fornecedores) aos clientes do programa de fidelidade da Juntos Somos Mais. Este contrato foi renovado e passa ter o novo prazo definido em agosto de 2028.

19 Patrimônio líquido

(a) Práticas contábeis

(i) Capital social

É representado por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

(ii) Distribuição de dividendos

A política de dividendos da Companhia observará o disposto no Acordo de Acionistas, a qual considera a previsão de um dividendo mínimo de 30% do lucro líquido anual.

Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos.

(iii) Lucro (prejuízo) básico por ação

É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada exercício. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

(iv) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

(v) Pagamento baseado em ações

A operação de pagamento baseado em ações é orientada pelo CPC 10 / IFRS 2 "Pagamento baseado em ações". A entidade deve reconhecer os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a entidade deve reconhecer o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, ou deve reconhecer um passivo, se os produtos ou serviços forem adquiridos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em caixa (ou com outros ativos. Adicionalmente, em razão do encerramento do plano de stock options, a Companhia não realizará novas concessões após a data de término do programa, permanecendo apenas o reconhecimento das despesas referentes às opções já outorgadas, até a conclusão do respectivo período de aquisição (vesting). Conforme previsto no CPC 10 / IFRS 2, o encerramento do plano não modifica o tratamento contábil das concessões anteriores, devendo ser mantido o reconhecimento da despesa com base no valor justo determinado na data da outorga, sem ajustes retroativos.

(b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 209.024 (31 de dezembro de 2024 - R$ 209.415), conforme descrito na Nota 3.1.

A composição acionária da Companhia é demonstrada a seguir:

Acionista	Quantidade de ações	Percentual de participação
Votorantim Cimentos S.A.	37.501.526	44,98%
Tigre S.A. Participações	22.918.461	27,49%
Gerdau Aços Longos S.A.	22.918.461	27,49%
Outros	40.523	0,05%
	83.378.971	**100,0%**

20 Receita líquida

(a) Práticas contábeis

A Companhia e suas controladas realizam o reconhecimento da receita de acordo com as premissas estabelecidas na norma CPC 47 / IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes", a qual estabelece que a receita deve ser reconhecida somente após a realização das cinco etapas abaixo mencionadas.

(i) Identificação dos contratos com os clientes
(ii) Identificação das obrigações de desempenho atreladas aos contratos
(iii) Determinação do preço da transação
(iv) Alocação do preço da transação às obrigações de performance
(v) Reconhecimento da receita quando a entidade cumprir com a obrigação de desempenho.

O programa de pontos da Juntos Somos Mais tem por objetivo fidelizar os clientes das empresas parceiras do programa por meio da concessão de pontos aos participantes. A obrigação gerada pela emissão dos pontos é mensurada com base no preço pelo qual os pontos foram vendidos aos parceiros, considerado pela Companhia como o valor justo da transação.

De acordo com o CPC 47, a Companhia atua como principal e cumpre com a sua obrigação de desempenho no momento do resgate dos pontos pelos participantes do programa na troca de prêmios com seus parceiros, sendo este o momento em que ocorre o reconhecimento da receita no resultado.

Na loja virtual e no *loyalty*, a Companhia aufere receitas de cessão do direito de uso de *software*. A receita de utilização de *software* é reconhecida mensalmente ao longo do período em que o *software* está sendo utilizado pelo cliente. A loja virtual também possui receita de comissionamento, que é reconhecida à medida que as vendas de produtos ocorrem. Ela é composta por um percentual, previsto em contrato, sobre o valor transacionado na venda entre os clientes da Companhia e os compradores.

Outros serviços prestados pela Companhia, como elaboração de ações de *marketing* e geração de relatórios sobre o mercado, são reconhecidos em resultado após a conclusão da atividade. Nesse caso, as negociações comerciais são feitas individualmente com cada cliente com um escopo, preço e prazo definidos.

(b) Composição

	Controladora 2025	Controladora 2024
Receita bruta com:		
Resgate de pontos	42.134	55.292
Breakage	10.652	10.345
Utilização de *software*	14.690	24.449
Comissionamento	49.191	35.093
Publicidade	7.615	12.709
Outros serviços	69	44
	124.351	**137.932**
Impostos e outras deduções	(12.473)	(13.392)
Receita líquida	**111.878**	**124.540**

21 Abertura de despesas por natureza

(a) Práticas contábeis

A Companhia classifica todos os gastos com custos com direitos de resgates e dos serviços prestados, bem como as despesas operacionais (vendas, gerais e administrativas), de acordo com sua natureza. Essas despesas são reconhecidas conforme a natureza das transações ou eventos que as originam, em conformidade com os critérios contábeis.

(b) Composição

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Salários, encargos e benefícios	68.434	72.766	68.434	77.412
Custos com direitos de resgates	22.969	30.335	22.969	30.335
Serviços de terceiros	23.497	29.499	23.629	29.831
Despesas comerciais e *marketing*	8.115	12.226	8.115	12.226
Depreciações e amortizações	1.556	3.720	1.556	3.742
Materiais	604	2.059	604	2.059
Aluguéis	181	1.525	181	1.525
Outros	1.846	1.300	1.846	1.300
	127.202	**153.430**	**127.334**	**158.430**
Reconciliação				
Despesas gerais e administrativas	57.989	61.160	58.738	66.160
Tecnologia e desenvolvimento (i)	38.129	49.578	38.129	49.578
Custos com direitos de resgates e fretes	22.969	30.335	22.352	30.335
Despesas com vendas	8.115	12.357	8.115	12.357
	127.202	**153.430**	**127.334**	**158.430**

(i) O montante apresentado nessa linha refere-se à segregação das despesas relacionadas ao desenvolvimento de *software*. A Companhia avalia seus custos com tecnologia e desenvolvimento de produtos de acordo com o CPC 04 / IAS 38 - "Ativo intangível". O ativo intangível deve ser identificável, ou seja, pode ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, mesmo que separadamente dos demais ativos. Além disso, o ativo intangível deve ter um valor confiável que possa ser mensurado com precisão, seja por meio de estimativas ou técnicas de avaliação reconhecidas. Nos exercícios de 2024 e 2025 os custos com manutenção e desenvolvimento de *softwares* foram reconhecidos como despesas operacionais por não atenderem os dois critérios mencionados acima.

22 Outros resultados operacionais

(a) Práticas contábeis

A Companhia classifica as outras receitas e despesas operacionais como itens com naturezas que não se enquadram nas classificações tradicionais de receitas de vendas, custos com direitos de resgates e dos serviços prestados, ou despesas operacionais (vendas, gerais e administrativas). Essas receitas e despesas são reconhecidas conforme a natureza das transações ou eventos que as originam, e os critérios contábeis.

(b) Composição

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Perda na venda de imobilizado e intangível (i)	-	(14.013)	-	(14.013)
Recuperação de tributos PIS e COFINS	5.759	4.661	5.759	4.661
Outros resultados operacionais	56	273	(17)	124
	5.815	**(9.079)**	**5.742**	**(9.228)**

(i) Reconhecimento da perda por *impairment* na venda das operações da Triider e encerramento do Habitissimo.

23 Resultado financeiro líquido

(a) Práticas contábeis

As receitas e despesas financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem juros, rendimentos de aplicações financeiras e tributos incidentes sobre receitas financeiras.

Os juros são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

(b) Composição

	Controladora 2025	Controladora 2024
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras	4.300	4.093
Juros sobre ativos financeiros	188	120
	4.488	**4.213**
Despesas financeiras		
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(209)	(196)
IR sobre remessas de juros ao exterior	(63)	(62)
Juros passivos	(3)	(5)
Despesas bancárias	(135)	(8)
Outras despesas financeiras	(504)	(47)
	(914)	**(318)**
Ganho/perda cambial, líquido	(242)	172
	3.332	**4.067**

24 Eventos subsequentes

(a) Venda das ações por acionista minoritário

Em janeiro de 2026, o acionista minoritário vendeu integralmente sua participação societária, correspondente a 0,05% do capital social, a qual foi adquirida pelos demais acionistas ordinaristas. Por se tratar de evento ocorrido após a data-base das demonstrações financeiras, não há impactos sobre os saldos de 31 de dezembro de 2025, sendo divulgado apenas para fins informativos.

DIRETORIA

EROS ROBERTO JUSSIANI CANEDO DA SILVA
Diretor Presidente e Diretor Financeiro

CONTADOR

JOAREZ BAIDA - CRC PR 048327/O-7 "S" SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 3.806. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pel

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Quarta-feira, 25 de março de 2026

Fazenda Santa Cecilia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 16.385.018/0001-99

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Balanço Patrimonial

Ativo	R $	R $
Circulante	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Caixa e equivalentes de caixa	805,92	622,45
Estoques	1.044.786,80	1.044.786,80
Outros creditos	0,00	136,59
Total do circulante	**1.045.592,72**	**1.045.545,84**
Total do Ativo	**1.045.592,72**	**1.045.545,84**

Passivo	R $	R $
Circulante	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Contas a pagar	1.270,50	1.200,00
Tributos a recolher	0,19	0,02
Total do circulante	**1.270,69**	**1.200,02**
Não circulante		
Empréstimos Nacionais	135.913,88	114.767,08
Total do Passivo não circulante	**135.913,88**	**114.767,08**
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.044.788,00	1.044.788,00
(-) Prejuízos Acumulados	(115.209,26)	(96.559,33)
(-) Prejuízo do Exercício	(21.170,59)	(18.649,93)
Total do Patrimônio Líquido	**908.408,15**	**929.578,74**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.045.592,72**	**1.045.545,84**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Mutações	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31.12.2023	**1.044.788,00**	**(115.209,26)**	**929.578,74**
Lucro (prejuízo) do exercício	-	(21.170,59)	(21.170,59)
Saldos em 31.12.2024	**1.044.788,00**	**(136.379,85)**	**908.408,15**

Demonstração do Resultado

	R $	R $
	31.12.2024	**31.12.2023**
Receita líquida	0,00	0,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	0,00	0,00
Lucro bruto	**0,00**	**0,00**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(19.354,02)	(17.140,55)
	(19.354,02)	**(17.140,55)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(19.354,02)**	**(17.140,55)**
Resultado financeiro líquido		
Despesas financeiras	(1.817,80)	(1.510,40)
Receitas financeiras	1,54	1,08
	(1.816,26)	**(1.509,32)**
Resultado antes do IR e CS	**(21.170,28)**	**(18.649,87)**
IR e CS correntes	(0,31)	(0,06)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(21.170,59)**	**(18.649,93)**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	R$	R$
1- Atividades Operacionais	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(21.170,59)**	**(18.649,93)**
Prejuízo líquido do exercício ajustado	**(21.170,59)**	**(18.649,93)**
Variações nos Ativos e Passivos Circulantes		
(Aumento) redução em Impostos a recuperar	136,59	0,00
Aumento (redução) em Contas a pagar	70,50	270,00
Aumento (redução) em Tributos a recolher	0,05	0,00
Aumento (redução) em IRPJ e CSLL a recolher	0,12	(2.709,99)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(20.963,33)**	**(21.089,92)**
2. Atividades de Investimentos		
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**0,00**	**0,00**
3- Atividades de Financiamentos		
Empréstimos (devolução) dos acionistas	21.146,80	20.870,54
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**21.146,80**	**20.870,54**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**183,47**	**(219,38)**
Saldo inicial das disponibilidades	**622,45**	**841,83**
Saldo final das disponibilidades	**805,92**	**622,45**
Variação do caixa e equivalentes	**183,47**	**(219,38)**

Notas Explicativas

A FAZENDA SANTA CECILIA PARTICIPAÇÕES S.A., sediada na Cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, na Rod. SP 345 - KM 96, Sala A Zona Rural, CEP 14600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 16.385.018/0001-99, declara através de seu contador abaixo identificado as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do ano calendário de 2024: **Nota 1 - Contexto Operacional:** A FAZENDA SANTA CECILIA PARTICIPAÇÕES S.A., tem como objeto social: i. A participação em outras sociedades como sócia ou acionista (*holding* não financeira). **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia obedeceu às Leis 11.638/07 e 11.941/09, que revogaram e introduziram novos dispositivos à legislação societária. **Nota 3 - Sumária das Práticas Contábeis:** Houve a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implicou no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **a-) Classificação dos ativos e passivos como circulante e não circulante -** Os ativos e passivos com previsão de realização e/ou liquidação no prazo de 12 (doze) meses, a partir da data do balanço, são classificados como circulante. Todos os demais ativos ou passivos superiores a este período são apresentados no grupo de não circulante. **b-) Caixa e equivalentes de caixa -** Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, até a data do balanço. (Vide nota explicativa nº 5). **c) Outros Créditos –** Tributos a recuperar / compensar, pago a maior ou indevidamente. Transferência do mútuo com a Playax Internet Ltda, firmado em 24 de junho de 2016 no valor de R$ 163.059,82, atualizado à taxa referencial TR, acrescida de Spread de 4% ao ano, calculados pro-rata-die, com prazo de pagamento de 30 meses, na qual a mutuante poderá optar pela conversão do valor do mútuo em participação societária com direito a voto no capital social da mutuaria a qualquer tempo, entre 05 de julho de 2016 e a data de vencimento do mútuo. Em 28 de novembro de 2018, houve a alteração no prazo de pagamento para 48 meses, por meio dos competentes aditivos contratuais e findado o prazo, os Credores manifestaram sua expressa intenção em não converter o mútuo em participação societária da Mutuaria. Em 14 de setembro de 2020, assinado o Instrumento Particular de Renegociação de Mútuo e Outras Avenças, que ficou acordado os valores a serem pagos de Principal e Juros a partir da assinatura deste documento. Em 23 de março de 2023 foi assinado o Instrumento de Assunção de Dívidas e Outras Avenças entre a Playax Internet Ltda e a Imusics S.A, onde esta assume a dívida remanescente para com a Fazenda Santa Cecília no valor de R$ 100.418,88 com o prazo de pagamento de 8 meses, findando em outubro de 2023. Os juros remuneratórios referentes às parcelas serão calculados de acordo com a Taxa de Juros Acumulada Mensalmente para a Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) vigente no período. A Remuneração será calculada sobre o Valor do Saldo Principal em aberto, após o abatimento da amortização mensal, em razão dos pagamentos efetuados a cada mês pela Imusics S.A. Com a assunção de dívidas houve alteração na forma de calcular os juros recebidos, e por conseguinte imposto retido, fazendo que, após todos os pagamentos, houvesse saldo a restituir. Em virtude de a Imusics S.A não ter declarado as devidas retenções que compõe o valor do imposto retido remanescente e também por não ter sido compensado nem pedido sua restituição pela Fazenda Santa Cecília Participações S.A, este crédito foi considerado como despesa em 2024. (Vide nota explicativa nº 6). **d-) Estoques –** Estão classificados os seguintes imóveis: **d-1)** Pelo valor de R$ 1.019.915,42 (um milhão, dezenove mil, novecentos e quinze reais e quarenta e dois centavos) a nua propriedade de 1/3 do imóvel matriculado sob nº 6.198 no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca São Joaquim da Barra/ SP, assim descrito e caracterizado como Fazenda Santa Cecília; **d-2)** Pelo valor de R$ 24.871,38 (vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos) 1/4 do imóvel matriculado sob nº 1.912 no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca São Joaquim da Barra/ SP, assim descrito e caracterizado como Sítio Santo Antônio. (Vide nota explicativa nº 7). **e-) Contas a pagar -** Obrigações com fornecedores a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. (Vide nota explicativa nº 8). **f-) Obrigações tributárias -** Classificam-se os impostos incidentes sobre a receita financeira da Entidade, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, PIS e COFINS. (Vide nota explicativa nº 9) **g-) IRPJ e CSLL** – O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O Imposto de Renda é computado sobre a base de cálculo do lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% quando a base exceder R$ 60 mil no trimestre, enquanto que a Contribuição Social é computada pela alíquota de 9% sobre a base de cálculo do lucro tributável. A base de cálculo do IRPJ e da CSLL são calculados pela presunção de 32% sobre as receitas provenientes da prestação de serviços e 100% sobre as receitas financeiras, as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. (Vide nota explicativa nº 10). **h-) Empréstimos nacionais a longo prazo –** Valores devido aos acionistas e diretores (pessoas físicas) referente empréstimos efetuados para auxílio às atividades normais da Companhia. (Vide nota explicativa nº 11). **i-) Variação cambial (tributação) -** A variação cambial neste exercício vem sendo tributada pelo regime de Caixa. **Nota 4 - Forma de Tributação -** A opção pela forma de tributação neste exercício é pelo Lucro Presumido, com apuração das receitas pelo Regime de Caixa.

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	2024	2023
Caixa Geral	1,20	1,20
Banco Bradesco	804,72	621,25
Total	**805,92**	**622,45**

Nota 6 – Outros Créditos:

Descrição	2024	2023
IRRF s/Juros	0,00	136,59
Total	**0,00**	**136,59**

Nota 7 – Estoques:

Descrição	2024	2023
Fazenda Santa Cecilia	1.019.915,42	1.019.915,42
Sitio Santo Antônio	24.871,38	24.871,38
Total	**1.044.786,80**	**1.044.786,80**

Nota 8 – Contas a pagar:

Descrição	2024	2023
Outras Contas a Pagar	1.270,50	1.200,00
Total	**1.270,50**	**1.200,00**

Nota 9 - Obrigações tributárias:

Descrição	2024	2023
Provisão p/ imposto de renda	0,00	0,00
Provisão contribuição social s/ o lucro	0,14	0,02
PIS-Pasep	0,01	0,00
COFINS	0,04	0,00
Total	**0,19**	**0,02**

Nota 10 – Demonstrativo do cálculo do IRPJ e CSLL – Lucro Presumido:

Descrição	2024	2023
Receitas de Serviços Prestados	0,00	0,00
Presunção – base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL	**0,00**	**0,00**
Receitas Financeiras	1,26	0,24
Base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL	**1,26**	**0,24**
Contribuição Social à alíquota nominal (9%)	0,12	0,02
Imposto de Renda à alíquota nominal (15%)	0,19	0,04
Imposto de Renda à alíquota nominal (10%) – adicional	0,00	0,00
Despesa de IR e CS	**0,31**	**0,06**

Nota 11 – Empréstimos nacionais a longo prazo:

Descrição	2024	2023
C/C Sócio – Plinio Torquato Junqueira	123.652,71	102.505,91
C/C Sócio – Anna Cecilia Boranga Junqueira	12.261,17	12.261,17
Total	**135.913,88**	**114.767,08**

Nota 12 - Capital Social - O capital social subscrito e integralizado da sociedade é de R$ 1.044.788,00 (um milhão e quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais), divididos em 1.044.788 (um milhão e quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e oito) todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, assim distribuídas entre os acionistas:

Acionistas	Ações Ordinárias recebidas
Plínio Torquato Junqueira	522.394
Anna Cecília Boranga Junqueira	522.394
Total	**1.044.788**

Nota 13 – Prejuízos Acumulados – Estão assim demonstrados.

Descrição	2024	2023
Prejuízos acumulados	136.379,85	115.209,26
Total	**136.379,85**	**115.209,26**

Nota 13.1 – Prejuízo do Exercício – Saldo do resultado apurado no exercício de 2024.

Descrição	2024	2023
Prejuízos acumulados	21.170,59	18.649,93
Total	**21.170,59**	**18.649,93**

Nota 14 - Informações sobre as receitas reconhecidas na Demonstração do Resultado - As informações sobre as receitas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir: **14.1 – Receitas Financeiras:**

Descrição	2024	2023
Rendimento de aplicações financeiras	1,54	1,08
Total	**1,54**	**1,08**

Nota 15 - Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na Demonstração do Resultado: A sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

15.1 – Despesas Administrativas:

Descrição	2024	2023
Impostos, taxas e contribuições	1.560,02	853,55
Serviços profissionais	17.790,00	16.282,00
Despesas gerais	4,00	5,00
Total	**19.354,02**	**17.140,55**

15.2 – Despesas Financeiras:

Descrição	2024	2023
Despesas bancárias	1.817,80	1.510,40
Total	**1.817,80**	**1.510,40**

Nota 16 - Eventos Subsequentes - Em 31 de dezembro de 2024 até a data de elaboração da presente Nota Explicativa não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Anna Cecília Boranga Junqueira - Diretoria — **Antonio Carlos Lanna Ferreira -** CT-CRC - nº 1SP 171161/O-5

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. - CNPJ nº 00.806.535/0001-54 - NIRE 35300142942

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05.01.2026

DATA: 05 de janeiro de 2026, às 11:00 horas. **LOCAL**: Sede social da Planner Corretora de Valores S.A. ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900 - 10º andar - Condomínio Edifício Pedro Mariz - B31 - Itaim Bibi - CEP 04538-132 - São Paulo-SP. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), por estar presente a única acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante da presente ata e da lista de presença arquivada na sede da Companhia. **MESA**: Presidente: Carlos Arnaldo Borges de Souza. Secretário: Douglas Constantino Ferreira. **ORDEM DO DIA**: 1. Aumentar o capital social da Companhia mediante a emissão de novas ações nominativas e sem valor nominal e, consequentemente, reformar o *"caput"* do Artigo 6º do Estatuto Social; 2. Reformar e Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**: De acordo com o parágrafo único do artigo 121 da Lei das S.A., essa Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de maneira digital e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante essa Assembleia, com a assinatura dos participantes de forma eletrônica através de sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Preliminarmente, a única acionista através de seus representantes aprovou a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme facultado pelo § 1º do artigo 130 da Lei das S.A. **DELIBERAÇÕES**: A única acionista, através de seus representantes, aprovou sem ressalvas, as seguintes deliberações: **1.** Aumentar o capital social da Companhia dos atuais **R$ 49.840.062,18** (quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e dois reais e dezoito centavos), dividido em **38.552** (trinta e oito mil e quinhentos e cinquenta e dois) ações nominativas, sendo **19.276** (dezenove mil e duzentos e setenta e seis) ações ordinárias nominativas ("ON") e **19.276** (dezenove mil e duzentos e setenta e seis) ("PN"), sem valor nominal, para **R$ 57.840.062,18** (cinquenta e sete milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e dois reais e dezoito centavos) dividido em **71.040** (setenta e um mil e quatrocentos) ações nominativas, sendo **35.520** (trinta e cinco mil e quinhentos e vinte) ações ON e **35.520** (trinta e cinco mil e quinhentos e vinte) ações PN, sem valor nominal, mediante a emissão de **32.488** (trinta e dois mil e quatrocentos e oitenta e oito) novas ações nominativas, sendo **16.244** (dezesseis mil e duzentos e quarenta e quatro) ações ON e **16.244** (dezesseis mil e duzentos e quarenta e quatro) ações PN, ao preço de emissão de, *aproximadamente*, **R$ 246,24** (duzentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos) por ação, fixado com base no inciso II do §1º do artigo 170 da Lei das S.A., totalizando, portanto, um aumento de **R$ 8.000.000,00** (oito milhões de reais). **1.1.** As referidas novas ações são totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, pela única acionista, a **Planner Holding Financeira S.A.**, conforme boletim de subscrição que compõe o Anexo I à presente ata. **1.2.** Face as deliberações supra, reformar o *"caput"* do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar de acordo com a seguinte redação: ***"Artigo 6º** - O capital social da Companhia é de **R$ 57.840.062,18** (cinquenta e sete milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e dois reais e dezoito centavos), dividido em **71.040** (setenta e um mil e quatrocentos) ações nominativas, sendo **35.520** (trinta e cinco mil e quinhentos e vinte) ações ordinárias nominativas e **35.520** (trinta e cinco mil e quinhentos e vinte) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. [...]"* **2.** Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, contemplando as alterações acima na forma do Anexo II à presente ata. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada. As partes admitem como válida a assinatura do presente instrumento em forma eletrônica, por meio da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade. São Paulo, 05 de janeiro de 2026. **ASSINATURAS**: *Mesa*: **Carlos Arnaldo Borges de Souza -** Presidente, **Douglas Constantino Ferreira -** Secretário. *Acionista*: **PLANNER HOLDING FINANCEIRA S.A** - Carlos Arnaldo Borges de Souza - Diretor, Marcus Eduardo De Rosa - Diretor. JUCESP nº 95.811/26-6 em 19.03.2026, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO: Artigo 1º - Sob a denominação de "**PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**", reger-se-á essa Sociedade pelo presente Estatuto e nos casos omissos, pela legislação em vigor, no que lhe for aplicável. **Artigo 2º** - A Sociedade terá sede na capital do Estado de São Paulo. **Parágrafo Único** - Observadas as prescrições legais e regulamentares, a Sociedade poderá por deliberação da Diretoria: (i) alterar o endereço da sede social, desde que dentro do mesmo município; e (ii) abrir, alterar o endereço e extinguir dependências ou postos de atendimento em qualquer ponto do País. **Artigo 3º** - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado. **Artigo 4º** - A Sociedade terá por objetivo social: a) Operar em recinto ou em sistema mantido por Bolsa de Valores; b) Subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; c) Intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; d) Comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência; e) Encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; f) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; g) Exercer funções de agente fiduciário; h) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; i) Constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; j) Exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais; k) Emitir certificados de depósito de ações; l) Intermediar operações no mercado de câmbio, inclusive por meio de sistemas de negociação de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, abrangendo ambiente de pregão viva voz; m) Praticar operações no mercado de câmbio; n) Praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários; o) Realizar operações compromissadas; p) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil; q) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência; r) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais; e s) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 5º** - É expressamente vedado à Sociedade: a) realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor; b) cobrar de seus comitentes, corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária; c) adquirir bens não destinados ao uso próprio, de acordo com o disposto na regulamentação em vigor; d) celebrar contratos de mútuo com pessoas físicas e pessoas jurídicas, financeiras ou não, ressalvado o disposto na regulamentação em vigor; e e) realizar operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral na Bolsa de Valores. CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL **Artigo 6º -** O capital social da Companhia é de **R$ 57.840.062,18** (cinquenta e sete milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e dois reais e dezoito centavos), dividido em **71.040** (setenta e um mil e quatrocentos) ações nominativas, sendo **35.520** (trinta e cinco mil e quinhentos e vinte) ações ordinárias nominativas e **35.520** (trinta e cinco mil e quinhentos e vinte) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis perante a Sociedade. Se, no entanto, as ações vierem a pertencer a mais de uma pessoa, designarão estas uma dentre elas para sua representação nas Assembleias Gerais. **Parágrafo 3º** - As ações não serão representadas por cautelas provisórias ou por certificados, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Sociedade. **Parágrafo 4º** - As ações preferenciais, que não terão direito a voto, gozarão das seguintes vantagens: prioridade no reembolso do capital, até o seu valor nominal e sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade e participação no seu remanescente, depois do reembolso às ações ordinárias. **CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO: Artigo 7º** - A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 2 (dois) até, no máximo, 12 (doze) Diretores, sem designação especial, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º** - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data de posse da nova Diretoria. **Parágrafo 2º** - No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, deverá a Diretoria indicar outro Diretor para exercer as funções do ausente ou impedido, observada as regras estabelecidas na regulamentação em vigor relativas à inadmissibilidade de cumulação de funções. **Parágrafo 3º** - No caso de vaga de qualquer cargo de Diretor, o novo Diretor será eleito pela Assembleia Geral, pelo prazo restante do mandato do Diretor substituído. **Artigo 8º** - A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objetivo da Sociedade, e poderá, inclusive, contratar empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar caução e, bem assim, adquirir, alienar, hipotecar e, de qualquer forma, onerar bens imóveis da Sociedade. **Parágrafo 1º** - Os Diretores terão suas funções e atribuições fixadas em Reunião da Diretoria. **Parágrafo 2º** - As áreas de responsabilidades, abaixo especificadas, previstas na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, deverão ser atribuídas aos membros da Diretoria, designados através de Reunião da Diretoria, observando o que determina a referida instrução quanto à necessidade de autorização da Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da função: a) **Gestão de Recursos:** Responsável pela gestão de carteiras de valores mobiliários, incluindo a aplicação de recursos financeiros no mercado de valores mobiliários por conta do investidor. b) **Administração Fiduciária:** Responsável pela custódia e controladoria de ativos e passivos, exercendo suas atividades de forma a (i) identificar e avaliar fatores internos e externos que possam afetar adversamente a implementação da política de investimentos; e (ii) assegurar que seus administradores, empregados e colaboradores tenham acesso a informações relevantes, confiáveis, tempestivas e compreensíveis para o exercício de suas funções e responsabilidades. c) **Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento:** Responsável pela atividade de distribuição de cotas de fundos de investimento administrados ou geridos pela Sociedade. d) **Cumprimento de Regras, Políticas, Procedimentos e Controles Internos:** Responsável por garantir, por meio de controles internos adequados, o permanente atendimento às normas, políticas e regulamentações vigentes, referentes às diversas modalidades de investimento, à própria atividade de administração de carteiras de valores mobiliários e aos padrões ético e profissional. e) **Gestão de Riscos:** Responsável por implementar e manter política escrita de gestão de riscos que permita o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários. **Parágrafo 3º** - A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura: a) De 2 (Dois) Diretores em conjunto; e b) De 1 (Um) Diretor em conjunto com procurador com expressos e especiais poderes. **Parágrafo 4º** - Para a outorga de procurações a Sociedade deverá ser representada por 02 (Dois) Diretores em conjunto. As procurações outorgadas em nome da Sociedade, exceção das que conferem poderes "ad judicia", deverão especificar os poderes conferidos para assinatura em conjunto e/ou isoladamente, bem como, conter prazo de validade definido. Na ausência de prazo de validade, considerar-se-á como vencida no dia 31 de dezembro do exercício na qual tenha sido outorgada. **Parágrafo 5º** - Para alienar, ceder, hipotecar, permutar ou onerar os bens da Sociedade, a Sociedade será representada por dois diretores em conjunto. **Parágrafo 6º** - Os Diretores da Sociedade, quando em exercício do mandato, não poderão exercer qualquer cargo administrativo em outras empresas cujos títulos ou valores mobiliários sejam negociáveis em Bolsas. **Artigo 9º** - À Diretoria compete: (i) representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo e fora dele; (ii) zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias; (iii) convocar as Assembleias Gerais, o Conselho Fiscal e seus suplentes, quando necessário; (iv) executar as deliberações daqueles órgãos; (v) organizar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária o Relatório Anual das Operações da Companhia; e (vi) designar e destituir o Ouvidor. **Artigo 10** - A Diretoria se reunirá sempre que os interesses societários o exijam, na sede da Sociedade, ou suas dependências. As deliberações serão tomadas, sempre, por maioria absoluta de votos dos presentes. **Parágrafo Único** - As decisões da Diretoria serão registradas em atas transcritas em livro próprio, sendo que as decisões destinadas a produzir efeitos perante terceiros serão arquivas no Registro do Comércio e devidamente publicadas. **CAPÍTULO IV - CONSELHO FISCAL: Artigo 11** - A Sociedade terá um conselho fiscal, de caráter não permanente, composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, devendo sua eleição e instalação obedecer aos preceitos da legislação pertinente. **Parágrafo Único** - O conselho fiscal, quando eleito e instalado, terá a incumbência atribuída por lei e a remuneração de seus membros efetivos será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, de acordo com a lei. **CAPÍTULO V - ASSEMBLEIA GERAL: Artigo 12** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, e extraordinariamente sempre que os interesses o exigirem. **Parágrafo 1º** - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas por um Diretor da Sociedade, que convidará um dos acionistas presentes para servir de secretário. **Parágrafo 2º** - Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por outros acionistas, mediante mandato expresso, cujo instrumento ficará em poder da Sociedade. **Parágrafo 3º** - As deliberações das Assembleias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes. **Parágrafo 4º** - Para alteração dos artigos 18, 19, 20 e 22 do Estatuto Social será necessária a aprovação pela totalidade dos votos representativos das ações em circulação. **CAPÍTULO VI - OUVIDORIA: Artigo 13** - A Ouvidoria, de funcionamento permanente, terá como atribuições: a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Companhia; e b) atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. **Artigo 14** - As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; e d) manter a Diretoria informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Companhia para solucioná-los. **Parágrafo Único** - O diretor responsável pela Ouvidoria deve elaborar relatório semestral quantitativo e qualitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria, nas datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro. O referido relatório deve ser encaminhado à Auditoria Interna da Companhia. **Artigo 15** - O Ouvidor será designado pela Diretoria mediante observância de que preencha as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com prazo de mandato de 12 (doze) meses." **Parágrafo Único** - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor, caso o mesmo descumpra as atribuições previstas nos artigos 13 e 14 acima, ou substitui-lo a qualquer tempo. **Artigo 16** - Será dada à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. **Parágrafo Único** - A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **Artigo 17** - De acordo com o alínea "b", Inciso II do Artigo 5º da Resolução nº 4.860 de 23 de outubro de 2020 do Conselho Monetário Nacional, é admitido o compartilhamento da Ouvidoria por instituição não integrante de conglomerado composto por pelo menos duas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, podendo ser constituída a ouvidoria na associação de classe a que seja filiada ou na bolsa de valores ou bolsa de mercadorias e futuros ou bolsa de valores e de mercadorias e futuros nas quais realize operações. **CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS: Artigo 18** - O Exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. O Balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único** - O Balanço semestral e o anual dos meses de junho e dezembro, serão auditados por auditores independentes registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 19** - Do resultado do exercício serão deduzidos: a) Prejuízo, se houver; b) Provisão para Imposto de Renda; c) Participação dos Administradores, nos limites estipulados pelo art. 152 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 1º** - Do lucro líquido serão destinados: a) 5% (cinco por cento) à constituição do Fundo de Reserva legal até ating

Inovap 5 Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 11.964.190/0001-83

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante	**1.203**	**1.040**	**Circulante**	**90**	**187**
Caixa e equivalentes de caixa	123	30	Fornecedores	-	1
Aplicações financeiras	1.062	1.000	Outras Obrigações	90	186
Tributos a recuperar	18	10	**Não circulante**	**2**	**2**
Não circulante	**11**	**12**	Provisão para riscos trabalhistas	2	2
Realizável a longo prazo			**Patrimônio líquido**	**1.122**	**863**
Tributos a recuperar	11	11	Capital social	1.400	1.400
Depósitos judiciais	-	1	Prejuízos acumulados	(278)	(537)
Total do ativo	**1.214**	**1.052**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**1.214**	**1.052**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024		2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Outras obrigações	(95)	(30)
Lucro líquido do exercício	**259**	**191**	**Caixa líquido proveniente das atividades operacionais**	**17**	**20**
Ajustes por:			**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**		
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos trabalhistas	-	(72)	Aplicações financeiras líquidas de resgate	76	(52)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(138)	(94)	**Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos**	**76**	**(52)**
Variações nos ativos e passivos			**Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa**	**93**	**(32)**
(Aumento) redução nos ativos			**Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa**		
Tributos a recuperar	(8)	24	No início do exercício	30	62
Aumento (redução) dos passivos			No final do exercício	123	30
Fornecedores	(1)	1		**93**	**(32)**
Impostos e contribuições a recolher	32	10			
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(32)	(10)			

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**259**	**191**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**259**	**191**

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Despesas operacionais	**96**	**105**
Despesas gerais e administrativas		
Serviços	(1)	(9)
Indenizações trabalhistas	106	43
Reversão (provisão) para riscos trabalhistas	-	72
Impostos, taxas e despesas com cartório	(12)	(1)
Outras receitas operacionais		
Receitas eventuais	3	-
Resultado antes do resultado financeiro	**96**	**105**
Resultado financeiro	214	108
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**310**	**213**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(51)	(22)
Lucro líquido do exercício	**259**	**191**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**1.400**	**(728)**	672
Lucro líquido do exercício	-	191	191
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.400**	**(537)**	**863**
Lucro líquido do exercício	-	259	259
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.400**	**(278)**	**1.122**

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
Contadora - CRC 1SP190868/O-0

Lam Vias Participações e Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 29.206.383/0001-30

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante	**463**	**402**	**Circulante**	**1**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa	5	6	Outras obrigações	1	1
Aplicações financeiras	429	390	**Patrimônio líquido**	**462**	**403**
Tributos a recuperar	26	6	Capital social	81.340	81.340
Despesas antecipadas e outros créditos	3	-	Prejuízos acumulados	(80.878)	(80.937)
Não circulante	**-**	**2**			
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	-	2			
Total do ativo	**463**	**404**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**463**	**404**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024		2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(4)	(2)
Lucro líquido do exercício	**59**	**32**	Outras obrigações	(1)	1
Ajustes por:			**Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais**	**(16)**	**66**
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(54)	(31)	**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**		
Variações nos ativos e passivos			Aplicações financeiras líquidas de resgate	15	(66)
(Aumento) redução nos ativos			**Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos**	**15**	**(66)**
Impostos a recuperar	(18)	61	**Redução do caixa e equivalentes de caixa**	**(1)**	**-**
Despesas antecipadas e outros créditos	(3)	1	**Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa**		
Aumento (redução) dos passivos			No início do exercício	6	6
Obrigações sociais e trabalhistas	-	2	No final do exercício	5	6
Impostos e contribuições a recolher	5	2		**(1)**	**-**

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Despesas operacionais	**9**	**(3)**
Despesas gerais e administrativas		
Recuperação de despesa com pessoal	13	-
Editais e publicações	(2)	(2)
Outras despesas operacionais	(2)	(1)
Resultado antes do resultado financeiro	**9**	**(3)**
Resultado financeiro	61	38
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**70**	**35**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(11)	(3)
Lucro líquido do exercício	**59**	**32**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**59**	**32**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**59**	**32**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**81.340**	**(80.969)**	**371**
Lucro líquido do exercício	-	32	32
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**81.340**	**(80.937)**	**403**
Lucro líquido do exercício	-	59	59
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**81.340**	**(80.878)**	**462**

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
Contadora - CRC 1SP190868/O-0

Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 33.458.409/0001-05

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante	**2.218**	**1.998**	**Circulante**	**4**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa	7	23	Impostos e contribuições a recolher	4	1
Aplicações financeiras	2.157	1.938			
Tributos a recuperar	54	37			
Não circulante	**151**	**327**	**Patrimônio Líquido**	**2.365**	**2.324**
Realizável a longo prazo			Capital social	7.300	7.300
Tributos a recuperar	-	15	Prejuízos acumulados	(4.935)	(4.976)
Estoques	96	96			
Imobilizado	6	25			
Intangível	49	191			
Total do ativo	**2.369**	**2.325**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**2.369**	**2.325**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024		2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			**Caixa líquido usado nas atividades operacionais**	**(70)**	**(7)**
Lucro líquido do exercício	**41**	**13**	**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**		
Ajustes por:			Aplicações financeiras líquidas de resgate	54	18
Depreciação e amortização	161	161	**Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos**	**54**	**18**
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(273)	(189)	**(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa**	**(16)**	**11**
Variações nos ativos e passivos			**Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa**		
(Aumento) redução nos ativos			No início do exercício	23	12
Tributos a recuperar	(2)	8	No final do exercício	7	23
Imposto e contribuição a recolher	9	-		**(16)**	**11**
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(6)	-			

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Despesas operacionais	**(217)**	**(170)**
Despesas gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(161)	(161)
Serviços	(42)	-
Outros	(14)	(9)
Resultado antes do resultado financeiro	(217)	(170)
Resultado financeiro	266	185
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	49	15
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(8)	(2)
Lucro líquido do exercício	**41**	**13**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**41**	**13**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**41**	**13**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social			
	Subscrito	A integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**73.000**	**(65.700)**	**(4.989)**	**2.311**
Lucro líquido do exercício	-	-	13	**13**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**73.000**	**(65.700)**	**(4.976)**	**2.324**
Lucro líquido do exercício	-	-	41	**41**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**73.000**	**(65.700)**	**(4.935)**	**2.365**

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - Contadora - CRC 1SP190868/O-0

RS Holding e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 35.662.545/0001-48

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante	**126.110**	**137.746**	**Circulante**	**31.974**	**73.372**
Caixa e equivalentes de caixa	29	517	Fornecedores	11	2
Aplicações financeiras	17.213	19.965	Impostos e contribuições a recolher	14	4.783
Tributos a recuperar	522	8.918	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	31.949	68.587
Juros sobre capital próprio a receber	108.346	108.346	**Patrimônio líquido**	**103.744**	**1.446.850**
Não circulante	**9.608**	**1.382.476**	Capital social	3.590	1.102.899
Realizável a longo prazo			Reservas de capital	116	-
Tributos a recuperar	9.608	23	Reservas de lucros	100.038	343.951
Investimentos	**-**	**1.382.453**			
Total do ativo	**135.718**	**1.520.222**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**135.718**	**1.520.222**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital	Reservas de lucros			
	Capital social subscrito e integralizado	PGLP liquidado em ações	Legal	Retenção de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2024	**585.899**	**-**	**21.844**	**258.205**	**-**	**865.948**
Aumento de capital social em 08 de março de 2024	22.000	-	-	-	-	22.000
Aumento de capital social em 26 de setembro de 2024	495.000	-	-	-	-	495.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	83.806	83.806
Destinações:						
Reserva legal	-	-	4.190	-	(4.190)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(19.904)	(19.904)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	59.712	(59.712)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.102.899**	**-**	**26.034**	**317.917**	**-**	**1.446.850**
Aumento de capital social em 02 de janeiro de 2025	328.732	-	(21.844)	(258.204)	-	48.684
Redução de capital social em 01 de maio de 2025	(1.428.041)	-	-	-	-	(1.428.041)
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	-	116	-	-	-	116
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.180	48.180
Destinações:						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(12.045)	(12.045)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	36.135	(36.135)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**3.590**	**116**	**4.190**	**95.848**	**-**	**103.744**

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	**(108)**	**(201)**
Serviços	(72)	(184)
Impostos, taxas e despesas com cartório	(21)	(7)
Editais e publicações	(15)	(10)
Resultado de equivalência patrimonial	**45.472**	**139.799**
Resultado antes do resultado financeiro	**45.364**	**139.598**
Resultado Financeiro	3.267	(57.592)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**48.631**	**82.006**
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(451)	1.800
Lucro líquido do exercício	**48.180**	**83.806**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**48.180**	**83.806**
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(1.774)
Juros e variação monetária sobre debêntures	-	54.618
Equivalência patrimonial	(45.472)	(139.799)
Rendimento de aplicação financeira	(2.210)	(1.998)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Tributos a recuperar	(1.189)	25.772
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	9	2
Impostos e contribuições a recolher	(4.612)	(2.260)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(157)	-
Outras obrigações	-	(2)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	**(5.451)**	**18.365**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	4.963	8.045
Resgates/aplicações (conta reserva)	-	22.031
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**4.963**	**30.076**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Debêntures:		
Pagamentos de principal e juros		- (565.414)
Aumento de capital	-	517.000
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**-**	**(48.414)**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(488)**	**27**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	517	490
No final do exercício	29	517
	(488)	**27**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**48.180**	**83.806**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**48.180**	**83.806**

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - Contadora - CRC 1SP190868/O-0

Santa Cruz Participações S.A.

CNPJ: 60.890.746/001-40

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31/12/2025 - (em R$)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação, as contas relativas ao Exercício de 2025, constantes do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2025 e demais Demonstrações Financeiras. A Diretoria coloca-se a disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Balanço Patrimonial em 31/12/2025 - (em R$)

Ativo	31.12.2025	31.12.2024	Passivo	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	**2.852.385,86**	**2.415.592,79**	**Circulante**	**555.973,11**	**329.285,87**
Caixa/Bancos	14.347,71	894,96	Impostos e Contribuições a Recolher	298.957,48	162.347,45
Aplicações Financeiras	2.364.160,84	2.167.851,14	Contas a Pagar	11.351,36	4.227,55
Contas a Receber	192.718,81	92.714,22	Obrigações Trabalhistas	26.408,26	25.320,68
Impostos a Recuperar	281.158,50	154.132,47	Participações Estatutárias	62.685,00	36.658,52
Despesas Antecipadas	-	-	Dividendos a Pagar	156.571,01	100.731,67
Não Circulante	**156.233,94**	**156.233,94**	**Não Circulante**	**-**	**-**
Depósitos judiciais	9.142,80	9.142,80	**Patrimônio Líquido**	**2.452.646,69**	**2.242.540,86**
Investimentos	**101.485,40**	**101.485,40**	Capital Social	1.500.000,00	1.500.000,00
Part.Soc.em Outras Empresas	101.485,40	101.485,40	Reservas de Lucros	952.646,69	742.540,86
Imobilizado	**45.605,74**	**45.605,74**	**Total do Passivo**	**3.008.619,80**	**2.571.826,73**
Imóveis	442.965,94	442.965,94			
Móveis e Utensílios	28.038,99	28.038,99			
Instalações	13.526,91	13.526,91			
(-) Depreciação Acumulada	(438.926,10)	(438.926,10)			
Total Do Ativo	**3.008.619,80**	**2.571.826,73**			

Demonstração do Resultado do Exercício - (em R$)

	31.12.2025	31.12.2024
Outras Receitas Operacionais	1.910.303,88	1.445.066,31
Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	(814.353,32)	(795.391,32)
Despesas Tributárias	(182.541,86)	(135.253,25)
(=) Lucro/(Prejuizo) Operacional	**913.408,70**	**514.421,74**
Receitas Não Operacionais	-	-
Despesas Não Operacionais	-	-
(=) Lucro Antes da Cont. social	**913.408,70**	**514.421,74**
Contribuição Social	(82.206,78)	(46.151,61)
(=) Lucro Antes do Imposto de Renda	**831.201,92**	**468.270,13**
Provisão para o Imposto de Renda	(204.352,17)	(101.685,01)
Participação Estatutária	(62.684,98)	(36.658,51)
(=) Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	**564.164,77**	**329.926,61**
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações	376,11	219,95

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - (em R$)

Descrição	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2023	**1.500.000,00**	**695.660,18**	**-**	**2.195.660,18**
Lucro Liquido do Exercício de 2024			329.926,61	329.926,61
Distribuição de Dividendos		200.564,28)	(82.481,65)	(283.045,93)
Reserva de Retenção de Lucros		247.444,96	(247.444,96)	-
Saldo em 31/12/2024	**1.500.000,00**	**742.540,86**	**-**	**2.242.540,86**
Lucro Liquido do Exercício de 2025			564.164,77	564.164,77
Distribuição de Dividendos		(213.017,75)	(141.041,19)	(354.058,94)
Reserva de Retenção de Lucros		423.123,58	(423.123,58)	-
Saldo em 31/12/2025	**1.500.000,00**	**952.646,69**	**-**	**2.452.646,69**

Diretoria

Rodolfo de Almeida Prado - Diretor Presidente

Álvaro Augusto Vidigal - Diretor - Superintendente

Maurício Gonçalves Camilo Pinto -Contador - CRC 1SP145786/O-7

Demonstração do Fluxo de Caixa - (em R$)

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo de Caixa / Bancos no início do exercício	**894,96**	**359,86**
Atividades Operacionais		
Recebimento de aluguéis	1.368.375,97	1.073.873,74
Aplicações financeiras	(827.770,20)	(2.123.519,87)
Resgate de aplicações financeiras	936.763,26	2.369.325,29
Pagamentos		
Aluguéis	(19.163,00)	(8.920,00)
Salários	(418.136,28)	(425.964,67)
Impostos	(623.893,53)	(489.552,32)
Serviços de terceiros e fornecedores	(67.511,67)	(52.294,22)
Juros e encargos	(333,68)	
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	**348.330,87**	**342.947,95**
Atividades de Investimento		
Recebimento de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	-	-
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**-**	**-**
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	(298.219,60)	(298.219,20)
Pagamento de Participações Estatutárias	(36.658,52)	(44.193,65)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**(334.878,12)**	**(342.412,85)**
Aumento/(diminuição) líquida no Caixa	**13.452,75**	**535,10**
Saldo de Caixa / Bancos no final do exercício	**14.347,71**	**894,96**

Notas Explicativas

1- As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a lei nº. 11.638/2007,incluindo as modificações introduzidas pela lei nº. 11.941/2009, que modificaram a lei nº. 6.404/76. 2- As depreciações foram calculadas pelo método linear de acordo com as taxas admitidas pela legislação em vigor. 3- O regime de competência foi observado para registrar as receitas e despesas do exercício. 4- Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na lei das Sociedades por Ações. 5- No exercício foram provisionados: (I) aos acionistas dividendos mínimos por conta do resultado no valor de R$ 141.041,19; (II) aos administradores R$ 62.684,98 referente à participação estatutária 6- O Capital Social é representado por 1.500.000 ações ordinárias sem valor nominal. 7- As demonstrações financeiras não foram auditadas por Auditores Independentes. São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 7D0F-4259-0DF3-E6F6.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 7D0F-4259-0DF3-E6F6.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 25/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

CNPJ nº 03.485.775/0001-92

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia Müller de Bebidas e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Permanecemos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que eventualmente considerarem necessários.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	145.823	154.085	160.064	178.180
Aplicações financeiras	10	25.255	40.618	25.255	40.618
Contas a receber de clientes	11	101.027	94.945	100.927	95.512
Estoques	12	190.903	197.082	207.734	213.487
Impostos e contribuições a recuperar	13	36.019	2.595	36.575	3.493
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.629	2.305	3.960	2.486
Ativos biológicos	14	-	-	52.737	54.173
Adiantamento a fornecedores		11.493	14.037	11.565	14.133
Outras contas a receber		3.455	4.933	4.105	5.013
Total do ativo circulante		517.604	510.600	602.922	607.095
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Impostos e contribuições a recuperar	13	4.238	34.626	5.242	34.637
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		8.614	7.867	8.614	7.867
Contas a receber de clientes	11	883	5.686	883	5.686
Depósitos judiciais	24	60.401	57.921	60.442	57.938
Partes relacionadas	23	-	593	-	593
Adiantamento a fornecedores		3.163	794	3.163	794
Precatórios a receber		1.088	904	1.088	904
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	-	-	5.925	1.948
Outras contas a receber		776	579	2.305	2.229
Investimentos em controladas	15	273.779	244.839	-	-
Propriedades para investimentos		865	1.833	865	1.833
Imobilizado	16	194.532	190.753	473.998	465.920
Direito de uso	17	22.019	9.000	88.073	82.015
Intangível	18	457	243	624	500
Total do ativo não circulante		570.815	555.638	651.222	662.864
Total do ativo		1.088.419	1.066.238	1.254.144	1.269.959

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	18.067	9.061	50.165	43.506
Arrendamento a pagar	17	7.140	2.516	29.484	19.419
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	52	-
Fornecedores	20	47.977	60.316	73.385	86.535
Obrigações sociais	21	19.778	19.592	21.664	21.675
Obrigações fiscais	22.a	36.561	34.500	36.717	34.667
Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.b	4.207	2.443	4.207	4.319
Impostos parcelados		610	293	610	293
Dividendos a pagar	23	26.213	16.563	26.213	16.563
Outras contas a pagar		9.155	10.874	9.530	12.023
Total do passivo circulante		169.708	156.158	252.027	239.000
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	27.807	49.349	55.562	108.937
Arrendamento a pagar	17	15.941	7.032	70.863	67.322
Obrigações fiscais	22.a	1.084	971	1.084	971
Impostos parcelados		1.771	953	1.771	953
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	35.170	34.047	35.252	34.354
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	24	4.086	3.568	4.086	3.568
Outras contas a pagar		1.951	2.733	2.598	3.427
Total do passivo não circulante		87.810	98.653	171.216	219.532
Patrimônio líquido	26				
Capital social		537.775	524.505	537.775	524.505
Ações em tesouraria		(1)	(1)	(1)	(1)
Reserva para incentivos fiscais		-	13.270	-	13.270
Ajuste de avaliação patrimonial		78.171	80.848	78.171	80.848
Reservas de lucros		113.817	192.805	113.817	192.805
Dividendos adicionais propostos		101.139	-	101.139	-
Total do patrimônio líquido		830.901	811.427	830.901	811.427
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.088.419	1.066.238	1.254.144	1.269.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva para incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Reservas de lucros - Reserva para investimentos	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		497.227	(1)	13.270	82.410	31.033	-	148.396	-	-	772.335
Capitalização de lucros acumulados	26.a	27.278	-	-	-	-	-	(27.278)	-	-	-
Realização do custo atribuído	26.c	-	-	-	(1.562)	-	-	-	1.562	-	-
Distribuição de dividendos com lucro de anos anteriores	26.e	-	-	-	-	-	-	(12.443)	-	-	(12.443)
Retenção de lucros decisões judiciais	26.d	-	-	-	-	-	22.500	(22.500)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	68.098	-	68.098
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	26.d	-	-	-	-	3.405	-	-	(3.405)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	26.e	-	-	-	-	-	-	-	(16.563)	-	(16.563)
Reserva para investimentos	26.d	-	-	-	-	-	-	49.692	(49.692)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		524.505	(1)	13.270	80.848	34.439	22.500	135.867	-	-	811.427
Capitalização de reserva para incentivo fiscal	26.a	13.270	-	(13.270)	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	26.c	-	-	-	(2.677)	-	-	-	2.677	-	-
Distribuição de dividendos com lucro de anos anteriores	26.e	-	-	-	-	-	-	(61.866)	-	-	(61.866)
Revesão de retenção de lucros decisões judiciais	26.f	-	-	-	-	-	(22.500)	-	22.500	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	107.552	-	107.552
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	26.d	-	-	-	-	5.377	-	-	(5.377)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	26.e	-	-	-	-	-	-	-	(26.213)	-	(26.213)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	(101.139)	101.139	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		537.775	(1)	-	78.171	39.816	-	74.001	-	101.139	830.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$,)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita	27	815.962	758.878	891.438	812.108
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	28	(502.380)	(487.033)	(571.557)	(522.596)
Lucro bruto		313.582	271.845	319.881	289.512
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	(132.009)	(123.507)	(132.009)	(123.507)
Gerais e administrativas	28	(56.481)	(59.417)	(61.760)	(65.557)
Outras despesas	28	(20.796)	(10.638)	(22.748)	(12.153)
Outras receitas	28	11.034	1.353	11.351	1.875
		(198.252)	(192.209)	(205.166)	(199.342)
Lucro antes do resultado financeiro		115.330	79.636	114.715	90.170
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	41.079	26.170	51.037	29.754
Despesas financeiras	29	(11.761)	(11.244)	(30.236)	(37.228)
	29	29.318	14.926	20.801	(7.474)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(6.060)	(7.556)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		138.588	87.006	135.516	82.696
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	30	(29.913)	(18.764)	(31.043)	(22.861)
Diferidos	30	(1.123)	(144)	3.079	8.263
		(31.036)	(18.908)	(27.964)	(14.598)
Lucro líquido do exercício		107.552	68.098	107.552	68.098
Lucro básico e diluído por ação do capital social - R$	31	68,05	43,09		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	107.552	68.098	107.552	68.098
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	107.552	68.098	107.552	68.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício		107.552	68.098	107.552	68.098
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido					
Proveniente das atividades operacionais:					
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	30	31.036	18.908	27.964	14.598
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	-	3.068	(7.010)
Resultado de equivalência patrimonial	15	6.060	7.556	-	-
Depreciação e amortização de bens	28	29.441	27.283	72.966	59.817
Provisão para perdas no ativo	16	221	551	221	551
Provisão para perda esperada	11	7.994	2.233	7.994	842
Complemento (reversão) de provisão para obsolescência dos estoques	12	(3.708)	1.160	(3.421)	1.164
Provisão para benefícios a funcionários	33	7.995	8.086	8.746	8.792
Provisão para perdas operacionais		(1.285)	41	(1.285)	41
Amortização de tratos culturais	14.b	-	-	81.651	67.076
Resultado na venda de bens		(3.574)	1.427	(3.710)	1.403
Baixa de arrendamento	17.b	-	-	(18.142)	(18.287)
Juros e variação monetária sobre ativos monetários		(7.207)	(6.249)	(7.121)	(6.321)
Juros sobre financiamentos	19	(1.223)	7.999	2.662	26.835
Juros sobre arrendamentos	17.b	1.858	1.567	11.294	7.546
Juros apropriados sobre passivos monetários		233	90	233	90
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	52	-
Complemento (reversão) de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	24	464	2.357	473	2.445
Ajuste a valor presente sobre provisão para restauração ambiental			-	-	2
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:					
Contas a receber de clientes		(9.273)	23.552	(8.607)	24.689
Estoques		9.887	2.897	8.184	600
Impostos a recuperar		(2.679)	(97)	(3.376)	340
Adiantamento a fornecedores		174	(3.496)	198	(1.865)
Depósitos judiciais		2.222	688	2.198	690
Ativos biológicos	14.b	-	-	(82.293)	(71.878)
Outras contas a receber		1.147	7.134	615	7.790
Fornecedores		(15.380)	(4.198)	(16.236)	2.171
Obrigações sociais		(7.808)	(8.232)	(8.756)	(9.157)
Obrigações fiscais		3.608	(611)	3.597	(987)
Outras contas a pagar		(1.265)	(7.351)	(1.941)	(6.969)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19	(4.200)	(2.068)	(14.944)	(13.757)
Juros pagos de arrendamentos	17.b	(529)	(1.567)	(1.101)	(1.752)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(28.150)	(20.911)	(31.260)	(25.486)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		123.611	126.847	137.475	132.111
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		15.363	(40.618)	15.363	(40.618)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e plantações de lavouras de cana-de-açúcar	16	(30.865)	(26.740)	(61.243)	(62.146)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	15.b	(35.000)	(64.999)	-	-
Aquisição de intangível	18	(393)	-	(411)	(40)
Recebimentos pela venda de bens do ativo imobilizado		9.341	678	9.753	981
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(41.554)	(131.679)	(36.538)	(101.823)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos de partes relacionadas, líquidos		45	(124)	(62)	(124)
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	19	1.000	39.567	1.000	39.567
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	19	(8.113)	(5.858)	(35.434)	(30.667)
Pagamentos de passivos de arrendamento	17.b	(4.973)	(5.552)	(6.279)	(6.484)
Pagamentos de parcelamento de tributos		(533)	(283)	(533)	(283)
Pagamento de dividendos / juros sobre capital próprio	26	(77.745)	(33.185)	(77.745)	(33.185)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		(90.319)	(5.435)	(119.053)	(31.176)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(8.262)	(10.267)	(18.116)	(888)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		154.085	164.352	178.180	179.068
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	145.823	154.085	160.064	178.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$)

1. Contexto operacional A Companhia Müller de Bebidas ("Companhia" ou "Controladora"), sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de Pirassununga, no estado de São Paulo, tem por atividade preponderante a fabricação e comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, cujas marcas são de propriedade da Companhia, bem como a participação no capital social de outras sociedades, como sócio cotista ou acionista. A Companhia possui a unidade industrial (destilaria) localizada no município de Porto Ferreira/SP (Destilaria Lageado), que produz sua principal matéria-prima; duas unidades para padronização e envasamento das cachaças e de outras bebidas alcoólicas, sendo uma localizada no município de Pirassununga/SP e a outra unidade no município de Cabo de Santo Agostinho/PE. A sua sede administrativa está localizada no município de Pirassununga/SP. A produção de sua principal matéria-prima pela destilaria representa 103,7% (93,7% em 2024) do total de produto acabado envazado pela unidade localizada em Pirassununga. Do total da cana-de-açúcar processada por esta unidade, 64,4 % (68,7 % em 2024) foram adquiridos da controlada Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda.. e da parte relacionada Condomínio Agropecuário Guilherme Müller Filho e Outros ("Condomínio GMFO"), este último pertencente a acionistas controladores. A unidade de Cabo de Santo Agostinho/PE, tem por atividade preponderante a padronização, o engarrafamento e a comercialização de cachaças e de outras bebidas alcoólicas, que representa, aproximadamente, 10,2 % (9,3% em 2024) do total envasado consolidado, cuja matéria-prima é substancialmente adquirida com terceiros e conta com incentivo fiscal no âmbito estadual, conforme comentado na nota explicativa nº 25. **Reforma Tributária sobre o Consumo** A Emenda Constitucional nº 132/2023, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 e pela Lei Complementar nº 227/2026, instituiu novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, baseado em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios, em substituição ao PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi ainda instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A implementação ocorrerá de forma gradual no período de 2026 a 2032, durante o qual haverá convivência entre o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 disciplinou a administração do IBS, instituindo o Comitê Gestor responsável por sua arrecadação, fiscalização, compensação e distribuição das receitas, bem como estabeleceu diretrizes para aproveitamento de créditos do sistema atual. A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e financeiros decorrentes da nova sistemática. A mensuração detalhada destes impactos será possível somente após a publicação da regulamentação da nova regra fiscal, o que deve acontecer ao longo do exercício de 2026. **2. Relação de entidades controladas** Em 31/12/2025 e de 2024, a Companhia possui participação nas seguintes controladas:

Controladas	Participação - %
Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda. ("Vale do Xingu")	100
Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. ("Centro da Mata")	100

(a) A controlada Vale do Xingu é uma empresa individual de responsabilidade limitada, com sede no município de Porto Ferreira/SP, tem por atividade preponderante exploração de cultura de cana-de-açúcar em terras próprias e de terceiros e prestação de serviços rurais. Constituída e estruturada para produzir e comercializar parte significativa de sua produção para com sua parte relacionada Companhia Muller de Bebidas (Destilaria Lageado), conforme mencionado na nota explicativa n° 23.c. a safra iniciou em 10 de maio e terminou 26/10/2025 e teve uma produção de 370 mil toneladas (371 mil toneladas em 2024). (b) Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. ("Centro da Mata") A controlada é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Fazenda Centro da Mata, no município de Nova Ubiratã/MT. Em 2014 teve início a cessação das operações pecuárias, realizadas no imóvel rural denominado fazenda Centro da Mata,/MT, até então explorada pela cindida Vale do Xingu (cisão realizada em julho de 2014). Em 2021, foi concluído os trabalhos de preparo de solo da área destinada ao projeto (8.968 ha) e a cessação da atividade pecuária, tendo sido totalmente eliminada as pastagens e as instalações pecuárias. Os ativos relacionados com a atividade pecuária foram integralmente baixados. Em 31/12/2025, os ativos biológicos da Empresa são compostos pelas lavouras: (i) de soja, cultivada em 7.085 ha (2024 – 7.100 ha), com colheita prevista para os meses de janeiro a março de 2026, (ii) de stylosantes, cultivada em 1.200 há, com colheita prevista para o mês de junho de 2026 e (iii) brachiária, cultivada em 500 há, com colheita prevista para o mês de maio de 2026, no decorrer de 2025, foi também realizado o plantio das seguintes culturas: (i) milho em uma área de 2.050 ha (2024 - 1.191 ha), (ii) feijão em uma área de 1.154 ha (2024 - 1.054 ha), cujas colheitas e vendas substanciais foram realizadas em 2025. O projeto prevê que o fluxo de caixa da atividade agrícola será superavitário na medida em que a maturação do solo se consolida, resultando em produtividades crescentes. As necessidades decorrentes da geração insuficiente de caixa vêm sendo supridas com recursos de terceiros e da controladora. **3. Base de preparação Declarações de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21/03/2026. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa n° 7. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (i) **Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) Reconhecimento de provisão para perda esperada, conforme nota explicativa nº 11. (b) Reconhecimento de provisão para perda na realização dos estoques, conforme nota explicativa nº 12. (c) Mensuração do valor justo dos ativos biológicos, conforme nota explicativa nº 14. (d) Teste de redução ao valor recuperável "*Impairment*" de itens do ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 16. (e) Reconhecimento de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, conforme nota explicativa nº 24. (ii) **Mensuração ao valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requererem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). • A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do exercício de relatório durante o qual a mudança ocorreu. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa n° 14 - ativos biológicos; e • Nota explicativa n° 34 - instrumentos financeiros. **6. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos ativos biológicos mensurados pelo valor justo menos o custo de venda. **7. Políticas contábeis materiais** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **7.1 Moeda estrangeira** ***Transações em moeda estrangeira*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **7.2 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** ***(i) Caixa e equivalentes de caixa*** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras designadas pela Administração na contratação como disponíveis para negociação. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração estas serem prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. ***(ii) Aplicações financeiras*** Representadas, basicamente, por cotas de fundos de investimento, com vencimento acima de 90 dias a partir da data de aplicação. Estão classificadas de acordo com a intenção de sua realização como investimentos pela Administração da Companhia. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. **7.3 Instrumentos financeiros** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial*** Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente*** *Ativos financeiros - classificação* A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos. Os instrumentos financeiros são classificados como: (i) Custo amortizado quando atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, seus termos contratuais geram em datas específicas fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. São subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. (ii) Valor justo por meio do resultado quando não classificado como custo amortizado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas* • **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. • **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento*** A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos. ***(iv) Compensação*** As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros são fornecidas na nota explicativa n° 34. **7.4 Contas a receber de clientes** Registradas e mantidas no balanço pelo valor justo dos títulos representativos desses créditos e ajustadas a valor presente, quando aplicável e relevante. A Companhia possui normas para o monitoramento da concessão de créditos e supervisionam o risco de não recebimento de valores decorrentes de operações de venda. Quando aplicável, é constituída a provisão para perda esperada com base na análise das contas a receber de clientes em aberto e no índice histórico de perdas incorridas. **7.5 Estoques** Demonstrados pelo valor de custo, sendo inferiores aos valores de realização líquidos dos custos para venda. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde, quando aplicável, ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. O custo de grãos transferido de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data da colheita. ***Custos de manutenção de entressafra*** Os custos de manutenção de entressafra referem-se a realização de manutenções anuais em seus equipamentos, no período de outubro a abril. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra indireto, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Esse montante é alocado no ativo circulante e amortizado durante a safra seguinte. Os valores são mensurados pelo valor de custo, sem nenhum acréscimo de valor justo. E a amortização é reconhecida no resultado. **7.6 Ativos biológicos** Correspondem à lavoura de soja, milho e feijão, stylosantes e brachiaria exploradas pela controlada Centro da Mata e cana-de-açúcar explorada pela Vale do Xingu. O ativo biológico está mensurado ao valor justo, deduzido dos custos necessários para colocar o produto em condição de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 14. A avaliação do ativo biológico é feita anualmente pelas controladas, sendo o ganho ou a perda na variação do valor justo reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem na rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos", na demonstração do resultado. O aumento ou a redução no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no fim do exercício avaliado. **7.7 Investimentos em controladas** Avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base nos balanços levantados pelas controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras da Companhia. **7.8 Propriedades para investimentos** Representadas por terrenos e edifícios, mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento em operação são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. As propriedades para investimento têm seu o valor justo avaliado e divulgado somente em nota explicativa e apurou o seguinte valor R$ 6.580 (11.969 em 2024). A redução do valor apresentada é decorrente da venda de um dos imóveis em julho/2025. **7.9 Imobilizado** Compreende substancialmente terrenos, edificações e benfeitorias, reservatórios, tanques e tonéis e as máquinas e equipamentos do processo produtivo e planta portadora da cana-de-açúcar (utilizada na produção de produto agrícola). Demonstrado ao valor de custo atribuído em 1º/01/2009, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso; os terrenos não sofrem depreciação. A planta portadora, de acordo com o CPC27, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo, sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente no resultado. As depreciações são calculadas considerando os seguintes anos como vida útil-econômica estimada dos bens:

	Controladora - Vida útil em anos em 31/12/2025	Controladora - Vida útil em anos em 31/12/2024
Edificações	3 a 50	3 a 50
Benfeitorias	3 a 50	3 a 50
Máquinas, equipam

...continuação da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. b. ***Outras Normas Contábeis*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

9. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	6.872	7.633	7.011	8.824
Aplicações financeiras	138.951	146.452	153.053	169.356
Total	145.823	154.085	160.064	178.180

A Companhia e suas controladas têm mantido suas aplicações financeiras em instituições bancárias de baixo risco, as quais a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o "*rating*" divulgado pelas agências de risco. As aplicações financeiras estão representadas principalmente por certificados de depósito bancário - CDBs, remuneradas a taxa média de 104,8% a.a. (104,3% a,a. em 2024) da variação do CDI.

10. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Títulos de Renda Fixa	-	20.394	-	20.394
Fundos de investimento	25.255	20.224	25.225	20.224
Total	25.255	40.618	25.255	40.618

As aplicações financeiras estão representadas por cotas de fundos de investimentos compostos principalmente por títulos privados remunerados a taxa média de 104,8 % a.a. do CDI em 2025 (em 2024 104,3% a.a.). As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa n° 34.**11. Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
No mercado interno	111.913	102.860	111.813	103.427
No mercado externo	6.362	6.501	6.362	6.501
Total	118.275	109.361	118.175	109.928
Provisão para perda esperada	(16.365)	(8.730)	(16.365)	(8.730)
Total	101.910	100.631	101.810	101.198
Circulante	101.027	94.945	100.927	95.512
Não circulante	883	5.686	883	5.686
Total	101.910	100.631	101.810	101.198

Não há valores de contas a receber dados em garantia. O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, na controladora e no consolidado, corresponde a aproximadamente 26 dias em 2025 (28 dias em 2024). Em virtude do rápido giro das contas a receber e da irrelevância dos valores envolvidos, não foi registrado ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes. A Companhia e suas controladas possuem normas para o monitoramento da concessão de créditos e supervisionam o risco de não recebimento de valores decorrentes de operações de venda. A provisão para perda esperada é constituída com base na análise das contas a receber de clientes em aberto e do histórico de recebimento da Companhia e de suas controladas, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. O saldo a receber está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	102.340	98.789	102.240	99.356
Vencidas até 90 dias	3.424	1.975	3.424	1.975
Vencidas de 91 a 180 dias	2.242	770	2.242	770
Vencidas há mais de 180 dias	10.269	7.827	10.269	7.827
Total das contas vencidas	15.935	10.572	15.935	10.572
Total das contas a receber de clientes	118.275	109.361	118.175	109.928

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º/01	8.730	10.364	8.730	11.755
Constituição de provisão	7.994	2.233	7.994	842
Baixas como incobráveis	(359)	(3.867)	(359)	(3.867)
Em 31/12	16.365	8.730	16.365	8.730

A provisão para perda esperada é registrada na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", no resultado do exercício. Os valores provisionados são baixados quando todos os esforços de cobrança foram esgotados e não existe expectativa de recuperação dos valores a receber. **12. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	31.936	20.549	31.936	20.549
Produtos em elaboração	29.414	37.331	29.414	37.331
Matérias-primas	92.790	91.583	108.157	106.810
Materiais para acondicionamento e embalagem	16.162	27.847	16.162	27.847
Materiais de almoxarifado e outros	13.172	11.449	14.503	12.627
Gastos com entressafra	7.429	8.323	7.562	8.323
Total	190.903	197.082	207.734	213.487

Não há estoques da Companhia e de suas controladas oferecidos em garantia. Foi constituída provisão para obsolescência de estoques, para as classes citadas acima, exceto para a classe de gastos com entressafra, no montante de R$ 3.957 (R$ 7.665 em 2024) da Companhia e o montante de R$ 4.575 (R$ 7.996 em 2024) do consolidado, cuja utilização ou comercialização é considerada incerta. A movimentação na provisão é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º/01	7.665	6.505	7.996	6.832
Constituição de provisão	1.014	2.460	1.467	2.507
Reversão de provisão	(4.722)	(1.300)	(4.888)	(1.343)
Em 31/12	3.957	7.665	4.575	7.996

13. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	6.819	5.363	7.823	5.850
Programa de Integração Social - PIS e COFINS (*)	33.438	31.787	33.979	32.165
Instituto Nacional da Previdência Social – INSS	-	-	15	44
Outros impostos a recuperar	-	71	-	71
Total	40.257	37.221	41.817	38.130
Circulante	36.019	2.595	36.575	3.493
Não circulante	4.238	34.626	5.242	34.637
Total	40.257	37.221	41.817	38.130

(*) R$ 33.348 (R$ 31.787 em 2024), refere-se a crédito das contribuições ao PIS e a COFINS decorrente da exclusão Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS de suas bases de cálculo, relativo a ação judicial impetrada pela incorporada CMBNE, transitada em julgado em 2025, contemplando os fatos geradores ocorridos no período de abril de 2002 a dezembro de 2015. Este crédito será compensado, tão logo ocorra a homologação do pleito de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. **14. Ativos biológicos** Os ativos biológicos de suas controladas compreendem: (a) cultivo de cana-de-açúcar pela controlada Vale do Xingu para abastecimento de matéria-prima (cana de açúcar) na produção de aguardente da Companhia e (b) cultivo de soja, milho e feijão pela controlada Centro da Mata. **a. Composição dos saldos**

	Consolidado			
	2025		2024	
	Área	Valor	Área	Valor
Lavoura de cana-de-açúcar (hectares-ha)	6.640	18.845	6.626	23.174
Lavoura de soja (hectares - ha)	7.085	31.123	7.100	30.896
Lavoura de milho (hectares- ha)	-	205	-	68
Lavoura de feijão (hectares- ha)	-	48	-	35
Lavoura de Brachiária (hectares- ha)	500	545	-	-
Lavoura de Stylosanthes (hectares- ha)	1.200	1.971	-	-
Total dos ativos biológicos		52.737		54.173

b. Movimentação dos saldos

	Consolidado						
	Cana-de-açúcar	Soja	Milho	Lavoura de feijão	Lavoura Brachiária	Lavoura Stylosanthes	Total
Saldo em 31/12/2023	19.229	23.010	7	-	-	-	42.246
Variações no valor justo	1.845	5.280	-	-	-	-	7.125
Gastos com plantio	26.424	32.579	5.256	7.619	-	-	71.878
Custo de vendas	(24.324)	(29.973)	(5.195)	(7.584)	-	-	(67.076)
Saldo em 31/12/2024	23.174	30.896	68	35	-	-	54.173
Variações no valor justo	(4.434)	2.356	-	-	-	-	(2.078)
Gastos com plantio	28.134	32.281	9.269	9.125	1.513	1.971	82.293
Custo de vendas	(28.079)	(34.410)	(9.132)	(9.112)	(968)	-	(81.651)
Saldo em 31/12/2025	18.845	31.123	205	48	545	1.971	52.737

Em 31/12/2025, a controlada Vale do Xingu possuí 6.640 ha (6.626 ha em 2024) de cana-de-açúcar plantada sendo: (i) 123 ha (76 ha em 2024) em terras próprias; e (ii) 6.517 ha (6.550 ha em 2024) em terras de terceiros, a qual, quando colhida, será integralmente vendida à controladora, que a utilizará como matéria-prima na produção de cachaça. Em 31/12/2025, o ativo biológico da controlada Centro da Mata é composto pela lavoura de soja, cultivada em 7.085 ha (2024 - 7.100 ha), com colheita prevista para os meses de janeiro a março de 2026. Durante o exercício também foi realizado o plantio das seguintes culturas: (i) milho em uma área de 2.050 ha (2024 - 1.191 ha), (ii) feijão em uma área de 1.154 ha (2024 - 1.054 ha), cujas colheitas e vendas substanciais foram realizadas em 2025. **c. Determinação do valor justo** O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e em todas as data-bases apresentadas nessas demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos é reconhecido no resultado do período na rubrica "Variação no valor justo dos ativos biológicos". Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou, quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso de lavouras plantadas há poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de venda das *commodities* agrícolas, taxa de desconto, plano de colheita e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado do capital, calculado com base na taxa de risco e o perfil de endividamento do setor no Brasil. Taxa média utilizada em 2025 foi 4,71% a.a. (3,36% a.a. em 2024). O valor justo dos ativos biológicos é formado substancialmente pela cultura de soja e cana-de-açúcar e abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dessas culturas. **d. Lavoura de cana-de-açúcar** Os custos estimados para a cultura de cana de açúcar contemplam: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica dos ativos biológicos (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita, Transbordo e Transporte (CTT); (iii) custos de capital (máquinas e equipamentos); (iv) custos de parceria agrícola e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. A cultura de cana-de-açúcar é iniciada pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a planta portadora ou raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco safras. A planta portadora da cana-de-açúcar - soqueira é classificada como ativo imobilizado no ativo não circulante pelo custo de formação e o ativo biológico consumível representado pela cana-de-açúcar a ser colhida ("cana em pé") está mensurado ao valor justo e classificado no ativo circulante. Com base na estimativa de receitas e custos, a controlada Vale do Xingu determina o fluxo de caixa a ser gerado e o traz a valor presente, considerando uma taxa de desconto compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração no fim de cada exercício e são revisados anualmente por ocasião de sua preparação e, se necessário, ajustados, caracterizando, portanto, mensuração de valor justo de nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado. A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

	2025	2024
Área estimada de colheita (ha) (i)	6.640	6.626
Produtividade prevista (ton/ha) (ii)	86	86
Quantidade de Açúcar Total Recuperável "ATR" por tonelada de cana-de-açúcar (kg) (iii)	128	127
Preço médio de ATR (R$) (iv)	1,09	1,18
Taxa de desconto a.a. (v)	4,71%	2,94%

(i) Área total estimada de colheita projetada para ser cortada medida em hectares; (ii) O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada (produtividade), medida em toneladas. A produtividade é calculada por talhão de plantação, sendo que cada um possui uma especificidade em relação a solo, material genético, clima etc.; (iii) O nível de concentração de açúcar - ATR foi estimado considerando a produtividade média projetada do canavial por idade de corte; (iv) Os preços de venda são determinados com base no preço médio do quilo do ATR - Açúcar Total Recuperável, publicado pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia - UNICA na data da demonstração financeira; e (v) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa a qual foi ajustada ao risco da Empresa, o qual é revisado anualmente pela administração. ***Análise de sensibilidade*** A controlada Vale do Xingu avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/12/2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção em toneladas de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar resultaria em um aumento ou redução de R$ 3.999. Com relação ao volume de produção em toneladas de cana-de-açúcar, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de 28.399 ton. **e. Lavoura de soja** Em 31/12/2025 e de 2024, as seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo da lavoura de soja:

	2025	2024
Área total estimada da colheita (ha) (i)	7.085	7.100
Produtividade prevista (sc/ha) (ii)	55	58
Preço médio (em reais / sc) (iii)	117,19	116,88
Taxa de desconto (iv)	4,71%	3,36%
Previsão de início da colheita	Janeiro 2026	Janeiro 2025

(i) O ativo biológico soja avaliado pela metodologia da renda em 31/12/2025, considerou que o período de projeção deve ser a partir do estágio R5 de desenvolvimento (este período vai variar de acordo com a variedade de soja plantada e do seu ciclo de produção podendo ser de 1, 2 ou 3 meses.), que é quando se inicia o enchimento do grão, se é possível a realização de estimativa confiável da produtividade esperada. Em 31/12/2025 a área de soja plantada na qual a Empresa pode mensurar o valor justo dos ativos biológicos de forma confiável, foi de 6.707 ha (2024 - 5.726 ha) que corresponde ao estágio fenológico R5 (enchimento dos grãos). Área total estimada de colheita projetada medida em hectares; (ii) O volume de produção estimado medido em sacas; (iii) Preço médio determinado com base no preço praticável na praça do Estado do Mato Grosso na data da demonstração financeira; e (iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa os quais foram ajustadas ao risco da Empresa, o qual é revisado anualmente pela administração. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração no fim do exercício e serão revisados anualmente por ocasião de sua preparação e, se necessário, ajustados. ***Análise de sensibilidade*** A controlada Centro da Mata avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/12/2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da saca de soja e (ii) volume da produtividade, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da saca de soja resultaria em um aumento ou redução de R$ 2.162 (em 2024 - R$ 1.750). Com relação a produtividade da soja, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de 10.128 sacas (em 2024 - 16.605). **f. Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas** As controladas estão expostas a riscos relacionados às suas plantações, cujas estratégias da Administração para mitigá-los estão descritos abaixo. ***(i) Riscos regulatórios e ambientais*** As controladas são sujeitas às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar possíveis riscos e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos. ***(ii) Gestão de riscos climáticos e outras*** As controladas atuam no segmento do Agronegócio estão sujeitas aos fenômenos climáticos no qual envolvem riscos de secas, incêndios e geadas, além disso, os negócios das controladas estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar, soja, milho e feijão nas regiões que opera no Brasil. Entretanto, para mitigar os impactos na produção, as controladas realizam monitoramento constante com objetivo de tomar medidas preventivas na operação, com isso, é possível diminuir consideravelmente os riscos de impactos relevantes. A produção de aguardente depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e, por conseguinte, nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta s e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que as controladas iram obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico. Adicionalmente, os negócios sujeitos à sazonalidade operacional de acordo com o ciclo vegetativo e de desenvolvimento da cana-de-açúcar no período de maio a novembro de cada ano. Essa situação gera variações nos estoques das controladas, normalmente com alta no final do período de produção, para atendimento das vendas no período de entressafra, aliado a um certo grau de sazonalidade também na lucratividade operacional e geração de caixa, sobretudo nos últimos meses do exercício social. Essa sazonalidade e qualquer redução no volume do açúcar recuperado da matéria-prima poderão ter efeito adverso sobre os resultados operacionais das controladas e na sua geração de caixa. **15. Investimentos em controladas a. Composição dos saldos**

	2025			2024
	Vale do Xingu	Centro da Mata	Total	Total
Investimentos	101.725	172.054	273.779	244.839

b. Adiantamentos para futuro aumento de capital ***b.1 Vale do Xingu*** Em 2025 não houve concessão de adiantamentos para futuro aumento de capital. Em 2024, foi firmado Instrumento de Acordo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com esta controlada, nos termos da deliberação do Conselho de Administração, no qual a Companhia se obriga a efetuar a concessão de R$ 25.000 à Empresa a título de adiantamentos para futuro aumento de capital. O saldo do adiantamento efetuado em 2024, foi integralmente capitalizado em abril de 2026, mediante atribuição de uma nova cota a cada R$1,00 integralizado, elevando o capital de R$ 62.029 para R$ 87.029. ***b.2 Centro da Mata*** Em 2025, conforme deliberação do Conselho de Administração, foram firmados Instrumentos de Acordo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, mediante o qual esta se obrigou e efetuou a concessão de R$ 35.000 (R$ 39.999 em 2024) à Centro da Mata a título de adiantamentos para futuro aumento de capital. O saldo do adiantamento efetuado em 2025, será integralmente capitalizado em abril de 2026, mediante atribuição de uma nova cota a cada R$1,00.

Movimentação dos investimentos em controladas

	Vale do Xingu	Centro da Mata	Total
Saldo em 31/12/2023	73.737	113.659	187.396
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	25.000	39.999	64.999
Resultado de equivalência patrimonial	8.437	(15.993)	(7.556)
Saldo em 31/12/2024	107.174	137.665	244.839
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	35.000	35.000
Resultado de equivalência patrimonial	(5.449)	(611)	(6.060)
Saldo em 31/12/2025	101.725	172.054	273.779

16. Imobilizado Composição dos saldos

	Controladora									
	Vida útil em anos em 2025	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	2025	Vida útil em anos em 2024	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	2024
Terras e terrenos	-	13.935	-	-	13.935	-	14.787	-	-	14.787
Edificações e benfeitorias e instalações elétricas	3 a 50	136.863	(68.765)	-	68.098	3 a 50	135.370	(65.423)	-	69.947
Máquinas, equipamentos e equip. diversos	3 a 25	205.957	(149.922)	-	56.035	3 a 25	205.456	(153.006)	-	52.450
Reservatórios, tonéis e tanques	3 a 20	61.881	(42.537)	-	19.344	3 a 20	59.486	(40.188)	-	19.298
Contentores e recipientes e vasilhames de vidros	3 a 11	36.258	(13.214)	(1.138)	21.906	3 a 11	27.471	(10.999)	(916)	15.556
Equipamentos de informática	5	7.957	(5.384)	-	2.573	5	7.007	(4.882)	-	2.125
Máquinas e implementos agrícolas	2 a 10	16.944	(11.037)	-	5.907	2 a 10	20.131	(10.759)	-	9.372
Veículos	3 a 5	3.764	(1.983)	-	1.781	3 a 5	3.556	(1.754)	-	1.802
Outros (Móveis, utensílios, empilhadeira)	10	2.787	(1.885)	-	902	10	2.813	(2.059)	-	754
Total em operação		486.346	(294.727)	(1.138)	190.481		476.077	(289.070)	(916)	186.091
Obras em andamento	-	4.051	-	-	4.051	-	4.662	-	-	4.662
Total	-	490.397	(294.727)	(1.138)	194.532	-	480.739	(289.070)	(916)	190.753

	Consolidado									
	Vida útil em anos em 2025	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	2025	Vida útil em anos em 2024	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	2024
Terras e terrenos	-	13.935	-	-	13.935	-	14.787	-	-	14.787
Edificações e benfeitorias e instalações elétricas	3 a 59	177.681	(78.885)	-	98.796	3 a 59	171.655	(71.299)	-	100.356
Máquinas, e equipamentos e equip. diversos	3 a 57	205.957	(149.922)	-	56.035	3 a 57	205.456	(153.006)	-	52.450
Máquinas, implementos agrícolas e silos	2 a 60	71.085	(32.140)	-	38.945	2 a 60	70.958	(29.807)	-	41.151
Reservatórios, tonéis e tanques	3 a 20	62.513	(42.915)	-	19.598	3 a 20	60.123	(40.522)	-	19.601
Veículos	2 a 14	9.002	(6.248)	-	2.754	2 a 14	8.642	(6.058)	-	2.584
Contentores e recipientes e vasilhames de vidros	3 a 11	36.258	(13.215)	(1.138)	21.905	3 a 11	27.470	(11.000)	(916)	15.554
Equipamentos de informática	3 a 5	8.585	(5.915)	-	2.670	3 a 5	7.693	(5.363)	-	2.330
Terras de exploração	-	145.860	-	-	145.860	-	145.628	-	-	145.628
Planta portadora da cana-de-açúcar	5	106.912	(41.266)	-	65.646	5	89.054	(25.588)	-	63.466
Outros (Móveis, utensílios	10	5.023	(2.959)	-	2.064	10	5.017	(3.084)	-	1.933
Total em operação		842.811	(373.465)	(1.138)	468.208		806.483	(345.727)	(916)	459.840
Obras em andamento	-	5.790	-	-	5.790	-	6.080	-	-	6.080
Total	-	848.601	(373.465)	(1.138)	473.998	-	812.563	(345.727)	(916)	465.920

Movimentação dos saldos

	Controladora										
	Terras e terrenos	Edificações Benfeitorias e instalações elétricas	Máquinas, Equipamentos, equip. diversos	Reservatórios tonéis e tanques	Contentores erecipientes e vasilhames de vidros	Equipamentos de informática	Máquinas, implementos agrícolas	Veículos	Outros (Móveis, Utensílios)	Total em operação	Obras em andamento	Total
Em 31/12/2023	14.750	71.388	54.745	20.097	10.694	881	5.504	969	739	179.767	1.899	181.666
Aquisição	-	402	2.131	214	10.930	604	4.835	287	153	19.556	12.001	31.557
Baixas	-	(22)	(27)	(2)	(1.741)	(4)	(152)	(64)	(93)	(2.105)	-	(2.105)
Transferências (a)	37	1.750	4.627	2.053	-	1.100	-	1.011	45	10.623	(9.238)	1.385
Provisão para perdas	-	-	-	-	(551)	-	-	-	-	(551)	-	(551)
Depreciação	-	(3.571)	(9.026)	(3.064)	(3.776)	(456)	(815)	(401)	(90)	(21.199)	-	(21.199)
Em 31/12/2024	14.787	69.947	52.450	19.298	15.556	2.125	9.372	1.802	754	186.091	4.662	190.753
Aquisição	-	676	2.519	447	13.890	1.268	63	409	260	19.532	14.374	33.906
Baixas	(852)	-	(259)	-	(903)	(7)	(2.804)	-	-	(4.825)	-	(4.825)
Transferências	-	1.028	11.371	2.585	-	7	-	-	(5)	14.986	(14.986)	-
Provisão para perdas	-	-	-	-	(221)	-	-	-	-	(221)	-	(221)
Depreciação	-	(3.551)	(10.047)	(2.986)	(6.416)	(820)	(724)	(430)	(107)	(25.081)	-	(25.081)
Em 31/12/2025	13.935	68.100	56.034	19.344	21.906	2.573	5.907	1.781	902	190.482	4.050	194.532

(a) Em 2024 o valor de transferência refere-se a: (i) R$ 1.348 bens da rubrica Direito de Uso reclassificados para o Imobilizado, e (ii) R$ 37 bem da rubrica outras contas a receber reclassificado para o imobilizado.

	Consolidado											
	Terras e Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e instalações	Máquinas, Implementos Agrícolas e silos	Reservatórios, tonéis e tanques	Veículos	Contentores e recipiente e vasilhames de vidros	Equipamentos de informática	Terras de Exploração	Outros (Móveis e Utensílios)	Lavoura de cana-de-açúcar	Total em operação	Total em Andamento	Total
Em 31/12/2023	14.750	93.869	54.745	38.175	20.424	1.717	10.694	1.008	145.431	2.042	51.505	434.360	4.282	438.642
Aquisição (a)	-	400	2.131	5.475	236	548	10.930	803	391	185	24.851	45.950	21.014	66.964
Baixas	-	(22)	(27)	(166)	(2)	(132)	(1.741)	(4)	(194)	(96)	-	(2.384)	-	(2.384)
Transferências	37	11.385	4.627	343	2.053	1.044	-	1.100	-	45	-	20.634	(19.215)	1.418
Depreciação	-	(5.277)	(9.026)	(2677)	(3.110)	(593)	(3.778)	(576)	-	(241)	(12.891)	(38.169)	-	(38.169)
Reversão de provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	(551)	-	-	-	-	(551)	-	(551)
Em 31/12/2024	14.787	100.355	52.450	41.150	19.601	2.583	15.554	2.331	145.628	1.935	63.465	459.840	6.081	465.920
Aquisição (a)	-	676	2.519	3.208	447	1.032	13.890	1.272	278	404	21.071	44.797	19.531	64.328
Baixas	(852)	-	(259)	(2.817)	(1)	(248)	(903)	(9)	-	(13)	1	(5.101)	-	(5.101)
Transferências (b)	-	5.585	11.371	279	2.585	(8)	-	7	-	2	-	19.821	(19.821)	-
Depreciação	-	(7.819)	(10.047)	(2.876)	(3.033)	(607)	(6.416)	(929)	-	(264)	(18.890)	(50.881)	-	(50.881)
Reversão de provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	(221)	-	(46)	-	-	(267)	-	(267)
Em 31/12/2025	13.935	98.797	56.034	38.944	19.599	2.752	21.904	2.672	145.860	2.064	65.646	468.209	5.791	473.998

As adições ao imobilizado no exercício referem-se substancialmente à aquisição de máquinas industriais e contentores e recipientes pela Controladora, e máquinas e equipamentos agrícolas pelas controladas Centro da Mata e lavouras de cana-de-açúcar pela controlada Vale do Xingu. Em 2024 o valor de transferência refere-se a:(i) R$ 1.348 bens da rubrica Direito de Uso reclassificados para o Imobilizado, e (ii) R$ 37 bem da rubrica Outras Contas a Receber reclassificado para o Imobilizado, na Controladora e R$ 33 na controlada Centro da Mata, relativo a bens da rubrica Direito de Uso reclassificados para o Imobilizado. A depreciação do exercício foi alocada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo de produção	23.399	19.854	48.105	36.222
Despesas operacionais	1.682	1.345	2.814	1.947
Total	25.081	21.199	50.919	38.169

Desse montante, a depreciação da mais-valia do custo atribuído monta a R$ 2.677 (R$ 1.562 em 2024) na controladora e R$ 2.677 (R$ 1.562 em 2024) no consolidado. O valor correspondente, líquido dos efeitos tributários, foi transferido da rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" para "Lucros acumulados", a título de realização do custo atribuído, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Companhia e suas controladas monitoram o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para o exercício findo em 31/12/2025, a Administração da Companhia não identificou necessidade de alterar o valor recuperável de seus ativos imobilizados. Em 2024, foi identificado a necessidade de alterar a vida útil estimada das máquinas e equipamentos, reservatórios e tonéis e nas controladas a alteração ocorreu nas contas de edificações e benfeitorias, veículos e das máquinas e implementos agrícolas. A vida útil estimada desses bens aumentou e o valor residual diminui. **Bens dados em garantia** Em 31/12/2025 e 2024, a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes bens dados em garantia de empréstimos e financiamentos:

	Consolidado					
	2025			2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	-	-	1.076	(476)	600
Máquinas e implementos agrícolas	7.702	(2.185)	5.517	9.633	(2.045)	7.588
Veículos	392	(266)	126	192	(91)	101
Total	8.094	(2.451)	5.643	10.901	(2.612)	8.289

A controlada Centro da Mata possui também hipoteca das matriculas 7.671, 8.940, 8.941, 9.020, 9.021, 9.061, 9.062, 9.109 e 9.170, que compõem parte do imóvel rural denominado Fazenda Centro da Mata registrada pelo montante de R$ 104.258. **17. Direito de uso e arrendamento a pagar e parcerias agrícolas** Conforme descrito na nota explicativa nº 7.10 a Companhia e suas controladas adotaram para novos contratos de arrendamento e parcerias agrícolas a pagar o CPC 06 (R2). A movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar e parceria agrícola durante o exercício foi a seguinte: **a. Direito de uso**

	Controladora				
	Veículos	Eqtos.de processa. de dados	Bens Móveis	Empilhadeira	Ativo de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2023	13.524	1.418	-	-	14.942
Adições	-	-	384	-	384
Remensuração	935	-	-	-	935
Transferência para imobilizado	(248)	(1.100)	-	-	(1.348)
Depreciação	(5.531)	(318)	(64)	-	(5.913)
Saldo em 31/12/2024	8.680	-	320	-	9.000
Adições	12.510	-	-	4

Continuação...

avaliação patrimonial Refere-se ao ajuste do ativo imobilizado pelo custo atribuído registrado em 1º/01/2009 na Companhia e em suas controladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários, e realizado na proporção das depreciações e baixas dos bens reavaliados, conforme nota explicativa nº 16. **d. Reservas de lucros** (i) **Reserva legal** A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% sobre o capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Em 2025 foi destinado a esta conta o valor de R$ 5.377 (R$ 3.405 em 2024), que totaliza R$ 39.816 (R$ 34.439 em 2024). (ii) **Reserva para investimentos** O saldo desta reserva no valor de R$ 74.001, corresponde a parte dos projetos de investimentos da Companhia e de suas controladas apresentados pela Administração, nos termos do Art. 196 da Lei das S/A que totalizaram R$ 551.467 em 2024 com recursos próprios, após aprovação em assembleia de acionistas (Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2025 e Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/05/2025). Este saldo será revertido e na sequência capitalizado, em decorrência de deliberação dos acionistas em assembleia geral extraordinária realizada em 26/01/2026, conforme nota explicativa de Eventos Subsequentes sob nº 37. (iii) **Retenção de lucros em cumprimento a decisões judiciais** Refere-se a reserva de fração do saldo lucro líquido do exercício de 2023, no valor de R$ 22.500, efetuada nos termos de intimações recebidas de decisões judiciais, nos termos da Assembleia Geral Ordinária realizada em 22/04/2024. Em 2025, em virtude do encerramento e arquivamento desses processos judiciais este valor foi reclassificado para conta de lucros acumulados e sua destinação foi deliberada em assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 26/01/2026, conforme nota explicativa de eventos subsequentes sob nº 37. **e. Dividendos mínimos obrigatórios propostos e dividendos adicionais** (i) Dividendo mínimos obrigatórios propostos - a proposta de dividendo mínimo obrigatório consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, foi calculada a razão de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do estatuto social e da Lei das Sociedades por Ações, em especial, no disposto nos artigos 196 e 197. Para fins de determinação da base de cálculo dos dividendos, a Administração, observando o deliberado na Assembleia Geral Ordinária, que aprovou as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos a partir de 31/12/2014, aplicou o ajuste decorrente dos efeitos da realização do custo atribuído. Segue adiante o demonstrativo de cálculo desses dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	107.552	68.098
Reserva legal	(5.377)	(3.405)
Incentivos fiscais	-	-
Realização do custo atribuído	2.677	1.562
Base de cálculo dos dividendos	104.852	66.255
Dividendos mínimos obrigatórios propostos – 25%	26.213	16.563
Dividendo por ação em reais	16,59	10,48

Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando e na medida em que forem aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2025, foi deliberado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório sob a forma de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 31/12/2024, calculados nos termos do que determina o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, no valor de R$ 16.563 deduzidos do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, no valor líquido de R$ 14.079. (ii) **Dividendo adicionais** Por deliberação de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/05/2025 procedeu-se à distribuição de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios no valor de R$ 61.866, nos termos do estatuto social da Companhia, a saber:

Exercício social findo em	Data da realização da AGE	Valores R$	Dividendo por ação (Em R$)
31 de dezembro de 2024	26 de maio de 2025	49.692	31,44
31 de dezembro de 2023	26 de maio de 2025	12.174	7,70
		61.866	39,15

Na mencionada Assembleia, o dividendo adicional no valor de R$ 61.866 é composto pelos seguintes valores: (a) R$ 49.692 relativo ao exercício social findo em 2024sendo: (i) R$ 19.667 pago a título de dividendo e (ii) R$ 30.025, foi pago a título de juros sobre o capital próprio, calculados nos termos do que determina o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, deduzidos do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, no valor líquido de R$ 25.520 (R$ 28.207; e (b) R$ 12.174 relativo ao exercício social findo em 2023. (iii) **Juros sobre o capital próprio** Juros sobre Capital Próprio ou "JCP" são os juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, nos termos do §7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26/12/1995. O acionista poderá deliberar em assembleia que o dividendo obrigatório a ser pago pela Companhia deverá ser sob a forma de JCP, nos termos da legislação vigente. A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os sócios da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após determinada pelos sócios. Os juros sobre capital próprio são registrados inicialmente no resultado financeiro e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação das Demonstrações financeiras. **f. Dividendos adicionais propostos** O valor de R$ 101.139 refere-se a: (i) R$ 22.500 reversão da retenção de lucros em cumprimento a decisões judiciais, conforme mencionado no item d acima, e (ii) R$ 78.639 lucro remanescente do exercício social encerrado em 31/12/2025, após as destinações legais e proposta de dividendo mínimo obrigatório. Sua destinação foi deliberada em assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 26/01/2026, conforme nota explicativa de Eventos Subsequentes sob nº 37. **27. Receita** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercado interno	1.139.669	1.059.033	1.220.900	1.116.429
Mercado externo	24.339	22.911	24.339	22.911
Receita bruta	1.164.008	1.081.944	1.245.239	1.139.340
IPI	(149.989)	(139.168)	(149.989)	(139.168)
ICMS	(114.301)	(106.664)	(114.292)	(106.647)
COFINS	(66.044)	(61.333)	(66.061)	(61.577)
PIS	(14.339)	(13.316)	(14.342)	(13.377)
ISS	-	(210)	(77)	(132)
Contribuição sobre a produção rural	-	-	(3.929)	(2.710)
Devoluções e cancelamentos de vendas	(3.373)	(2.375)	(5.111)	(3.621)
Receita líquida das vendas	815.962	758.878	891.438	812.108
Classificadas como:				
Vendas de produtos	815.919	753.102	816.537	756.243
Vendas de ativo biológico e produto agrícola	-	-	74.545	48.984
Vendas de serviços	43	5.776	356	6.881
Total	815.962	758.878	891.438	812.108

28. Apresentação da demonstração do resultado por natureza A Companhia e suas controladas apresentaram a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Consumo de matérias-primas e materiais	(384.283)	(380.638)	(361.702)	(354.497)
Salários, encargos e benefícios a empregados	(137.356)	(129.935)	(143.661)	(136.423)
Manutenção, melhorias e limpeza	(18.306)	(17.667)	(21.205)	(20.199)
Depreciação e amortização	(29.441)	(27.283)	(72.966)	(59.817)
Despesas com vendas e exportações	(24.848)	(29.835)	(24.848)	(29.835)
Despesas com propaganda, publicidade e eventos	(48.801)	(40.890)	(48.801)	(40.890)
Baixas de bens do imobilizado	(5.767)	(2.105)	(6.043)	(2.384)
Expedição, fretes e carretos	(14.341)	(14.894)	(20.285)	(18.774)
Energia, tarifas e locações	(12.649)	(12.274)	(13.705)	(13.507)
Serviços prestados por terceiros	(15.267)	(14.855)	(15.267)	(14.855)
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	(3.069)	7.010
Despesas Agrícolas e florestais	-	-	(32.165)	(25.284)
Outras receitas	11.034	1.353	11.351	1.875
Outras despesas	(20.607)	(10.219)	(24.357)	(14.358)
Total	700.632	(679.242)	(776.723)	(721.938)
Classificadas como:				
Custo das vendas de produtos	(502.380)	(481.257)	(569.423)	(515.999)
Custo das vendas de serviços	-	(5.776)	(2.134)	(6.597)
Subtotal custo dos produtos vendidos	(502.380)	(487.033)	(571.557)	(522.596)
Despesas com vendas	(132.009)	(123.507)	(132.009)	(123.507)
Despesas gerais e administrativas	(56.481)	(59.417)	(61.760)	(65.557)
Outras despesas (i)	(20.796)	(10.638)	(22.748)	(12.153)
Outras receitas (ii)	11.034	1.353	11.351	1.875
Total	(700.632)	(679.242)	(776.723)	(721.938)

(i) o aumento dessa natureza refere-se substancialmente a constituição de provisão para perdas de recebimento. (ii) o aumento dessa natureza refere-se substancialmente receita com vendas de itens do imobilizado. **29. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	(5.603)	(4.059)	(20.506)	(15.300)
Demais despesas	(696)	(656)	(832)	(725)
Variação cambial	(5.462)	(6.529)	(8.898)	(21.203)
Total das despesas financeiras	(11.761)	(11.244)	(30.236)	(37.228)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	23.595	16.599	25.185	17.631
Juros sobre partes relacionadas	30	52	30	52
Atualização de outros ativos monetários	5.197	4.239	5.297	4.325
Atualização de Indébitos Tributários	2.428	1.918	2.428	1.920
Variação cambial	9.659	1.470	15.956	4.939
Outras receitas	1.472	2.824	1.699	1.591
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.302)	(932)	442	(704)
Total das receitas financeiras	41.079	26.170	51.037	29.754
Resultado financeiro	29.318	14.926	20.801	(7.474)

30. Despesa de imposto de renda e contribuição social Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que possam ser utilizados na compensação dos passivos diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias a tributar. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, passivos e resultado Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Ativos/ Passivos		Resultado		Ativos/ Passivos		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal e base de CSLL negativa	-	-	-	-	25.007	24.236	771	10.560
Valor justo do ativo biológico	-	-	-	-	800	(142)	942	(2.385)
Provisão riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas	2.606	2.448	158	772	2.606	2.448	158	772
Provisão para Devedores Duvidosos	2.650	908	1.742	300	2.650	908	1.742	300
Provisão participação no resultado dos funcionários	2.338	2.421	(83)	(117)	2.593	2.638	(44)	(178)
Provisão Perdas Operacionais, Estoque e Vasilhames	1.879	3.502	(1.622)	397	2.089	3.614	(1.526)	(75)
Provisão Parceria Comercial e Distribuidores	1.152	837	315	(194)	1.152	837	315	(194)
Provisão Perdas Incentivos Fiscais (Compulsório, Finor, Audiovisual)	263	263	-	-	263	263	-	-
Direito de Uso	241	101	140	101	4.053	1.531	2.522	804
Baixa ágio s/ mais Valia de Ativos na V. Xingu e incorporadora CMBNE	1.102	1.102	-	-	1.102	1.102	-	-
Tributos com Exigibilidade Suspensa	2.435	2.435	-	(27)	2.878	2.876	2	8
Demais Provisões Temporárias	47	95	(49)	95	46	95	(49)	95
Total do ativo fiscal diferido	14.713	14.112	601	1.327	45.239	40.406	4.833	9.707
Custo atribuído ao imobilizado	(15.789)	(17.169)	1.380	803	(40.270)	(41.650)	1.380	805
Depreciação vida útil revisada - Lei 11.638	(13.434)	(14.078)	644	383	(13.434)	(14.078)	644	383
Exclusão ICMS base PIS-COFINS e IPI s/Frete e seguro	(3.428)	(3.077)	(351)	320	(3.428)	(3.077)	(351)	320
Exclusão Subvenção ICMS Prodepe s/ IRPJ e CSLL	(3.651)	(1.845)	(1.806)	(1.845)	(3.651)	(1.845)	(1.806)	(1.845)
Atualização Depósitos Judiciais	(7.656)	(6.058)	(1.598)	(1.173)	(7.805)	(6.178)	(1.628)	(1.197)
Ganho aquisição ações da incorporadora CMBNE	(5.932)	(5.932)	-	-	(5.932)	(5.932)	-	-
Outras diferenças temporárias	7	7	41	-	(45)	(52)	7	90
Total do passivo fiscal diferido	(49.883)	(48.159)	(1.724)	(1.471)	(74.566)	(72.812)	(1.754)	(1.444)
Imposto diferido líquido	(35.170)	(34.047)	(1.123)	(144)	(29.327)	(32.406)	3.079	8.263
Ativo	-	-			5.925	1.948		
Passivo	(35.170)	(34.047)			(35.252)	(34.354)		
Imposto diferido líquido	(35.170)	(34.047)			(29.327)	(32.406)		

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Controladora – Saldo em 31 de dezembro				Consolidado – Saldo em 31 de dezembro				
	1º de janeiro de 2025	Reconhecido no Resultado	Valor Líquido	Ativo Fiscal Diferido	1º de janeiro de 2025	Reconhecido no Resultado	Valor Líquido	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido
Estoques	1.867	12	1.879	1.879	1.980	110	2.090	110	1.980
Contas a receber de clientes	908	1.742	2.650	2.650	908	1.742	2.650	-	2.650
Impostos e contribuições a recuperar	(3.077)	(4.002)	(7.079)	(7.079)	(3.077)	(4.002)	(7.079)	-	(7.079)
Atualização de Depósitos judiciais	(6.057)	(1.599)	(7.656)	(7.656)	(6.177)	(1.628)	(7.805)	-	(7.805)
Imobilizado	(31.248)	2.024	(29.224)	(29.224)	(55.729)	2.024	(53.705)	-	(53.705)
Direito de Uso	101	140	241	241	1.531	2.522	4.053	3.812	241
Prejuízo fiscal e base de CSLL negativa	-	-	-	-	24.236	771	25.007	-	25.007
Ativo biológico	-	-	-	-	(142)	942	800	1.582	(782)
Provisão temporárias	3.312	(747)	2.565	2.565	3.259	(695)	2.564	-	2.564
Obrigações sociais	1.214	1.124	2.338	2.338	1.430	1.159	2.589	188	2.402
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.865	176	5.041	5.041	5.307	179	5.486	301	5.185
Outras diferenças temporárias	(5.932)	7	(5.925)	(5.925)	(5.932)	(45)	(5.977)	(68)	(5.910)
Imposto liquido passivo (ativo)	(34.047)	(1.123)	(35.170)	(35.170)	(32.406)	3.079	(29.327)	5.925	(35.252)

	Controladora – Saldo em 31 de dezembro				Consolidado – Saldo em 31 de dezembro				
	1º de janeiro de 2024	Reconhecido no Resultado	Valor Líquido	Passivo Fiscal Diferido	1º de janeiro de 2024	Reconhecido no Resultado	Valor Líquido	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido
Estoques	1.491	376	1.867	1.867	1.602	378	1.980	29	1.951
Contas a receber de clientes	608	300	908	908	608	300	908	-	908
Impostos e contribuições a recuperar	(3.397)	320	(3.077)	(3.077)	(3.397)	320	(3.077)	-	(3.077)
Atualização de Depósitos judiciais	(4.884)	(1.173)	(6.057)	(6.057)	(4.980)	(1.197)	(6.177)	-	(6.177)
Imobilizado	(32.433)	1.185	(31.248)	(31.248)	(56.916)	1.187	(55.729)	-	(55.729)
Direito de Uso	(40)	141	101	101	688	843	1.531	1.420	111
Prejuízo fiscal e base de CSLL negativa	-	-	-	-	13.676	10.560	24.236	-	24.236
Ativo biológico	-	-	-	-	2.242	(2.384)	(142)	75	(217)
Provisão temporárias	4.012	(700)	3.312	3.312	4.485	(1.226)	3.259	(53)	3.312
Obrigações sociais	2.537	(1.323)	1.214	1.214	2.816	(1.386)	1.430	178	1.252
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.138	727	4.865	4.865	4.544	763	5.307	299	5.008
Outras diferenças temporárias	(5.935)	3	(5.932)	(5.932)	(6.037)	105	(5.932)	-	(5.932)
Imposto liquido passivo (ativo)	(33.903)	(144)	(34.047)	(34.047)	(40.669)	8.263	(32.406)	1.948	(34.354)

A Companhia e suas controladas, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas por seus acionistas, reconheceram o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis. A controlada Centro da Mata também constituiu provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido é revisado periodicamente pela Administração. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota nominal

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	138.588	87.006	135.516	82.696
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(47.120)	(29.582)	(46.075)	(28.117)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.048)	(2.569)	-	-
Incentivos fiscais e doações incentivadas (*)	2.122	2.586	2.122	2.716
Juros sobre o capital próprio referente aos dividendos	15.840	11.283	15.840	11.283
Exclusão juros Selic sobre indébitos tributários	826	652	826	652
Outras diferenças permanentes	(656)	(1.278)	(677)	(1.132)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(31.036)	(18.908)	(27.964)	(14.598)
Correntes	(29.913)	(18.764)	(31.043)	(22.861)
Diferidos	(1.123)	(144)	3.079	8.263
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(31.036)	(18.908)	(27.964)	14.598
Alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social %	22,39%	21,73%	20,64%	17,65%

(*) Efeito dos incentivos fiscais conforme mencionado na nota explicativa nº 25 e outras doações incentivadas. Conforme nota explicativa nº 26.e.(i) e (ii), durante o exercício de 2025 a Companhia pagou juros sobre capital próprio de acordo com as disposições da Lei 9.249/95, no montante de R$ 46.588 (R$ 33.185 em 2024), os quais são dedutíveis na apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido. Os montantes de juros sobre capital próprio resultaram em uma redução dos impostos correntes de R$ 15.840 (R$ 11.283 em 2024). **31. Lucro básico e diluído por ação** Calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício, conforme a seguir:

	Controladora	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	107.552	68.098
Quantidade de ações emitidas (milhares)	1.580.489	1.580.489
Lucro básico e diluído por ação - R$	68,05	43,09

Para os exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024, a Companhia não tinha ações ordinárias potenciais com efeito de diluição, e, consequentemente, o lucro diluído por ação é equivalente ao lucro básico por ação, conforme demonstrado anteriormente. **32. Demonstrações dos fluxos de caixa** A movimentação patrimonial que não afetou o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Imobilizado	2025	2024	2025	2024
Aquisição de imobilizado não caixa	3.041	4.817	3.085	4.817
Dividendos				
Dividendos mínimos propostos	26.213	16.563	26.213	16.563

33. Benefícios a empregados A Companhia e suas controladas concedem a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, assistência farmacêutica, alimentação e participação nos resultados, entre outros. A concessão desses benefícios obedece ao regime de competência, e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício.Em 31/12/2025, a Companhia reconheceu a despesa proveniente da constituição de provisão para participação dos colaboradores em seus resultados, no montante de R$ 7.995 (R$ 8.086 em 2024) na controladora e R$ 8.746 (R$ 8.792 em 2024) no consolidado. A participação nos resultados de 2025 e 2024 foi definida com base em indicadores e metas de desempenho operacional, não estando condicionada somente aos resultados contábeis apresentados pela Companhia. Esse valor está registrado nas rubricas "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas". **34. Instrumentos financeiros e gestão de risco a. Classificação contábil** Dada a característica dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas Controladas, a Administração avalia que os saldos contábeis se aproximam dos valores justos.

Controladora	Nota	2025	2024	Nível
Ativo				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	10	145.823	154.085	-
Aplicações financeiras	11	25.255	40.618	-
Contas a receber de clientes	12	101.910	100.631	-
Outras contas a receber		4.231	5.512	-
		277.219	300.846	
Passivo				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	20	45.874	58.410	2
Passivo de arrendamento	18	23.081	9.548	-
Fornecedores	21	47.977	60.316	-
Obrigações sociais	22	19.778	19.592	-
Obrigações fiscais	23.a	37.645	35.471	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23.b	4.207	2.443	-
Impostos parcelados		2.381	1.246	-
Dividendos a pagar	24	26.213	16.563	-
Outras contas a pagar		11.106	13.607	-
		218.262	217.196	

Consolidado	Nota	2025	2024	Nível
Ativo				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	10	160.064	178.180	-
Aplicações financeiras	11	25.255	40.618	-
Contas a receber de clientes	12	101.810	101.198	-
Outras contas a receber		6.410	7.242	-
		293.539	327.238	
Passivo				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	20	105.727	152.443	2
Passivo de arrendamento	18	100.347	86.741	-
Fornecedores	21	73.385	86.535	-
Obrigações sociais	22	21.664	21.675	-
Obrigações fiscais	23.a	37.801	35.638	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23.b	4.207	4.319	-
Impostos parcelados		2.381	1.246	-
Dividendos a pagar	24	26.213	16.563	-
Outras contas a pagar		12.235	15.450	-
		384.659	420.610	

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores e passivo de arrendamento, estão registrados a valores contábeis, os quais são iguais ou se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. ***Hierarquia do valor justo*** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar os valores justos dos instrumentos financeiros de acordo com a técnica de avaliação utilizada: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* **não observáveis).** Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31/12/2025 e 2024. **b. Gerenciamento de riscos financeiros** A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; e Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. ***Estrutura do gerenciamento de risco*** A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. *Risco de crédito* O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A política de risco para bancos e instituições financeiras é gerida pela Controladora. Para as operações de vendas, a Companhia efetuou uma análise da qualidade do crédito do cliente, levando-se em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, motivo pelo qual não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa. ***Exposição a riscos de crédito*** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	145.823	154.085	160.064	178.180
Aplicações financeiras	25.255	40.618	25.255	40.618
Contas a receber de clientes	101.910	100.631	101.810	101.198
Outras contas a receber	4.231	5.512	6.410	7.242
Total	277.219	300.846	293.539	327.238

Caixa e equivalentes de caixa A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam maior solidez e melhores condições de mercado em relação a taxas e prazos. ***Contas a receber de clientes e outras contas a receber*** A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra), o que possibilita à Companhia e a suas controladas interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito. ***Perdas por redução no valor recuperável*** A Companhia avalia a imparidade das contas a receber de clientes e outras contas a receber com base em: (a) Experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) Atribuir uma classificação de crédito para cada cliente com base em medidas qualitativas e quantitativas para o cliente; e (c) Atribui um percentual de redução ao valor recuperável para fins de provisão com base nos itens (a) e (b) acima e na situação da conta a receber do cliente (atual ou vencida). *Risco de liquidez* A previsão de fluxo de caixa é realizada e gerenciada pela área Financeira da Controladora, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, o qual também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, não havendo linhas de crédito relevantes em nome da Companhia.A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

		Controladora – 31/12/2025						
Fluxo contratual	Taxa de juros anual	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total do fluxo contratual	Valor contábil em 31/12/2025
BNDES/ Finame	5,44% a 1.60% a	14.968	14.241	11.312	-	-	40.521	37.596
BNDES/ Exim Financiamentos	2,99% a 3.70% a	5.215	3.170	263	263	188	9.099	7.988
	4,21%	307	-	-	-		307	290
Arrendamentos		7.140	7.855	7.351	735	-	23.081	23.081
Fornecedores		47.977	-	-	-	-	47.977	47.977
Obrigações sociais		19.778	-	-	-	-	19.778	19.778
Obrigações fiscais		36.561	1.084				37.645	37.645
Imposto de renda e contribuição social a pagar		4.207	-	-	-	-	4.207	4.207
Outros passivos		35.974	444	444	444	2.390	39.696	39.696
Total		**172.127**	**26.794**	**19.370**	**1.442**	**2.578**	**222.311**	**218.258**

		Controladora – 31/12/2024						
Fluxo contratual	Taxa de juros anual	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total do fluxo contratual	Valor contábil em 31/12/2024
BNDES/ Finame	2,92% a 10,5%%	69	-	-	-	-	69	68
BNDES/ Exim Financiamentos	5,44% 1,75% a 3,25%	5.368	16.849	16.027	12.730	-	50.974	45.237
		6.496	4.721	2.861	-	-	14.078	13.205
Arrendamentos		2.516	2.531	2.507	1.564	430	9.548	9.548
Fornecedores		60.316	-	-	-	-	60.316	60.316
Obrigações sociais		19.592	-	-	-	-	19.592	19.592
Obrigações fiscais		34.500	971	-	-	-	35.471	35.471
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.443	-	-	-	-	2.443	2.443
Outros passivos		27.728	293	293	293	2.809	31.416	31.416
Total		**159.028**	**25.365**	**21.688**	**14.587**	**3.239**	**223.907**	**217.296**

		Consolidado – 31/12/2025						
Fluxo contratual	Taxa de juros anual	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total do fluxo contratual	Valor contábil em 31/12/2025
Finame/ BNDES	6,00% a 7,50%	16.316	15.519	12.448	1.136	412	45.831	42.206
BNDES/ Exim Financiamentos	5,44% 1,60% a 2,99%	5.215	3.170	263	263	188	9.099	7.988
		307	-	-	-	-	307	290
Capital de Giro - CDI	2,30% a 4,96%	14.484	9.470	4.926	-	-	28.880	25.240
Capital de Giro – USD	4,05% a 7,95% 9,50% a	12.698	6.391	913	913	4.043	24.958	21.511
FCO	10,0%	6.997	1.973	-	-	-	8.970	8

Continuação...

Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	1.000	-	1.000	39.567	-	39.567
Pagamentos de financiamentos	(14.739)	(20.695)	(35.434)	(12.496)	(18.171)	(30.667)
Pagamentos de passivos de arrendamento	(6.279)	-	(6.279)	(6.431)	(53)	(6.484)
Pagamentos de parcelamento de tributos	(533)	-	(533)	(283)	-	(283)
Pagamento de dividendos	(77.745)	-	(77.745)	(33.185)	-	(33.185)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento	**(98.358)**	**14.305**	**(119.053)**	**(12.952)**	**21.775**	**(31.176)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	**(20.739)**	**2.623**	**(18.116)**	**811**	**(1.699)**	**(888)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	171.354	6.826	178.180	170.543	8.525	179.068
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	150.615	9.449	160.064	171.354	6.826	178.180

As colunas denominadas Segmento 1 referem-se à combinação dos seguintes saldos: (a) Companhia Müller de Bebidas e (b) Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda. As colunas denominadas Segmento 2 referem-se aos saldos da empresa Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. Nas demonstrações financeiras combinadas (Segmento 1), o investimento na controlada Centro da Mata está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **37. Eventos subsequentes** Em assembleia geral extraordinária realizada em 26/01/2026, os acionistas deliberaram sobre os seguintes assuntos: (i) reversão do saldo da conta de reserva de lucros para investimentos, com base em orçamento de capital, no valor R$ 74.001 (valores demonstrados na nota explicativa 27.d.ii); (ii) capitalização de reservas de lucros e lucros sem emissão de novas ações; (iii) distribuição de dividendos dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31/12/2025 (valores demonstrados na nota explicativa 26.e.(i) e 26.f). Nesta assembleia foi aprovada: (i) a reversão da reserva de lucros para investimentos no valor de R$ 74.001; (ii) aumento de capital social mediante a capitalização de lucros sem emissão de novas ações, no valor de R$ 137.678, composto pelos seguintes valores (a) R$ 74.001, decorrente da reversão da reserva de lucros para investimentos; (b) R$ 22.500 reversão da retenção de lucros por medida judicial e (c) R$ 41.176 lucro líquido remanescente do exercício social de 2025; elevando o capital social de R$ 537.775 para R$ 675.453 e (iii) distribuição do lucro líquido de 2025, no montante de R$ 63.676, sendo: (a) R$ 11.250 sob a forma de dividendos e (b) R$ 52.426 a títulos de juros sobre o capital próprio "JCP", calculados sobre as contas do patrimônio líquido de 2025, nos termos do que determina o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, deduzidos de R$ 9.176, relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidentes sobre o referido pagamento, totalizando assim o valor líquido de R$ 43.252, os quais serão ratificados ou retificados na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiros de 2025. Ambos os valores serão pagos no decorrer do exercício de 2026.

A Diretoria

José Emilio Bertazi - Diretor Superintendente
Sérgio Luiz da Silva - Diretor Comercial
Josias Ceara de Moraes - Diretor Industrial

Contadora

Dirlene Aparecida Voltarelli Arnoni - CRC/SP 136.977/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Companhia Müller de Bebidas** Pirassununga/SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Muller de Bebidas ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Muller de Bebidas e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras individuais e consolidadas no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 23 de março de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP
Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 7D0F-4259-0DF3-E6F6.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 25/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 7D0F-4259-0DF3-E6F6.

Urbia Gestão de Parques SPE S.A.

CNPJ n° 35.814.889/0001-25

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sªs.; o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2025, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 23 de março de 2026. (A Diretoria)

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.640	7.058
Contas a receber de clientes	6	67.591	73.941
Estoques	–	707	607
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.658	5.766
Adiantamentos diversos	–	346	266
Despesas antecipadas	8	4.511	466
		78.453	88.104
Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	65.996	75.038
Depósitos judiciais	–	1.046	777
Impostos e contribuições diferidos	24 (a)	3.986	3.648
Despesas antecipadas	8	17.874	5.149
Partes relacionadas	9	703	705
		89.605	85.317
Ativo financeiro	10	3.486	9.289
Intangível operacional	11 (a)	461.552	405.664
Intangível próprio	11 (b)	3.198	5.258
Ativo imobilizado	12	8.726	9.409
		476.962	429.620
		566.567	514.937
Total do ativo		**645.020**	**603.041**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	–	37.621	27.542
Empréstimos e financiamentos	13	39.115	30.421
Obrigações e encargos trabalhistas	14	4.411	4.959
Obrigações tributárias	15	3.657	8.524
Adiantamento de clientes	16	71.237	90.332
Adiantamento de outorga	17	5.875	7.877
Obrigações ao poder concedente	–	769	760
Outras obrigações a pagar	18	1.242	988
		163.927	171.403
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	295.055	225.923
Impostos diferidos	24 (b)	14.577	13.591
Adiantamentos de clientes	16	73.908	89.304
Adiantamento de outorga	17	31.718	38.713
Provisão para perda de investimento	–	147	145
Provisão para contingências	–	457	140
		415.862	367.816
Total do passivo		579.789	539.219
Patrimônio líquido			
Capital social	19	32.871	32.871
Reserva legal	–	1.554	1.484
Reservas de lucros	–	30.806	29.467
Total do patrimônio líquido		65.231	63.822
Total do passivo e patrimônio líquido		**645.020**	**603.041**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital Social Integralizado e subscrito	Reserva legal	Reserva de lucro	Reserva de lucros Lucro líquido acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**32.871**	**711**	**14.781**	**–**	**48.363**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	15.459	15.459
Constituição da reserva de lucros	–	–	15.459	(15.459)	–
Constituição da reserva legal	–	773	(773)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**32.871**	**1.484**	**29.467**	**–**	**63.822**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.409	1.409
Constituição da reserva de lucros	–	–	1.409	(1.409)	–
Constituição da reserva legal	–	70	(70)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**32.871**	**1.554**	**30.806**	**–**	**65.231**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	20	144.745	118.718
Custos dos serviços prestados	21	(76.884)	(62.051)
Lucro bruto		67.861	56.667
(Despesa) e receitas operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	22	(34.197)	(27.656)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	(615)	(1.305)
		(34.812)	(28.961)
Lucro antes do resultado financeiro		33.049	27.706
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	967	555
Despesas financeiras	23	(32.161)	(5.075)
		(31.194)	(4.520)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.855	23.186
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24 (c)	–	(41)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24	(446)	(7.686)
		(446)	(7.727)
Lucro líquido do exercício		**1.409**	**15.459**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	1.409	15.459
Total do resultado abrangente do exercício	**1.409**	**15.459**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.855**	**23.186**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Apropriação de encargos sobre empréstimos	29.309	2.384
Amortização do intangível operacional	12.156	10.290
Reequilíbrio financeiro	2.891	–
Amortização do intangível próprio	1.336	–
Depreciação do imobilizado	1.370	916
Baixa do ativo intangível próprio	745	–
Baixa do ativo imobilizado	521	–
Provisão para perda de investimentos	2	–
Provisão para contingências	317	140
Receita da construção	(54)	(7.050)
PIS e COFINS - diferidos	203	94
	50.651	29.960
Variações nas contas patrimoniais		
Contas a receber de clientes	12.501	(65.672)
Estoques	(100)	217
Impostos e contribuições a recuperar	2.108	(4.620)
Adiantamentos diversos	(80)	761
Despesas antecipadas	(16.770)	(865)
Depósitos judiciais	(269)	(162)
Fornecedores	10.079	10.160
Obrigações e encargos trabalhistas	(548)	519
Obrigações tributárias	(4.867)	2.233
Adiantamentos de clientes	(34.491)	91.454
Adiantamentos de outorga	(8.997)	7.787
Obrigações ao poder concedente	9	311
Outras obrigações a pagar	254	(849)
	(41.171)	41.274
Juros pagos	(25.489)	(27.884)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(16.009)	43.350
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Custo de ativação do ativo financeiro	5.803	(9.289)
Custo de ativação do intangível operacional	(67.990)	(104.693)
Custo de ativação do intangível próprio	(21)	(1.114)
Aquisições do imobilizado	(1.208)	(1.174)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(63.416)	(116.270)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimo e financiamento	342.939	141.143
Amortização de empréstimos e financiamentos	(268.934)	(61.561)
Contas-correntes com partes relacionadas	2	109
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	74.007	79.691
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**(5.418)**	**6.771**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.058	287
No final do exercício	1.640	7.058
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**(5.418)**	**6.771**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Gestão de parques	163.212	133.097
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(615)	(1.305)
	162.597	**131.792**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(61.186)	(53.312)
	(61.186)	**(53.312)**
Valor adicionado bruto	**101.411**	**78.481**
Depreciação e amortização	(14.862)	(11.206)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**86.549**	**67.275**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.015	579
Valor adicionado total a distribuir	**87.564**	**67.854**
Distribuição do valor adicionado	**87.564**	**67.854**
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	18.236	11.857
Benefícios	4.497	3.351
FGTS	1.996	1.855
	24.729	**17.063**
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	20.740	22.072
Estaduais	274	153
Municipais	2.845	2.563
	23.859	**24.788**
Remuneração de capital de terceiros:		
Juros	29.309	2.407
Aluguéis	5.093	4.400
Outras renumerações	3.165	3.737
	37.567	**10.544**
Remuneração de capital de próprio:		
Lucro retido	1.409	15.459

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais) exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: Em 8 de março de 2019, a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. **("Construcap")** sagrou-se vencedora da Concorrência Internacional nº 001/SVMA/2018, licitação da prefeitura de São Paulo para prestação dos serviços de gestão, operação, manutenção e serviços de engenharia de seis parques urbanos públicos no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida à Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósitos específicos ("SPE") que seria a subscritora do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Urbia", "Sociedade" ou "Concessionária") é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"), uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, com sede na Avenida Rebouças, 3.970, andar 32 - sala 32, Pinheiros - São Paulo. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 18 de dezembro de 2019, sob o CNPJ 35.814.889/0001-25. O capital social da Sociedade foi subscrito o valor de R$ 32.871, já integralizado pelo acionista na sua totalidade. Além disso, houve o pagamento da Outorga Fixa requerida como contraprestação à assinatura do Contrato de Concessão, no valor de R$ 70.501, ao Município de São Paulo. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 20 de dezembro de 2019 foi assinado o Contrato de Concessão, entre a Prefeitura do Município de São Paulo, representado pela Secretaria Municipal de Governo e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, ("Poder Concedente"), e a Urbia Gestão de Parques SPE S.A. para concessão da prestação de serviços de gestão, operação e manutenção dos Parques: Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, bem como execução de obras e serviços de engenharia ("Concessão"), com valor monetário estimado de R$ 1.338.103 (um bilhão trezentos e trinta e oito milhões cento e três mil seiscentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos), no prazo total de 35 anos. Em razão do surto de COVID-19 e do consequente fechamento dos parques, verificou-se impacto em diversos marcos previstos para o período de transição inicialmente estabelecido. Nesse contexto, em 19 de outubro de 2020, foi firmado o Termo de Aditamento nº 001/SVMA/2020, por meio do qual foram promovidos ajustes nos prazos dos cronogramas contratuais. Posteriormente, o Termo de Aditamento nº 026/SVMA/2024, firmado em 27 de fevereiro de 2024, incorporou ao Contrato de Concessão a obrigação de execução, pela Companhia, das obras, serviços e projetos destinados às ações de requalificação e conservação da Marquise localizada no Parque Ibirapuera. O referido aditamento estabeleceu o valor de R$ 71.977.260,98 (setenta e um milhões, novecentos e setenta e sete mil, duzentos e sessenta reais e noventa e oito centavos) para a execução das intervenções. Na sequência, o Termo de Aditamento nº 015/SVMA/2025, firmado em 24 de março de 2025, promoveu acréscimo de quantitativos e qualitativos contratuais, mediante replanilhamento de serviços, sem alteração do valor contratual. Conforme Termo de Aditamento nº 108/SVMA/2025, assinado em 15 de julho de 2025, foram acrescidos quantitativos, novos serviços e valor às obras da Marquise do Parque Ibirapuera, perfazendo o valor revisado de R$ 84.628.794,56 (oitenta e quatro milhões e seiscentos e vinte e oito mil e setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), além de prorrogado o prazo de execução das obras por mais 06 (seis) meses. Por fim, o Termo de Aditamento nº 002/SVMA/2026, assinado em 11 de fevereiro de 2026, promoveu redução de quantitativos, de modo que o valor das obras da Marquise foi revisado para R$ 82.681.315,73 (oitenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil trezentos e quinze reais e setenta e três centavos), reajustável nos termos do aditamento contratual. As referidas obras foram concluídas e a Marquise reinaugurada no dia 24 de janeiro de 2026. A Sociedade vem executando as obras e serviços de engenharia conforme o Contrato de Concessão e seus aditivos, sendo que os principais investimentos já foram executados ou estão em andamento, e continuarão ocorrendo conforme previsto contratualmente. Também assumiu os encargos ligados às atividades operacionais e administrativas relacionados à gestão dos Parques da Concessão. Todas as informações referentes à assinatura do Contrato de Concessão foram publicadas no Diário Oficial em 21 de dezembro de 2019, vide página 80 e estão disponíveis no Portal da Prefeitura de São Paulo. Referente ao setor de atuação da Sociedade, importa destacar os parques urbanos como importantes infraestruturas sociais, que prestam serviços ambientais e ecossistêmicos à cidade e se destinam à convivência e ao lazer dos visitantes, atendendo suas demandas de entretenimento, esporte, contemplação da natureza, realização de atividades e eventos culturais. São áreas que congregam, portanto, diversas demandas dos visitantes, e que, por isso, recebem relevante afluxo de pessoas todos os dias. O conceito de parque urbano não se confunde ao dos parques naturais e unidades de conservação, onde a natureza é a principal protagonista e a visitação muitas vezes é limitada à contemplação destas vastas áreas. Nos parques urbanos há o estímulo ao contato e interação diretos com a natureza no meio urbano, contando com locais e equipamentos para prática de esportes, realização de eventos culturais, espetáculos, exposições, educação ambiental, cursos, além de prover toda a infraestrutura necessária ao atendimento dos usuários, como banheiros, áreas de alimentação e bebida, bebedouros, *playgrounds*, mobiliário urbano etc. Neste contexto, as atividades operacionais da Sociedade focam-se nos serviços de gestão, operação, zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, segurança patrimonial, manutenção e serviços de engenharia para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão e para a prestação do devido serviço público aos visitantes. Além disso, é direito da Concessionária a exploração comercial das áreas, com exclusividade e ampla liberdade empresarial, realização de eventos, ações de patrocínio e marketing, cessão de área para serviços e eventos diversos, venda de produtos variados, locação de equipamentos, atividades e ocupações variadas, operação dos equipamentos culturais para espetáculos, exposições, feiras, mostras, eventos corporativos etc., entre outros direitos emergentes do Contrato de Concessão, observados as condições dispostas neste. O início das atividades operacionais da Urbia se deu com a promulgação da ordem de início assinada em 20 de janeiro de 2020 pelo Poder Concedente, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo no dia seguinte. A Urbia assumiu a administração dos Parques Lajeado e Tenente Faria Lima em 21 de janeiro de 2020, Parque do Ibirapuera em 20 de outubro de 2020 e Parque Eucalipto em 15 de novembro de 2020. Os Parques Jacinto Alberto e Jardim da Felicidade em 15 de novembro de 2021. Cabe à Concessionária implementar um programa de intervenções em cada parque, com o objetivo de realizar obras que irão corrigir questões de infraestrutura, recuperar edificações e áreas verdes, além de melhorar a experiência do usuário e prover serviços e opções de consumo a estes, conforme o Caderno de Encargos da Concessão e os Planos Diretores de cada parque, limitado àquilo de responsabilidade da Sociedade. A Sociedade permanece executando o Programa de Intervenções nos Parques, conforme o Contrato de Concessão e seus Aditivos, as propostas apresentadas e revisadas em cada Plano de Intervenções e os cronogramas estabelecidos com o Poder Concedente para cada Parque, além de realizar ações corretivas, reparos e melhorias de manutenção. Grande parte das intervenções obrigatórias foram concluídas até o presente exercício. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em reais (R$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa n° 3. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 20 de março de 2026. **3. Práticas contábeis adotadas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazos, para investimento e/ou outros fins. A Sociedade considera caixa saldos em conta corrente de movimento, aplicações financeiras de conversibilidade imediata. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **• Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; **• Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, elas são divulgadas em Notas Explicativas. A Sociedade possui uma ação popular movida por C. H. com o objetivo de obter a declaração de nulidade dos atos de encerramento de aulas e de substituição do plano pedagógico da Escola de Música do Auditório, com valor de causa atribuído em R$ 1.500, classificada como perda remota, inclusive com emissão de Parecer do Ministério Público de São Paulo opinando-se de maneira favorável à extinção do processo e, no mérito, à improcedência da ação popular. Além disso, as demais reclamações foram classificadas pela Administração com risco de perda possível, tendo como base a opinião de seus Assessores Jurídicos e, portanto, não foi realizado o provisionamento de valores. O saldo somado desses processos em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 1.950. A Sociedade, nos termos da legislação trabalhista vigente, pode, eventualmente, ser acionada por conta de processos ou reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados e por empregados de empresas por ela subcontratadas e não sanadas pela empresa responsável, sem prejuízo da análise de mérito. As referidas reclamações foram analisadas como remota, possível e provável sendo classificadas pela Administração como risco de perda possível, tendo como base a opinião de seus assessores jurídicos. Adicionalmente, a Sociedade adota mecanismos para que suas subcontratadas sigam a legislação trabalhista, além de realizar retenção de valores a título de caução como forma de mitigar sua exposição nos processos. O saldo desses processos avaliados como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2025 é o montante de R$ 457 (2024 - R$ 140), e avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. **c. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for aplicável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria Concessionária, conforme termos contratuais e da legislação aplicável. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento da Outorga Fixa. Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e é amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional de cada parque, frente à demanda efetivamente realizada. Até o atual período, os itens ativados no Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre os empréstimos e gastos pertinentes aos investimentos reversíveis, obrigatórios e eletivos, de acordo com objeto, encargos e direitos emergentes da Concessão que contribuirão para a determinação futura do intangível, portanto, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária e cumprimento do Contrato de Concessão. Trata-se de bens reversíveis ao patrimônio público quando do fim do prazo de Concessão, nos termos da legislação aplicável e dos dispositivos do Contrato de Concessão. O intangível em constituição, portanto, segue a lógica de arcar com os referidos encargos e gerar fluxo de caixa futuro. Além disso, valores gastos a título de estudos, projetos, mão de obra especializada e planos estratégicos, entre outros, também são incluídos ao intangível. **d. Ativo Imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base de método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. **e. Adiantamentos de clientes:** Os Adiantamentos estão demonstrados ao valor de custo e correspondem aos recebimentos efetuados antecipadamente pelo direito de uso e exploração de espaço dos parques. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço estão classificados no passivo não circulante. Nota 16. **f. Adiantamentos de outorga:** A Sociedade em 2022 celebrou o contrato com a empresa Administradora Geral de Estacionamentos S.A. ("Indigo") para cessão do direito de uso da área de Estacionamento, para fins de investimento, modernização e exploração econômica, mediante pagamento inicial de R$ 10.000 e de R$ 35.000 a partir do início da operação, durante o período de 276 meses contados a partir do início da data da operação. Adicionalmente, a Indigo pagou em 28/06/2024, a título de prêmio por desempenho, o montante de R$ 18.133. O Contrato prevê 5 faixas de desempenho para o faturamento do estacionamento, apuradas anualmente, no mês de novembro, durante os 5 primeiros anos. Cada faixa corresponde a um nível de faturamento e, portanto, pode-se atingir mais de uma faixa anualmente. Em 2024, as partes acordaram, tendo em vista o resultado apurado até nov/23, o pagamento correspondente às 3 últimas faixas remanescentes, a título de adiantamento das apurações dos anos de 2024, 2025 e 2026. Os valores recebidos estão classificados como passivo circulante e, quando superior a 12 meses após a data do balanço, como passivo não circulante. Nota 17. **g. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere à Concessionária o direito de propriedade das áreas concedidas e infraestrutura de serviços. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos e exploração comercial, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à sua manutenção do equilíbrio econômico e financeiro. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga é realizada com base no período contratual de 35 anos e proporcionalmente à demanda operacional projetada em cada parque. **a) Outorga variável 1:** Em razão da exploração do Objeto da Concessão, a Concessionária é responsável pelo pagamento da Outorga Variável 1. Esse encargo corresponde ao montante calculado trimestralmente resultante da aplicação da alíquota de 1,12% sobre a totalidade da Receita Bruta da Concessionária conforme detalhado no Anexo IV do Contrato de Concessão. **b) Outorga Variável 2:** Em razão da exploração do Objeto da Concessão, é aplicado à Concessionária o pagamento da Outorga Variável 2. Esse encargo é aplicado sobre a Receita Bruta e pode variar de 0% a 1%, conforme o resultado do Fator de Desempenho dos Parques (FDE), detalhado no Anexo IV do Contrato de Concessão. Para a mensuração do FDE são utilizados dois Instrumentos, (i) Avaliação de Desempenho pelo Poder Concedente e (ii) Pesquisa de Satisfação do Usuário. O pagamento é realizado trimestralmente e o valor provisionado nesse exercício é de R$ 224. **h. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para ajuste do valor contábil líquido frente ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente, comparados ao Intangível Líquido presente (*carrying amount*). Não foram apurados redução ao valor recuperável do ativo intangível *(Impairment)* para o presente exercício. **i. Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **j. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **k. Fornecedor:** As contas a pagar aos fornecedores no valor de R$ 37.621 (R$ 27.542 em 2024), sendo 70% deste valor correspondente aos serviços e produtos decorrentes dos investimentos nas intervenções do Parque. O restante corresponde a serviços e produtos decorrentes da operação usual. **l. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. Todos os aportes de capital obrigatórios segundo o Contrato de Concessão já foram executados conforme prazos e condições ali dispostos. **m. Apropriação de despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias à sua manutenção, foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência. **n. Receita operacional:** As receitas das Sociedade serão registradas nas demonstrações contábeis de acordo com os dispositivos do Pronunciamento técnico CPC 47 - Contratos com clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que prováveis benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação a qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: **1)** Identificação do contrato; **2)** Identificação das obrigações de desempenho; **3)** Determinação do preço da transação; **4)** Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; **5)** Reconhecimento da receita. Essas operações estão relacionadas exclusivamente com a gestão, incluindo, as responsabilidades e direitos, sobre os Parques. O Parque Ibirapuera possui quase a totalidade dos atrativos, demanda de visitantes, espaços, equipamentos culturais e propriedades comerciais dentro da Concessão. Assim, este Parque representa a maior fonte de recursos à Concessionária. **o. Contas a receber de clientes:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados e quando se torna parte das disposições contratuais. Exemplo o contrato de patrocinadores, segregando as parcelas de curto e longo prazo. **p. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente, diferido fiscal e diferido contábil. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **q. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (nota 13). **r. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **s. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações e passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro é: **Perda da redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil dos ativos de longo prazo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando existir perda de seu valor rec

continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Urbia Gestão de Parques SPE S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais) exceto quando indicado de outra forma

No Passivo:

Natureza da operação:	Parte relacionada:	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	23.630	18.530
		23.630	18.530

Natureza de serviço prestados pela Construcap CCPS: Serviços executados em obras civis, incluindo demolição, construção, reforma e manutenção, com fornecimento de mão de obra e equipamentos, a fim de melhorar e ampliar a infraestrutura dos Parques, seus caminhos, a acessibilidade, seu imobiliário, a sinalização e a comunicação visual, as estruturas de serviços e apoio aos usuários e de apoio operacional, tendo em vista os encargos do Contrato de Concessão e investimentos efetivos. **10. Ativo financeiro:** Em fevereiro de 2024, o Poder Concedente firmou com a Sociedade o Termo de Aditamento nº 026/SVMA/2024, por meio do qual foram incluídas ao Contrato de Concessão as obras, serviços e projetos para ações de requalificação e conservação da Marquise "José Emínio de Moraes", conforme os Anexos do referido Termo de Aditamento. Conforme Termo de Aditamento nº 108/SVMA/2025, assinado em 15 de julho de 2025, foram acrescidos quantitativos, novos serviços e valor às obras da Marquise do Parque Ibirapuera, perfazendo o valor revisado de R$ 84.628.794,56 (oitenta e quatro milhões e seiscentos e vinte e oito mil e setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), além de prorrogado o prazo de execução das obras por mais 06 (seis) meses. Posteriormente, conforme Termo de Aditamento nº 002/SVMA/2026, assinado em 11 de fevereiro de 2026, houve redução de quantitativos, de modo que o valor das obras da Marquise foi revisado para R$ 82.681.315,73 (oitenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil trezentos e quinze reais e setenta e três centavos), reajustável nos termos do aditamento contratual. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão se dá mediante ao pagamento de indenização, para recomposição dos valores despendidos para execução das obras, serviços e projetos. É de responsabilidade do Poder Concedente providenciar todas as autorizações, alvarás, licenças e aprovações junto aos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública no âmbito federal, estadual e municipal. O saldo a receber no exercício está classificado no Balanço Patrimonial como Ativo financeiro no montante de R$ 3.486 - (2024 - R$ 9.289). **11. Ativo intangível:** As premissas adotadas para apropriação do Ativo Intangível e concessão estão elaboradas de acordo com adoção do Pronunciamento técnico CPC 04 (R1), itens 97 e 98: • Estabeleceu-se o critério de segregação do valor da outorga por cada parque; • Foi desenvolvido uma projeção do benefício econômico de cada parque, de acordo com a quantidade de usuários que visitam os parques, conforme citado no Anexo VI - Plano de Negócio de Referência do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"); • O ativo intangível da concessão é amortizado de maneira proporcional ao benefício econômico projetado, a partir do momento que os parques foram assumidos pela Sociedade, ou seja, quando iniciado o seu uso; • Os juros capitalizados referem-se aos juros sobre empréstimos com terceiros, conforme nota 13. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao capital de terceiros aplicado como forma de investimentos em cada parque. As obras foram concluídas e a partir de maio de 2025 os encargos financeiros deixaram de ser incorporados ao custo do ativo e passaram a ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício. • Gastos pertinentes as melhorias previstas no objeto da concessão, estudos, projetos e planos estratégicos, de maneira geral que contribuirão para a determinação futura do intangível, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária.

Taxa média utilizada na amortização:

	Taxa média de amortização por parque:					
Ano	**Ibirapuera**	**Lajeado**	**Tenente**	**Eucaliptos**	**Jacintho Alberto**	**Jardim da Felicidade**
2025	2,82%	2,72%	2,78%	2,72%	2,72%	2,72%
2026	2,85%	2,75%	2,75%	2,75%	2,75%	2,75%
2027	2,88%	2,78%	2,78%	2,78%	2,78%	2,78%
2028	2,92%	2,82%	2,82%	2,82%	2,82%	2,82%
2029	2,95%	2,85%	2,85%	2,85%	2,85%	2,85%

11 (a) - Intangível operacional: Composição:

	Custo	Amortização Acumulado	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Melhorias de infraestrutura	276.960	(16.139)	260.821	216.975
Juros capitalizados	77.755	(4.627)	73.128	63.626
Direito de outorga da concessão	70.501	(9.136)	61.365	63.146
Desenvolvimento	68.916	(4.322)	64.594	60.227
IOF capitalizados	1.820	(176)	1.644	1.690
	495.952	(34.400)	461.552	405.664

Movimentação:

	31/12/2024	Adições	Amortização	31/12/2025
Melhorias de infraestrutura	216.975	50.408	(6.562)	260.821
Juros capitalizados	63.626	11.485	(1.983)	73.128
Direito de outorga da concessão	63.146	–	(1.781)	61.365
Desenvolvimento	60.227	6.151	(1.784)	64.594
IOF capitalizados	1.690	–	(46)	1.644
	405.664	68.044	(12.156)	461.552

	31/12/2023	Adições	Transferências entre contas	Amortização	31/12/2024
Melhorias de infraestrutura	136.927	70.416	14.230	(4.598)	216.975
Juros capitalizados	40.870	24.022	–	(1.266)	63.626
Direito de outorga da concessão	64.927	–	–	(1.781)	63.146
Desenvolvimento	41.921	17.305	2.301	(1.300)	60.227
Material	14.230	–	(14.230)	–	–
IOF capitalizados	1.727	–	–	(37)	1.690
	300.602	111.743	2.301	(8.982)	405.664

11 (b) - Intangível próprio: Composição:

	Custo	Amortização Acumulado	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Softwares	6.578	(3.459)	3.119	4.434
Marcas e Patentes	79	–	79	79
Intangível em Formação	–	–	–	745
	6.657	(3.459)	3.198	5.258

Movimentação:

	31/12/2024	Adições	Baixa	Amortização	31/12/2025
Softwares	4.434	21	–	(1.336)	3.119
Marcas e Patentes	79	–	–	–	79
Intangível em Formação	745	–	(745)	–	–
	5.258	21	(745)	(1.336)	3.198

	31/12/2023	Adições	Transferências entre contas	Amortização	31/12/2024
Software	4.628	1.114	–	(1.308)	4.434
Marcas e Patentes	79	–	–	–	79
Intangível em Formação	6.769	–	(6.024)	–	745
	11.476	1.114	(6.024)	(1.308)	5.258

12. Ativo imobilizado: Composição:

	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido	Taxa médias anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	8.893	(1.820)	7.073	7.746	10%
Móveis e utensílios	1.089	(316)	773	778	10%
Equipamentos de informática	1.772	(996)	776	765	20%
Veículos	8	(8)	–	1	20%
Instalações	153	(49)	104	119	10%
	11.915	(3.189)	8.726	9.409	

Movimentação:

	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	7.746	765	(521)	(917)	7.073
Móveis e utensílios	778	100	–	(105)	773
Equipamentos de informática	765	343	–	(332)	776
Veículos	1	–	–	(1)	–
Instalações	119	–	–	(15)	104
	9.409	1.208	(521)	(1.370)	8.726

	31/12/2023	Adições	Transferências entre contas	Depreciação	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	3.953	603	3.723	(533)	7.746
Móveis e utensílios	540	325	–	(87)	778
Equipamentos de informática	865	179	–	(279)	765
Veículos	3	–	–	(2)	1
Instalações	67	67	–	(15)	119
	5.428	1.174	3.723	(916)	9.409

13. Empréstimos e financiamentos:

Instituição Financeira	Modalidade	Encargos	31/12/2025	31/12/2024
Banco Itaú BBA S.A (a)	Debêntures	IPCA (a) + 10,23% a.a.	306.913	–
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (b)	FINEM e Fundo Clima	5,55% e TLP(b) + 4,50% a.a. CDI (c) + de: 1,82 %	–	138.278
Itaú S.A (c)	Debêntures	a 3,27 % a.a.	–	108.397
Banco ABC S.A.	Conta garantida	CDI (c)+ 2,30% a.a.	20.268	9.416
Banco Bradesco S.A	Conta garantida	CDI (c)+ 2,62 % a.a.	6.790	2
Banco Santander S.A	Leasing	–	221	285
(–) Ajuste a Valor Presente - Leasing			(22)	(34)
			334.170	256.344
Circulante			39.115	30.421
Não circulante			295.055	225.923

(a) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo: (b) TLP - Taxa de longo prazo: (c) CDI - Certificado de Depósito Interbancário: a) Em setembro de 2025 a Sociedade realizou a terceira emissão de debêntures, na qual emitiu 295.000 mil debêntures não conversíveis em ações, juntamente ao Banco Itaú BBA S.A. no valor unitário de 1.000 reais cada, captando o montante de R$ 295.000, em recurso de longo prazo, com destinação para liquidação total dos contratos de financiamento celebrados com a instituição Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e as debêntures da primeira e segunda emissão com o Banco Itaú BBA S.A, investimentos contratuais da concessão entre outros usos. A emissão teve objetivo de melhorar o prazo e perfil do endividamento da Companhia. b) Em dezembro de 2022, a Sociedade assinou, junto ao BNDES, o Contrato de Financiamento que disponibiliza crédito com a finalidade de apoio à requalificação dos parques urbanos Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, que compõem Zonas Especiais de Interesse de Proteção Ambiental, no âmbito do Contrato de Concessão 057/SVMA/2019 no montante de R$ 150.000, divididos em dois subcréditos, sendo R$ 80.000 provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e R$ 70.000 compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e pelos recursos originários do Fat - Depósitos Especiais. • Durante o ano de 2023, foram liberados os valores nominais de R$ 71.500, R$ 9.000 e R$ 34.000, respectivamente - (dezembro/2023 - R$ 116.602). • Durante o ano de 2024 foram liberados os valores nominais de R$ 8.219, R$ 3.409 e R$17.950, respectivamente. c) Em dezembro de 2022 a Sociedade emitiu de 70 mil debêntures não conversíveis em ações, juntamente ao Banco Itaú BBA S.A. no valor unitário de 1.000 reais cada, captando o montante de R$ 70.000 em recurso de longo prazo, com destinação para liquidação parcial do empréstimo ponte celebrado com a instituição Banco Bradesco, investimentos contratuais da concessão entre outros usos. Em julho de 2024, a Sociedade realizou a segunda emissão de debentures (40 mil debêntures não conversíveis em ações), juntamente ao Banco Itaú BBA S.A. no valor unitário de 1.000 reais cada, captando o montante bruto de R$ 40.000. No exercício de 2025, a Sociedade realizou a liquidação antecipada do Contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dos Contratos da Primeira e da Segunda Emissão de Debêntures, ambos junto ao Banco Itaú S.A., os quais estavam vinculados ao financiamento de suas operações e investimentos. A liquidação dessas operações ocorreu em consonância com a estratégia financeira da Companhia de otimização da estrutura de capital e gestão do custo médio da dívida. Os saldos devedores remanescentes, incluindo principal, encargos financeiros e eventuais custos contratuais de liquidação, foram integralmente quitados na data da liquidação. **As parcelas do não circulante são demonstradas a seguir por ano de vencimento:**

Ano de vencimento	2025	2024
2026	–	29.319
2027	4.480	33.241
2028	11.800	34.093
2029	14.769	28.931
2030	16.220	26.426
Demais anos	247.786	73.913
	295.055	225.923

Cláusulas contratuais restritivas: A *covenants* financeira da Sociedade vinculado ao Contrato de Financiamento Debêntures com o Banco Itaú BBA S.A., conforme cláusula vigésima quinta da Escritura de Emissão, que prevê atingimento minimamente o valor do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,30, com medição a partir de 2026, referente ao exercício social encerrado em 2025, para pagamento aos acionistas a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Em relação ao Contrato de Financiamento ao Banco Itaú, devemos observar os seguintes requisitos para pagamento aos acionistas a título de dividendos e juros sobre capital próprio em cada exercício social: Cálculo do ICSD: ICSD = GOC / SD. GOC= EBITDA ajustado (a), (-) Impostos sobre o lucro (b). (a) EBITDA ajustado = lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos (+) depreciação e amortização. (b) Impostos sobre o lucro = total do IRPJ e CSLL corrente. (c) Serviço da dívida (SD) = Apropriação dos juros dos empréstimos e IOF, desconsiderando período de carência.

	31/12/2025	31/12/2024
Cálculo:		
EBITDA ajustado	46.575	38.912
Impostos sobre o lucro	–	(41)
GOC =	46.575	38.871
Serviço da dívida (SD) =	30.040	27.303
ICSD =	1,55	1,42

14. Obrigações e encargos trabalhistas:

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações a pagar:		
Salários e pensão alimentícia a pagar	947	1.115
Encargos sociais trabalhistas	1.019	1.153
Provisões:		
Provisão de férias encargos	2.445	2.691
	4.411	4.959

15. Obrigações tributárias:

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL a recolher	–	3.680
Pis/Cofins/CSLL retidos e a pagar	1.309	1.085
Cofins a pagar	834	2.011
IRRF retido	698	678
Pis a pagar	437	–
INSS retido	334	799
ISS retido e a pagar	45	271
	3.657	8.524

16. Adiantamento de clientes:

	31/12/2025	31/12/2024
Patrocínio	73.356	95.952
Publicidade	49.730	56.008
Cessão de espaço	21.086	19.323
Outras receitas	833	2.353
Adiantamento Lei Rouanet	140	6.000
	145.145	179.636
Circulante	71.237	90.332
Não circulante	73.908	89.304

17. Adiantamento de outorga:

	31/12/2025	31/12/2024
Outorga de estacionamento	26.805	35.802
Prêmio por desempenho	10.788	10.788
	37.593	46.590
Circulante	5.875	7.877
Não circulante	31.718	38.713

Em 30/09/2020, a Sociedade celebrou o Contrato de Cessão de Direito de Uso de Área para a Exploração Econômica de Estacionamento com a Administradora Geral de Estacionamentos S.A. ("Indigo"), com prazo de 20 anos e início de vigência a partir de 04/11/2020. A remuneração inicial paga na assinatura do contrato será diferida durante a sua vigência. Em 28/06/2024, a Indigo realizou antecipadamente o pagamento das parcelas remanescentes, relativas aos aportes adicionais previstos para os próximos 3 (três) anos, em uma única vez, mediante celebração do 3º Termo Aditivo, no valor de R$ 18.132, que será reconhecido proporcionalmente em cada ano originalmente devido.

18. Outras obrigações a pagar:

	31/12/2025	31/12/2024
Cauções	1.131	881
Outras obrigações a pagar	111	107
	1.242	988

As cauções são retenções contratuais de valores estipulados em contrato que são retidos para pagamento até o final da prestação de serviço. **19. Patrimônio Líquido: 19.1. Capital social:** O capital social está representado por 32.871.029 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizados. **19.2. Reserva de lucros: Reserva legal:** Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. **19.3. Dividendos:** A Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas ou pagamento de títulos de participação de lucros com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, sempre que permitido for levantar balanços extraordinários para os fins retromencionado. Ressalta-se que em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado. Conforme a 3ª Escritura da Emissão de Debêntures, o pagamento de dividendos pela Sociedade só poderá ocorrer após a Conclusão Financeira do Projeto, a partir do exercício de 2025, caso não esteja em curso qualquer inadimplemento de suas obrigações, desde que (i) 95% dos Investimentos Obrigatórios estejam finalizados, (ii) não haja qualquer inadimplemento (pecuniário ou não) da Emissora e/ou da Fiadora no âmbito da Escritura; e (iii) a distribuição de dividendos não gere Efeito Adverso Relevante, nos termos da Escritura. Até o momento, não foram registradas distribuições de dividendos. **19.4. Lucro por ação:** A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.409	15.459
Quantidade de ações ordinárias	32.871.029	32.871.029
Lucro por ação - R$	0,00004	0,00047

20. Receita operacional líquida:

	31/12/2025	31/12/2024
Cessão de uso de espaço	75.746	46.863
Publicidade e patrocínio	62.207	58.550
Locação de equipamentos	13.774	13.245
Eventos e atividades	2.810	2.657
Reequilíbrio Financeiro	2.891	2.711
Repasse de parcerias	5.306	–
Tecnologia	–	2.329
Outros	1.965	814
Construção	(54)	7.050
Vendas canceladas	(1.433)	(1.122)
Receita bruta	163.212	133.097
(–) Deduções sobre faturamento		
Tributos sobre faturamento	(16.243)	(12.590)
Outorga sobre faturamento	(2.224)	(1.789)
	(18.467)	(14.379)
Receita operacional líquida	144.745	118.718

21. Custos dos serviços prestados:

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços prestados	(41.865)	(35.217)
Amortização	(12.156)	(8.982)
Pessoal	(9.915)	(7.332)
Aluguéis	(4.347)	(1.836)
Custo com Eventos	(3.734)	(2.974)
Manutenção	(1.789)	(1.531)
Materiais	(854)	(2.604)
Seguros	(459)	(945)
Outros	(1.733)	(631)
	(76.852)	(62.051)
(–) Custos das Mercadorias Vendidas	(32)	–
	(76.884)	(62.051)

22. Despesas comerciais, gerais e administrativas:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(19.646)	(12.212)
Serviços prestados	(4.161)	(6.664)
Materiais	(4.086)	(1.690)
Depreciação	(1.370)	(916)
Amortização	(1.336)	(1.308)
Impostos e Taxas	(1.026)	(1.120)
Aluguéis	(746)	(2.564)
Seguros	(429)	(20)
Outras despesas	(1.397)	(1.162)
	(34.197)	(27.656)

23. Resultado Financeiro: Receitas financeiras:

	31/12/2025	31/12/2024
Variação monetária ativa s/ impostos	610	–
Juros sobre aplicações financeiras	339	213
Juros ativos	66	–
Outras receitas financeiras	–	366
Impostos sobre receitas financeiras	(48)	(24)
	967	555

Despesas financeiras:

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos sobre empréstimos(*)	(40.795)	(26.429)
(–) Capitalização de empréstimos	11.486	24.022
Outras despesas financeiras	(2.852)	(2.668)
	(32.161)	(5.075)

(*) Durante o período de construção de obra de intervenção, a Sociedade procedeu à capitalização dos encargos financeiros relacionados aos empréstimos e financiamentos contratados, conforme previsto no CPC 20 - Custos de Empréstimos. As obras foram concluídas e a partir de maio de 2025 e os encargos financeiros deixaram de ser incorporados ao custo do ativo e passaram a ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

24. Impostos diferidos: (a) Impostos diferidos ativos: (i) Prejuízo fiscal:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal exercício anterior	10.596	10.822
Movimentação da base do diferido, líquidos	674	(226)
Base ajustada	11.270	10.596
No ativo não circulante		
IRPJ	2.817	2.648
CSLL	1.014	953
	3.831	3.601
Na demonstração de resultado		
IRPJ	169	57
CSLL	61	21
	230	78

(ii) Imposto de renda e contribuição social - diferido (base temporária):

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre bases temporárias lançado ao resultado, exercício anterior	35.902	13.527
Movimentação da base do diferido, líquidos	1.989	22.375
	37.891	35.902
No ativo não circulante		
IRPJ	114	35
CSLL	41	13
	155	48
No passivo não circulante		
IRPJ	9.587	9.011
CSLL	3.452	3.244
	13.038	12.255
Na demonstração de resultado		
IRPJ	(497)	5.594
CSLL	(180)	2.014
	(677)	7.608

(b) Composição dos diferidos passivos:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Receita da construção (liquido de amortizações)	4.827	4.973
Receita de reequilíbrio financeiro	4.760	4.038
	9.587	9.011
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Receita da construção (liquido de amortizações)	1.738	1.790
Receita de reequilíbrio financeiro	1.713	1.454
	3.451	3.244
Programa de Integração Social ("PIS")		
Receita de reequilíbrio financeiro	275	238
	275	238
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Receita de reequilíbrio financeiro	1.264	1.098
	1.264	1.098
Total dos impostos diferidos passivos	14.577	13.591
Circulante	–	–
Não Circulante	14.577	13.591

(c) Imposto corrente:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes das provisões tributárias:	1.854	23.186
Adições	1.660	1.135
Exclusões	(4.191)	(10.128)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro fiscal	(677)	14.193
(–) Compensação do IRPJ sobre prejuízos fiscais	–	(4.258)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro fiscal após compensação dos prejuízos fiscais	**(677)**	**9.935**
Abatimentos dedutíveis para fins de IRPJ	–	345
Abatimentos dedutíveis para fins de CSLL	–	106
Imposto de renda de pessoa jurídica - corrente	–	2.115
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente	–	788
	–	**2.903**
IRPJ e CSLL sobre o exercício de: 31/12/2024		31/12/2024 (2.903)
IRPJ E CSLL sobre o exercício de: 31/12/2023		2.862
IRPJ e CSLL corrente lançado no resultado, (líquidos)		(41)

25. Instrumento financeiro: Sensibilidade a taxas de juros: Na data dessas informações, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros foram:

Instrumento de taxa variável	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes (nota 6)	133.587	148.979
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	334.170	256.344

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados.

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	I Provável	II 50%	III 25%	IV -25%	V -50%
Empréstimos e financiamentos	334.192	CDI	28.668	14.334	7.167	(7.167)	(14.334)
Empréstimos e financiamentos	(22)	Sem Indexador	–	–	–	–	–
	334.170		28.668	14.334	7.167	(7.167)	(14.334)

26. Seguros:

Sociedade	Modalidade	Vencimento das Apólices	Montante da cobertura em (Milhares de R$)
Tokio Marine	Riscos de Engenharia (Obra da Marquise)	30/03/2026	117.042
AIG	Riscos Nomeados e Patrimoniais	29/12/2026	105.685
POTTENCIAL	Seguro Garantia (Performance Bond)	06/02/2026	94.234
Sompo Seguros	Responsabilidade Civil Geral	19/12/2026	20.000
LIBERTY SEGUROS	Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	19/11/2026	20.000
BERKLEY	Riscos de Engenharia (demais obras)	30/06/2026	17.918
			377.879

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza e sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. **27. Obrigações e compromissos com o Poder Concedente:** A Sociedade terá como principais obrigações, conforme clausula 13º do contrato de concessão, a prestação dos serviços de gestão, operação, e manutenção dos parques Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, além de serviços de engenharia. Deverá zelar pelo patrimônio público, assumindo a responsabilidade e a gestão dos parques sob sua administração e considerando a Área de Concessão e a divisão de responsabilidades e encargos do Contrato de Concessão. A Sociedade deverá captar, aplicar e gerir recursos financeiros para execução deste objeto, assim como manter, durante o prazo de concessão, condições necessárias e satisfatórias para a plena execução dos encargos do Contrato e visando à boa prestação do serviço público aos visitantes. Deverá a Sociedade dispor de equipamentos, serviços contratados, materiais e equipe adequada para consecução de todos as obrigações estabelecidas no Contrato e seus Anexos. De maneira geral podemos dividir os encargos e deveres da Sociedade em dois grupos: (i) operação e (ii) investimentos. Os encargos operacionais compõem os serviços essenciais, periódicos e rotineiros, à devida manutenção dos parques, como atividades de zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, manejo e manutenção predial. Além disso, toda a operacionalização da infraestrutura técnica e de utilidades cabe à Sociedade, de modo a tornar os espaços e atividades funcionais e adequados. Dentro das atividades operacionais, ainda, cabe à Sociedade os serviços de segurança patrimonial e recepção do visitante. Não compõem encargos da Sociedade, dentro das atividades operacionais, os serviços de segurança civil, manejo da fauna, iluminação pública e atividades de saúde pública, entre outras ações de responsabilidade das autoridades públicas competentes. Todos os itens acima descritos, além de demais atividades administrativas e acessórias à devida condução de suas atividades perante o Poder Concedente estão relacionadas nas alíneas 'a' a 'p' e 'w' a 'eee' da cláusula 13.2 do Contrato. Tais deveres estão detalhados e explicados no item 5, '*Encargos e Operação e Gestão*', do Anexo III do Contrato de Concessão. A respeito dos encargos de obras e investimentos, cabe à Sociedade observar as obrigações das alíneas 'q' a 'v' da Cláusula 13.2 e todas as diretrizes e obrigações de obra e engenharia previstas no item 4 do Anexo III, denominado *Encargos de Obra*. Referente a este ponto, resumidamente, cabe à Sociedade apresentar os projetos contendo os planos de intervenção para cada parque, o que foi feito, e com sua integral aprovação, iniciar o programa de intervenções, ou seja, executar as obras necessárias, previstas pelo Contrato ou eletivas, de modo a recuperar as áreas e equipamentos, requalificar ambientes e implantar mobiliários, equipamentos e estruturas adequadas ao uso do parque e à satisfação do visitante. **28. Eventos subsequentes:** • Em linha com o Caderno de Encargos do Contrato de Concessão, a Companhia finalizou todas as obras e investimentos previstos dentro dos prazos estipulados, à exceção daqueles que tiveram seus prazos impactados por situações extraordinárias (a exemplo da demora dos órgãos competentes acima do limite máximo estipulado na Cláusula 13.5 do Contrato de Concessão). Cada intervenção obrigatória foi devidamente comunicada ao Poder Concedente para realização de vistoria e consequente emissão de Termo de Recebimento. • É a situação, por exemplo, das obras descritas na Cláusula 4.7 do Caderno de Encargos vinculadas diretamente à entrega da Reforma da Marquise, que tiveram seus prazos revisados, uma vez que só poderiam ser realizadas após a conclusão da própria Marquise e, portanto, não compõem a relação de itens entregues referenciados acima; • A obra de restauração e modernização da Marquise do Ibirapuera foi finalizada dentro do prazo contratual e a inauguração ocorreu em 24 de janeiro de 2026. Com 27 mil m² de área reformada, o espaço foi totalmente requalificado conectando arte, esporte e lazer. • A partir da Portaria do Ministério das Cidades (MCID) nº 1.314/2025, que regulamenta o uso de debêntures de infraestrutura e incentivadas para financiar a requalificação e gestão via concessões ou PPPs de parques urbanos públicos, o Projeto de Investimento da Urbia Gestão de Parques foi protocolado no MCID em 23 de fevereiro de 2026.

Diretoria

Victor Serrano Pereira - Diretor Administrativo Financeiro

Responsável técnico pelas informações contábeis

Ana Cristina Rodrigues - Contadora - CRC 1SP 141776/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da **Urbia Gestão de Parques SPE S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Urbia Gestão de Parques SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações contábeis da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 21 de março de 2025, sem modificação. **Demonstrações do valor adicionado (DVA):** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são a

VCI VANGUARD CONFECÇÕES IMPORTADAS S.A.

CNPJ 00.311.557/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Ficamos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 25 de março de 2026. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativos	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Caixa e equivalentes de caixa	43.918	52.395	43.940	52.418
Contas a receber	208.983	185.718	208.983	185.718
Estoques	95.518	86.034	96.386	87.218
Impostos a recuperar	9.582	4.191	9.593	4.202
IRPJ e CSLL a recuperar	1.384	391	1.384	391
Outras contas a receber	11.222	4.524	11.392	4.524
Despesas antecipadas	1.823	3.050	1.823	3.050
Total do ativo circulante	**372.430**	**336.303**	**373.501**	**337.521**
Mútuos com partes relacionadas	109	1.352	-	-
Depósitos judiciais	12.239	5.704	12.239	5.704
Impostos diferidos ativos	12.419	9.156	12.419	9.156
Outras contas a receber	35	27	35	27
Total do realizável a longo prazo	**24.802**	**16.239**	**24.693**	**14.887**
Investimentos	1.057	-	-	-
Imobilizado	38.896	33.792	38.896	33.792
Intangível	30.401	14.497	30.401	14.497
Ativo de direito de uso	116.950	89.043	116.950	89.043
Total do ativo não circulante	**212.106**	**153.571**	**210.940**	**152.219**
Total do ativo	**584.536**	**489.874**	**584.441**	**489.740**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Fornecedores	59.422	58.244	59.434	58.254
Fornecedores risco sacado	-	4.673	-	4.673
Empréstimos e financiamentos	40	-	40	-
Obrigações tributárias	13.841	13.264	13.842	13.265
Imposto de renda e contribuição social	-	186	-	186
Obrigações sociais e trabalhistas	39.464	31.903	39.464	31.903
Passivo de arrendamento	17.407	27.909	17.407	27.909
Dividendos a pagar	-	25.704	-	25.704
Outras contas a pagar	8.933	17.033	8.933	17.033
Total do passivo circulante	**139.107**	**178.916**	**139.120**	**178.927**
Empréstimos e financiamentos	155.989	-	155.989	-
Passivo de arrendamento	93.392	56.605	93.392	56.605
Provisão para passivo a descoberto em controladas	108	145	-	-
Outras contas a pagar	-	54	-	54
Provisão para contingências	1.835	3.577	1.835	3.577
Total do passivo não circulante	**251.324**	**60.381**	**251.216**	**60.236**
Patrimônio líquido				
Capital social	18.992	18.992	18.992	18.992
Reservas de capital	11.339	68.815	11.339	68.815
Reservas de lucros	163.774	162.770	163.774	162.770
Total do patrimônio líquido	**194.105**	**250.577**	**194.105**	**250.577**
Total do passivo e patrimônio líquido	**584.536**	**489.874**	**584.441**	**489.740**

Demonstrações de Resultados - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receita operacional líquida	658.307	555.157	658.307	555.157
Custo das mercadorias vendidas	(221.220)	(180.141)	(221.220)	(180.141)
Lucro bruto	**437.087**	**375.016**	**437.087**	**375.016**
Despesas com vendas	(155.690)	(128.564)	(155.690)	(128.564)
Redução ao valor recuperável	(554)	1.246	(554)	1.246
Despesas gerais e administrativas	(195.145)	(170.880)	(195.159)	(170.892)
Outras receitas	9.523	3.344	9.523	3.344
Outras despesas	(2.284)	(1.300)	(2.284)	(1.300)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**92.937**	**78.862**	**92.923**	**78.850**
Receitas financeiras	6.988	8.386	6.980	8.462
Despesas financeiras	(15.026)	(8.748)	(15.068)	(8.863)
Despesas financeiras líquidas	**(8.038)**	**(362)**	**(8.088)**	**(401)**
Resultado de equivalência patrimonial	(64)	(56)	-	-
Lucro antes dos impostos	**84.835**	**78.444**	**84.835**	**78.449**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(16.796)	(12.363)	(16.796)	(12.368)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	3.263	812	3.263	812
Lucro líquido do exercício	**71.302**	**66.893**	**71.302**	**66.893**

Demonstrações do Resultado Abrangente - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	71.302	66.893	71.302	66.893
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**71.302**	**66.893**	**71.302**	**66.893**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora e Consolidado							
			Reservas de lucros					
	Capital social	**Reservas de capital**	**Reserva de lucros**	**Reserva legal**	**Reserva de incentivos fiscais**	**Total das reservas de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**18.992**	**68.815**	**34.076**	**3.964**	**93.629**	**131.669**	**-**	**219.477**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	**-**	66.893	**66.893**
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	30.967	**30.967**	(30.967)	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios do período	-	-	-	-	-	**-**	(10.778)	**(10.778)**
Juros sobre o capital próprio	-	-	(17.148)	-	-	**(17.148)**	(7.867)	**(25.015)**
Retenção de lucros	-	-	17.281	-	-	**17.281**	(17.281)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**18.992**	**68.815**	**34.209**	**3.964**	**124.596**	**162.769**	**-**	**250.577**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	**-**	71.302	**71.302**
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	33.057	**33.057**	(33.057)	**-**
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	**-**	(70.298)	**(70.298)**
Cancelamento de ações	-	(57.476)	-	-	-	**-**	-	**(57.476)**
Outros	-	-	-	(165)	-	**(165)**	165	**-**
Destinação das reservas de lucros	-	-	(31.888)	-	-	**(31.888)**	31.888	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**18.992**	**11.339**	**2.321**	**3.799**	**157.653**	**163.773**	**-**	**194.105**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	71.302	66.893	71.302	66.893
Ajustes para:				
(Reversão) e provisão para redução ao valor recuperável	554	(1.246)	554	(1.246)
Reversão de perdas nos estoques	(3.206)	(873)	(3.206)	(873)
Depreciação	5.547	5.553	5.547	5.553
Amortização	907	1.465	907	1.465
Depreciação do ativo de direito de uso	25.039	22.219	25.039	22.219
Resultado de equivalência patrimonial	64	56	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	2.238	974	2.238	974
Provisão para bônus e gratificações	8.001	9.267	8.001	9.267
Provisão (reversão) para contingências	(1.742)	1.930	(1.742)	1.930
Juros sobre arrendamento mercantil	5.562	6.310	5.562	6.310
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.619	-	1.619	-
Amortização custo com emissão de debêntures	19	-	19	-
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	1.701	(248)	1.701	(248)
Imposto de renda e contribuição social	16.796	12.363	16.796	12.368
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.263)	(812)	(3.263)	(812)
	131.138	**123.851**	**131.074**	**123.800**
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução dos ativos:				
Contas a receber	(23.819)	(36.958)	(23.819)	(36.958)
Estoques	(6.278)	(10.565)	(5.962)	(11.749)
Impostos a recuperar	(3.852)	(2.170)	(3.852)	(2.178)
Outras contas a receber	(6.706)	(1.393)	(6.876)	(1.393)
Despesas antecipadas	1.227	(936)	1.227	(936)
Depósitos judiciais	(6.535)	(2.097)	(6.535)	(2.097)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	(3.495)	23.368	(3.493)	23.368
Obrigações tributárias	577	1.679	577	1.679
Obrigações sociais e trabalhistas	(440)	(6.814)	(440)	(6.814)
Outras contas a pagar	(8.154)	5.015	(8.154)	5.015
Caixa gerado nas atividades operacionais	**73.663**	**92.980**	**73.747**	**91.737**
Pagamento de contingências	-	(1.424)	-	(1.424)
Pagamento de juros - arrendamento mercantil	(7.659)	(5.248)	(7.659)	(5.248)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(19.514)	(14.326)	(19.514)	(14.331)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**46.490**	**71.982**	**46.574**	**70.734**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado, pagos	(15.933)	(12.640)	(15.933)	(12.640)
Aquisição de ativo intangível, pagos	(17.273)	(10.753)	(17.273)	(10.753)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(33.206)**	**(23.393)**	**(33.206)**	**(23.393)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Concessão de mútuos com partes relacionadas	85	(240)	-	-
Empréstimos captados	156.000	-	156.000	-
Custo com emissão de debêntures	(1.609)	-	(1.609)	-
Pagamento por recompra de ações	(57.476)	-	(57.476)	-
Pagamento de principal - arrendamento mercantil	(22.759)	(21.315)	(22.759)	(21.315)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(96.002)	(15.596)	(96.002)	(15.596)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	**(21.761)**	**(37.151)**	**(21.846)**	**(36.911)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(8.477)**	**11.438**	**(8.478)**	**10.430**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	52.395	40.957	52.418	41.988
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	43.918	52.395	43.940	52.418
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(8.477)**	**11.438**	**(8.478)**	**10.430**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A VCI Vanguard Confecções Importadas S.A. ("Companhia" ou "Aramis") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede administrativa na Rua Sampaio Vidal, nº 1.026, Jd. Paulistano, CEP 01443-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia opera com o nome fantasia "Aramis" e tem por objetivo principal a comercialização de roupas e acessórios masculinos. A Companhia exerce as suas operações através de *ecommerce*, clientes multimarcas, franquias e lojas próprias. As vendas aos clientes multimarcas são realizadas através de seu centro de distribuição localizado no Espírito Santo que inclusive atende toda a rede da Aramis. As vendas no varejo físico são realizadas através de cinquenta e uma lojas próprias, localizadas em pontos estratégicos e próximos a grandes centros consumidores, sendo vinte lojas em São Paulo, duas na Bahia, três no Ceará, três no Distrito Federal, três em Goiânia, quatro em Minas Gerais, uma na Paraíba, duas no Paraná, cinco em Pernambuco, três no Rio de Janeiro, uma no Rio Grande do Norte, uma em Santa Catarina e duas no Rio Grande do Sul, dentre elas existem treze lojas *outlet*, além de uma loja virtual situada no Espírito Santo. Na rede de franquias, a Companhia possui oitenta e seis lojas. No início de 2024, inauguramos nossa nova planta industrial, na Cidade de Aracruz/ES, visando além da fomentação local no que tange ao desenvolvimento regional, o incentivo fiscal e sinergia com nosso Centro de Distribuição. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem as disposições da legislação societária brasileira previstas na nº Lei 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 9 de março de 2026. **b. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e reconhecidas prospectivamente. ***(i) Julgamentos -*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Consolidação -** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: ***(i) Controladas -*** A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Perda de controle em controladas -*** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial -*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. ***(iv) Transações eliminadas na consolidação -*** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira -** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros não derivativos -** ***Reconhecimento inicial e remensuração -*** A Administração da Companhia reconhece todos ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados, ou seja, na data da negociação ao qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são reconhecidos pelo seu valor justo (exceto a conta: contas a receber que reflete o preço da transação), mais ou menos, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro. ***Classificação e mensuração subsequente -*** Baseada no seu modelo de negócio aos quais os ativos são gerenciados e nas características de fluxo de caixa, a Companhia geralmente classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ***(i)*** Custo amortizado: os ativos financeiros são mantidos dentro de modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é manter tais ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; ***(ii)*** *Valor justo por meio de resultado: São os ativos financeiros que não se enquadram nas características acima. Derivativos são instrumentos financeiros geralmente classificados nesta categoria; e* Desreconhecimento - A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos. **Compensações -** As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros. **Passivos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. **d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) -** ***(i) Ativos financeiros não derivativos -*** Ativos financeiros não classificados como ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*. A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. ***(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado -*** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado. A Companhia não constitui perda por redução ao valor recuperável de contas a receber junto a operadoras de cartão de crédito, pois não possui histórico significativo de inadimplência e não espera perdas futuras para esses recebíveis. ***(iii) Ativos não financeiros -*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo para resgate em até 180 dias da data da aplicação. Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos de rendimentos auferidos até a data da apresentação das demonstrações financeiras. **f. Estoques -** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **g. Imobilizado -** ***(i) Reconhecimento e mensuração -*** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado. ***(ii) Custos subsequentes -*** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação -*** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável do ativo, pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. As vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	05 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao exercício anterior, não houve alterações nas vidas úteis e valores residuais dos ativos. **h. Ativos intangíveis -** ***(i) Reconhecimento e mensuração -*** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. ***(ii) Gastos subsequentes -*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Amortização -*** A amortização é calculada baseando-se no método linear, baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Softwares	05 anos
Ativos de direito de uso	10 anos
Pontos comerciais	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja necessário. Em relação ao exercício anterior, não houve alterações nas vidas úteis e valores residuais dos ativos. **i. Provisões -** Uma provisão é reconhecida se em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. ***(i) Imposto de renda e contribuição social -*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(ii) Imposto corrente -*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. A taxa de imposto de renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do exercício corrente no país em que a Companhia opera e gera lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita à interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(iii) Imposto diferido -*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **j. Receita operacional líquida -** O CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 apresentando uma nova abordagem para o reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes. A norma estabelece um modelo que busca evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não atendidos. São definidos pela norma as seguintes etapas: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As receitas de vendas de mercadorias e os correspondentes custos são registrados, deduzidos de devoluções e descontos comerciais. As receitas de *royalties* são calculadas sobre o respectivo volume vendido mensalmente a cada um dos franqueados. Modalidades de reconhecimento de receita: **1. Vendas via *ecommerce* -** Para vendas realizadas pela plataforma digital com entrega ao endereço do consumidor, a Companhia reconhece a receita no momento da transferência do controle, que ocorre quando os produtos são efetivamente entregues ao cliente ou a terceiros responsáveis pela entrega, dependendo dos termos de venda. **1.1. Compra pelo *site* com retirada em loja (*pick-up in Store*) -** Para pedidos retirados em loja, o controle é transferido no momento da retirada do produto pelo cliente, quando ele assume os riscos e benefícios do bem. Não há reconhecimento antecipado da receita, mesmo quando o pagamento é efetuado previamente no *site*, pois até a retirada o controle permanece com a Companhia **2. Vendas em lojas físicas -** A receita é reconhecida quando o produto é entregue ao cliente no ponto de venda, momento em que ocorre a transferência imediata do controle. **3. Programa de *Cashback* e Cupons -** A Companhia oferta programas de relacionamento que incluem *cashback*, cupons de desconto os quais são reconhecidos como contraprestação variável no momento da venda que gerou a redução de venda. **4. Vendas para Canais B2B (Atacado, Distribuidores e Varejo Parceiro) -** A Companhia realiza operações comerciais com parceiros B2B, incluindo distribuidores, revendedores, *marketplaces* híbridos e unidades de varejo corporativo. A receita B2B é reconhecida conforme o CPC 47, respeitando a transferência do controle: (i) Venda FOB (controle transfere ao despachar a mercadoria): a receita é reconhecida na entrega à transportadora quando, contratualmente, o cliente assume o controle nesse momento; (ii) Venda CIF ou com obrigação de entrega: a receita é reconhecida no momento da entrega física ao parceiro; **k. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras compreendem substancialmente receitas de juros de recebimento em atraso, receita de juros de aplicações financeiras e variação cambial ativa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem substancialmente despesas bancárias, juros e descontos financeiros passivos, encargos financeiros sobre *leasing*, impostos sobre operações financeiras e variações cambiais passivas. **Classificação na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) -** Em conformidade com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Companhia adota a seguinte política contábil para apresentação dos fluxos de caixa relacionados a receitas e despesas financeiras: • Juros pagos: são apresentados como fluxos das atividades operacionais, refletindo a prática adotada pela Companhia e a natureza recorrente desses desembolsos no ciclo operacional. • Juros recebidos

(...continuação)

VCI VANGUARD CONFECÇÕES IMPORTADAS S.A. - CNPJ 00.311.557/0001-43

refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Companhia estabelece uma provisão para perda estimada com relação às contas a receber de clientes, reconhecida no resultado do exercício. As contas a receber de títulos a receber de clientes franqueados e multimarcas são monitoradas individualmente, sendo as perdas estimadas calculadas com base na experiência real da perda de crédito histórica da Companhia, utilizando o percentual de inadimplência após o vencimento. A provisão para perdas esperadas para o contas a receber em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 3.103, representando 1,5% do saldo de contas a receber em aberto, e em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 2.549, equivalentes a 1,4%. Adicionalmente, o valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Risco de taxas de câmbio - Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de estoques e a contratação de instrumentos financeiros. **Risco operacional -** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento do mercado. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **6. Subvenções governamentais: Crédito presumido de ICMS -** A Companhia possui subvenções para investimentos concedidos pelo Governo do Estado do Espírito Santo, através da Portaria nº 107-R de 31 de julho de 2018, a título de créditos presumidos e/ou outorgados de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O valor dessa subvenção para investimentos, registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é de R$ 33.057 (R$ 30.967 em 2024). **7. Outras informações**: As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas e com parecer sem ressalva, estão arquivadas na sede administrativa da Companhia.

Richard Gabriel Stad - Diretor-Presidente

Fabio Davidovici - Diretor Financeiro

Osmar Alves dos Santos - Contador CRC: 1SP 294588/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 7D0F-4259-0DF3-E6F6.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 7D0F-4259-0DF3-E6F6.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.** A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 25/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/7D0F-4259-0DF3-E6F6 ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7D0F-4259-0DF3-E6F6

Hash do Documento

FF6E6446DF18C7090C5AC7DC36BF683D6AC6FDCD583AD68FC2EEDB71CA17D53D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/03/2026 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 25/03/2026 00:00 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.6464825 Longitude: -46.5569245 Accuracy: 212
IP: 172.16.4.5
AC: AC Certisign RFB G5